



Ana Margarida
Henriques Pinto

Projeto Salineira: design de hotelaria em paisagem
lagunar preservada





**Ana Margarida
Henriques Pinto**

**Projeto Salineira: design de hotelaria em paisagem
lagunar preservada**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Design, realizada sob a orientação científica do Doutor Francisco Providência, Professor associado convidado do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro

Inspirada pelas *janelas do palácio do Céu* (Negreiros, 1941, p. 13) procuro, através do design, honrar as tradições da terra que me viu nascer.

o júri

presidente

Prof. Doutora Cláudia Regina da Silva Gaspar de Melo Albino
professora auxiliar do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro

arguente

Prof. Doutor José Manuel Gaspar Teixeira Soares
professor auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto

orientador

Prof. Doutor Francisco Maria Mendes de Seíça da Providência Santarém
professor associado do Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Francisco Providência, pelo apoio, disponibilidade, dedicação e partilha de saber e generosidade durante todo o percurso do Mestrado em Design.

Aos Professores de Projeto Álvaro Sousa, Cláudia Albino, Henrique Cayatte e Joana Quental, que me ajudaram a evoluir no desenho dos projetos, em especial à Professora Cláudia Albino pelo apoio constante e partilha dos seus conhecimentos de Arquitetura e território.

Aos Professores Doutores do Departamento de Ambiente e Ordenamento, Mário Cerqueira, Teresa Fidélis, Ana Paula Gomes, José Figueiredo Silva, Filomena Cardoso Martins e ao Professor Doutor Romeu Vicente, diretor do Programa Doutoral em Engenharia Civil, que ajudaram na compreensão de questões relacionadas com a implementação dos projetos no território natural das salinas.

Ao marnoto Paulo Simões e a Maria da Graça Neves pela disponibilidade e generosidade com que partilharam os seus testemunhos, as suas histórias de vida, fundamentais para projetar um projeto consciente.

Por fim, um agradecimento especial aos meus pais, irmã e amigos que acreditaram sempre em mim, pelo apoio incondicional e motivação ao longo deste caminho de construção não só intelectual, mas pessoal.

palavras-chave

design e território, arquitetura vernacular, experiência, salinas, palheiro, turismo, identidade, lugar.

resumo

O projeto Salineira, de intervenção nas salinas desativadas de Aveiro, revaloriza e ressignifica o território como instrumento de identidade, sob uma estratégia conservadora do património paisagístico e edificado da Ria de Aveiro, assim contribuindo para a sua valorização e exploração turística.

A emergente procura turística em Aveiro tem-se focado no centro urbano e casco histórico (zona do Rossio), ignorando o relevante território de fronteira paisagística entre a cidade e a Ria de Aveiro, constituído pelas salinas hoje abandonadas. O projeto Salineira propõe reaproveitar turisticamente as marinhas de Aveiro. Para isso, desenvolveu-se uma investigação através do desenho, recuperando a memória arquitetónica vernacular local (palheiros), propondo-se adotar a sua morfologia no desenvolvimento de unidades hoteleiras de alojamento local, integradas na paisagem, para oferecer uma experiência ímpar de imersão na natureza. A identidade da marca associada ao serviço, constituirá meio de comunicação e seriação do mercado, que se pretende cativar no estrato médio-alto. A experiência da natureza, nomeadamente pela observação de espécies ornitológicas, isolamento em segurança, conforto e proximidade ao plano da água lagunar, constituirá um excepcional recurso turístico de luxo enquadrável na tipologia “experiência da natureza”.

A abordagem da intervenção, centrada na conservação patrimonial da natureza e da arquitetura como argumento turístico, partiu do recurso metodológico do tipo exploratório e de natureza qualitativa, a partir da pesquisa etnográfica, produzida com base em entrevistas abertas, observação direta e indireta da preexistência, análise e revisão bibliográfica sobre os temas em estudo, nomeadamente sobre a arquitetura vernacular, o design, o território e a herança cultural.

Pretende-se assim contribuir para a valorização do território, da arquitetura vernacular, do ambiente envolvente e da economia, através da criação de nova oferta turística entendida como instrumento de potenciação económica, preservação cultural e ambiental, dirigida aos turistas que procurem uma experiência autêntica do Salgado.

keywords

design and territory, vernacular architecture, experience, salt fields, haystack, tourism, identity, place.

abstract

The "Salineira" project, an intervention in the deactivated salt fields of Aveiro, brings a new meaning to the territory as an instrument of identity, under a conservative strategy for "Ria de Aveiro" landscape and built heritage, thus contributing to its valorisation and tourism exploration.

The emerging tourist demand in Aveiro has focused on the urban and historic centre (Rossio area), ignoring the relevant landscape border territory between the city and "Ria de Aveiro", which comprises the now abandoned salt fields. The "Salineira" project proposes itself to take advantage of these salt fields for touristic purposes. In order to achieve this, an investigation was developed through drawing, recovering the local vernacular architectural memory (haystacks) and proposing the adoption of its morphology in the development of touristic accommodation units integrated in the landscape, to offer a unique experience of nature immersion. The brand identity associated with the service will constitute a mean of communication and market ranking, which is intended to attract the upper-middle class. The experience of nature, namely the observation of ornithological species, isolation in safety, comfort and proximity to the lagoon water plan, will constitute an exceptional luxury tourist resource within the typology "experience of nature".

The intervention approach, centred on the conservation of nature and architecture patrimony as a touristic argument, started from the methodological resource of the exploratory type and qualitative nature, based on the ethnographic research based on open interviews, direct and indirect observation, bibliographic analysis and review on the subjects under study, namely on vernacular architecture, design, territory and cultural heritage.

The intention is to contribute for the enhancement of the territory, the vernacular architecture, the surrounding environment and the economy, through the creation of a new touristic offer understood as an instrument of economic empowerment, cultural and environmental preservation, aimed at tourists seeking an authentic experience of the Salty.

CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO

14	Contexto
17	Problema
18	Objetivos
20	Indicação da metodologia
21	Estrutura da dissertação

PARTE 1 PERTINÊNCIA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO

25	1. ESCOLHA DO DOMÍNIO E EVIDÊNCIA DA SUA PERTINÊNCIA
29	2. ESTUDO DO ESTADO DA ARTE
29	2.1. Revisão da literatura
29	2.1.1. Arquitetura vernacular
39	2.1.2. Palheiro como objeto de identidade
40	2.1.2.1. Palheiro do pescador
48	2.1.2.2. Palheiro do marnoto
56	2.1.3. Espaço e lugar
62	2.1.4. Relação entre lugar e experiência
67	2.1.5. Turismo criativo
72	2.1.6. Desenvolvimento local sustentável
76	2.2. Casos de estudo
93	3. DEFINIÇÃO DO QUADRO DE REFERÊNCIA

PARTE 2 PROJETO

97	1. METODOLOGIA	166	5. COMUNICAÇÃO
97	1.1. Evolução turística em Aveiro	166	5.1. Programa identidade
101	1.2. Entrevistas abertas	167	5.2. Público alvo
104	1.3. Marinhas existentes e acessibilidade	168	5.3. Estudo de nome
106	1.4. Levantamento de palheiros	171	5.4. Proposta identidade
110	1.5. Estudo de proporções dos palheiros	172	5.5. Manual da marca
112	1.6. Resumo da metodologia	182	5.6. Website
114	2. FASEAMENTO DOS TRABALHOS	189	6. ESTRATÉGIA DO SERVIÇO
115	3. PROJETO I - CAFETARIA	189	6.1. Ocupação no território
115	3.1. Construção sobre a preexistência	190	6.2. Parcerias locais
118	3.2. Programa	192	6.3. Gestão de recursos
119	3.3. Palheiro de referência	198	6.4. Logística e infraestruturas
121	3.4. Proposta exterior		
126	3.4.1. Materiais		
127	3.4.2. Modelação tridimensional		
129	3.5. Proposta interior		
134	3.5.1. Materiais		
135	3.5.2. Modelação tridimensional		
138	3.6. Identidade		
140	4. PROJETO II - SALINEIRA	201	VALIDAÇÃO E CONCLUSÃO
140	4.1. Programa	201	Apresentação de resultados
141	4.2. Palheiro de referência	203	Validação do projeto
144	4.3. Proposta exterior	205	Desenvolvimentos futuros
148	4.3.1. Materiais		
150	4.3.2. Modelação tridimensional		
152	4.4. Proposta interior		
156	4.4.1. Materiais		
158	4.4.2. Modelação tridimensional	207	BIBLIOGRAFIA

CONTEXTO

Para quem conhece a cidade de Aveiro com certeza já ouviu falar nos ovos moles, nos moliceiros e na Arte Nova, produtos que o tempo estereotipou dotando o lugar de uma identidade turística à superfície. Mas será que as salinas se incluem nesta lista de indispensáveis a visitar na cidade? Hoje há uma grande pressão turística sobre o centro urbano de Aveiro, nomeadamente na zona do Rossio, enquanto que as salinas são pouco visitadas apesar de fisicamente acessíveis. Talvez a falta de divulgação ou de transportes o justifiquem, uma vez que a qualidade surpreendente de tal paisagem não deixará ninguém ficar indiferente. Ao longe veem-se uns apontamentos brancos que quase se confundem com os poucos montes de sal, são os palheiros – casinhas que emergem acima da linha de água, de forma mínima e elementar, como um índice (signo) da presença humana sobre a paisagem lagunar.

Objetos tão enigmáticos como belos pontuam a horizontalidade das salinas, destacando-se verticais, evocando o acolhimento humano. Estes edifícios, de geometria cristalina, servem o propósito de auxílio ao trabalho rural, acondicionamento de alfaías e abrigo de apoio ao tempo daqueles que lá trabalham e que são cada vez menos. Talvez daqui a poucos anos, esses escassos elementos que se fundem na paisagem, se apaguem definitivamente nela. Este pensamento provocou a necessidade de olhar para os palheiros como objetos de identidade local que, não sendo indiferentes a ninguém, são ao mesmo tempo desconhecidos por grande parte dos turistas que visitam a cidade, embora sejam também protagonistas da história da indústria do sal na cidade de Aveiro.

O salgado de Aveiro data cerca de um milénio. As suas raízes remetem para um tempo em que o país vivia na luta por um regime autossuficiente, produzindo os bens necessários para sobreviver, numa subsistência do tipo agrário. Naquele tempo, considerava-se que os produtos agrícolas e industriais se encontravam protegidos da concorrência regional, uma vez que os preços do transporte dos produtos de região para região eram tanto mais caros quanto a sua distância, não compensando assim a sua aquisição, pois as técnicas de produção artesanais eram similares. Contudo, o progresso da rede de transportes rodoviários e ferroviários, quer pela oferta, quer pela redução



01 Aveiro (2019)

Fonte: <https://www.instagram.com/p/ByNKJVMh9XE/>

do custo, trouxeram uma profunda alteração económica às regiões, obrigando-as a uma especialização cada vez maior. As produções regionais passaram a singularizar-se pela acessibilidade às matérias primas, pelas condições climáticas e do solo e pelas tradições (Direcção Geral das Pescas, 1985, p. 2). As condições enunciadas levam a entender que poderia haver um grande potencial nesta evolução, uma vez que cada região se dedica à produção dos seus produtos, o que deveria diminuir a sua concorrência.

Portugal, com a sua extensa costa marítima exposta a ventos dominantes fortes e quentes durante uma parte do ano, e a temperatura elevada e constante dos seus verões, estava desde sempre fadado geográfica e climaticamente a ser um país produtor de sal (Rau, 1984, p. 39).

A produção de sal não é apenas da região de Aveiro. Há marinhas de sal no centro, incluindo o Tejo e o Sado, no sul, incluindo o Algarve e finalmente no norte, incluindo Aveiro e Figueira da Foz. Enquanto que o salgado do centro e do sul evoluíram tecnologicamente e alargaram a sua área de venda, o salgado do norte não teve a mesma evolução. Assim, e uma vez que a divisão do país em zonas de distribuição acabou, houve uma grande decadência do salgado de Aveiro. Esta decadência resultou da extinção de zonas específicas para comercialização dos produtos, da evolução dos outros salgados (centro e sul), da preferência da indústria química pelo sal-gema e da substituição do processo tradicional de conservação em sal do peixe e carne pelo método de frio (Direcção Geral das Pescas, 1985, pp. 2-4). Talvez este último argumento seja o grande responsável pelo declínio da procura pelo sal de Aveiro, reconhecendo-se no frigorífico doméstico o seu grande inimigo.

O Salgado em Aveiro passou por três fases, a primeira, dedicada à salicultura até meados do século XX. Depois, algumas marinhas foram abandonadas e outras começaram a explorar a aquicultura, sendo predominante no final do século XX. A terceira fase, que surge no início do século XXI ficou marcada pelo decréscimo da aquicultura, acompanhada pela continuação do declínio da salicultura, que teve como resultado o abandono de marinhas (Sal de Aveiro, 2018, p. 6).



Há que lançar mãos à obra...

02 Salinas de Aveiro

Fonte: <https://unsplash.com/photos/xBejQQ025b0>

Embora seja possível identificar ainda algumas marinhas ativas, grande parte da paisagem do salgado encontra-se abandonada. Miguel Viegas, numa visita às marinhas de sal de Aveiro, referiu-se a este património como: "(...) hoje abandonado na sua quase totalidade, espelha, por outro lado, a incapacidade da autarquia e da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro (CIRA) para encontrar uma estratégia de valorização deste sector e das suas atividades conexas" (Diário de Aveiro, 2019, p. 5). De acordo com o Parlamento Europeu, é necessário "(...) um plano sustentado de recuperação das marinhas, visando a sua exploração, na certeza de que o sal marinho produzido em Aveiro está ao nível dos melhores do mundo, como atestam as análises realizadas" (Diário de Aveiro, 2019, p. 5). Miguel Viegas, Filipe Guerra e Ana Valente "entendem que é possível fazer mais por este sector, colocando as salinas no centro de uma estratégia de desenvolvimento que promova a região e os seus produtos e reforce a sua identidade" (Diário de Aveiro, 2019, p. 5).

Acredita-se que hoje há um crescente interesse pela frequência do espaço natural, onde a Ria e as salinas podem ser consideradas como elementos com potencial para o próprio crescimento da cidade. Como Lynch afirma, é necessário reconhecer o "(...) valor potencial dos arredores harmoniosos" (Lynch, 2017, p. 10).

(Direcção Geral das Pescas, 1985, p. 34).

PROBLEMA

Como é possível a uma cidade virar tanto as costas a estas telas de beleza simples em que pouco mais há que caniços, barco e águas?

(Melo, 1998, p. 160). Esta investigação em design surgiu de um problema que quase se encontra camuflado na cidade de Aveiro. Um dos grandes patrimónios culturais da cidade encontra-se pouco ou nada explorado, as marinhas da Ria de Aveiro apresentam sinais de falta de conservação, como consequência do abandono da exploração de sal. “Se não lhe acudirem, pronta e eficientemente, fica em definitivo a pertencer ao passado...” (Direcção Geral das Pescas, 1985, p. 2). Contudo, este património quase esquecido situa-se a metros do centro da cidade. O que leva um território com tanto potencial não ser integrado nos planos dos turistas que visitam Aveiro? Para além do problema indicado, relacionado com o seu abandono, revela-se também a falta de atividades num território tão rico, que embora a paisagem nunca o deixe ficar mal, a falta de possibilidades de interação em ambiente de conforto enfraquece as visitas e justifica a falta de atração por parte dos turistas. Por outro lado, há uma grande impossibilidade técnica de oferecer segurança aos turistas na sua visita às salinas, devido à crescente fragilização dos acessos.



03 Salinas de Aveiro

Fonte: Semêdo, É. (2009). Ecomuseu do Salgado de Aveiro: preservar para transmitir. Aveiro: FEDRAVE, p. 382.

Aliado ao abandono das marinhas de sal, encontra-se também a degradação dos palheiros tão característicos na sua paisagem. Teme-se que este objeto de grande identidade territorial fique apenas associado ao passado. Daí a urgência de intervenção, resgatando-o da sua condenação a “memória do passado”, tornando-o útil no presente. Não se considera apenas um problema social, uma vez que os marnotos, infelizmente, se contam pelo número de dedos, mas sobretudo um problema cultural. O visitante da cidade gosta de perceber as suas raízes, através das marcas edificadas da arquitetura e do território. E se desaparecerem as marcas da cultura do sal na cidade de Aveiro? O designer e toda a comunidade local deverão ter um papel ativo na conservação do seu património, contrariando o esquecimento, nomeadamente pela recuperação do palheiro e, consequentemente, fazendo renascer a cultura do sal, ou a habitação da Ria de Aveiro, com a finalidade de combater dois grandes problemas da cidade.

OBJETIVOS

Geral

Face aos problemas apresentados anteriormente, o objetivo é contrariar a tendência de abandono das marinhas de Aveiro através do design, reconhecendo no seu valor identitário e patrimonial um ativo superior ao do seu potencial económico extrativo, enquadrado numa perspetiva conservadora da continuidade cultural e arquitetónica da Ria. Por isso, o projeto inicia-se com o estudo e interpretação do palheiro tradicional, através do levantamento e desenho que culminarão no desenvolvimento de dois projetos. O primeiro propondo-se redesenhar o contentor onde se instala a cafetaria de apoio aos serviços turísticos da Cale do Oiro. O segundo consistindo no desenvolvimento de unidades hoteleiras de alojamento local integrado na paisagem, que se designou por projeto Salineira, ambos implantados nas marinhas da Ria de Aveiro.

Nos dois projetos procurou-se a valorização patrimonial enquanto argumento de valorização turística e revitalização cultural, tentando responder, em simultâneo, aos dois problemas apresentados, pelas seguintes proposições:

1 · Promover o interesse e revalorização económica das marinhas.

2 · Promover o interesse e conservação pelo património cultural.

04 Salinas de Aveiro

Fonte: Semêdo, É. (2009). Ecomuseu do Salgado de Aveiro: preservar para transmitir. Aveiro: FEDRAVE, p. 198.

Específicos

Para alcançar o objetivo geral, outros objetivos estão associados neste percurso, com a ambição de contribuir, na medida do possível, para a preservação cultural:

- 1 · Conhecer e compreender a arquitetura vernacular;*
- 2 · Conhecer a história e características morfológicas dos palheiros do pescador e do marnoto;*
- 3 · Estudar os casos mais relevantes, realizando o seu levantamento morfológico e dimensional;*
- 4 · Levantar as marinhas existentes no território e sua acessibilidade;*
- 5 · Redesenhar o equipamento cafetaria Cale do Ouro;*
- 6 · Projetar o modelo Salineira para instalação hoteleira;*
- 7 · Desenhar marca e serviços associados à experiência integrada no contexto local;*

Será indispensável a validação dos projetos pelas autoridades institucionais de tutela urbana e paisagística, mas igualmente a validação do projeto e sua pertinência pelos agentes tradicionais de preservação do território: os velhos marnotos.



INDICAÇÃO DA METODOLOGIA

Esta dissertação em projeto de design, tem como base o modelo teórico-prático, composto pelo desenvolvimento de um projeto em ambiente de aula, com recurso a metodologias de investigação de campo e instrumentos de desenho e prototipagem. Assim, os projetos da dissertação foram desenvolvidos nas duas unidades curriculares de Projeto I e Projeto II, integrando a reflexão teórica na prática empírica.

Dar resposta a solicitações reais do mercado ou da sociedade sempre foi um foco do que se pretendeu desenvolver como projeto de dissertação, pelo facto de aproximar o ensino à realidade. Assim, foram realizados dois projetos complementares, o projeto Cafeteria, na Uc de Projeto I, como resposta ao operador turístico Cale do Oiro e o projeto Salineira, na Uc de Projeto II, uma proposta a apresentar a um operador turístico e hoteleiro de Aveiro, que nasceu do desenvolvimento do projeto anterior, pelo aprofundamento do estudo do território.

A metodologia utilizada procurou responder aos objetivos anteriormente identificados, dividindo-se em duas fases distintas, com base no estudo exploratório, de natureza qualitativa. A primeira fase, de reflexão teórica, foi desenvolvida a partir da observação indireta da preexistência, de análise e revisão bibliográfica sobre os temas em estudo, nomeadamente a arquitetura vernacular, o design, a construção em madeira, o território, a herança cultural e um estudo da evolução turística na região de Aveiro. Numa segunda fase, de caráter prático, foi feito o levantamento das marinhas existentes e sua acessibilidade. O conhecimento do projeto *Sal de Aveiro* foi de grande relevância, tendo sido realizado um workshop para o debate de vários assuntos relacionados com as marinhas. O ponto alto do desenvolvimento projetual partiu da observação direta, a partir do registo dos palheiros que ainda se mantêm nas marinhas de Aveiro, através do levantamento fotográfico e dimensional para posterior representação digital e estudo proporcional. Finalmente, as entrevistas abertas realizadas para validação da pertinência do projeto.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação encontra-se organizada em duas partes, antecedidas da introdução (contextualização) e sucedidas da conclusão (validação). Na introdução são descritos o contexto em que se inscreve o projeto, o problema que origina a sua intervenção, os objetivos, a indicação da metodologia adotada para responder aos objetivos e a estrutura da dissertação, explicando-se, em síntese, a organização dos conteúdos.

PARTE 1 Na parte 1, denominada *pertinência e enquadramento teórico*, apresenta-se o *domínio e evidência da sua pertinência* no primeiro capítulo. A partir do segundo capítulo, é feita uma reflexão teórica, através do levantamento do *estado da arte*, composto pela *revisão bibliográfica* sobre as temáticas etnográficas da arquitetura vernacular, do palheiro como objeto de identidade, geográficas do espaço e lugar, relação entre lugar e experiência, económicas do turismo criativo, desenvolvimento local sustentável e análise de *casos de estudo* relevantes. Esta primeira parte conclui-se com o terceiro capítulo, onde é definido o *quadro de referência*, resultado das análises realizadas no capítulo anterior, assim se definindo os objetivos/programa para os projetos a desenvolver.

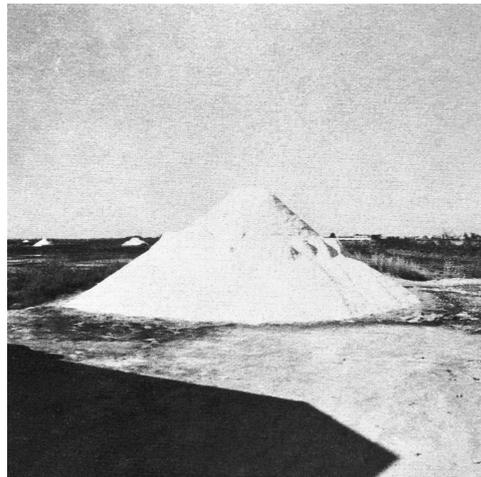
PARTE 2 Na parte 2, *projeto*, usando o conhecimento adquirido na parte 1 e aliando-o à prática empírica, é desenvolvida uma abordagem projetual a partir do desenho. Tal como o título do livro de Glaser (2009), "Drawing is thinking", também Providência defende o desenho como metodologia de pensamento "(...) ainda que vulgarmente se considere pensamento apenas quando o enunciado é verbalmente processado por palavras" (Providência, 2012, p. 68). No primeiro capítulo da segunda parte são abordadas as *metodologias*, essenciais para a realização dos dois projetos. No capítulo seguinte (2), é apresentado o *faseamento dos trabalhos*, fundamental para a organização dos projetos. Os restantes capítulos incidem no desenvolvimento projetual, nomeadamente o terceiro capítulo sobre o *projeto 1 - Cafetaria*, e os capítulos quatro, cinco e seis sobre o *projeto 2 - Salineira*. Uma vez que o segundo projeto nasceu do conhecimento adquirido no primeiro, julga-se pertinente incluir na dissertação. Poderia ser considerado como contributo metodológico, contudo, uma vez que foi desenvolvido com uma estrutura similar ao projeto 2, optou-se por lhe atribuir uma similar importância, reconhecendo-lhe um papel fundamental.

05 Monte de sal

Fonte: Miranda, A. (2004). Aveiro em papel salgado. Lisboa: Assírio & Alvim, p. 44.

Por fim, a *validação e conclusão*, convoca uma reflexão que resultou na apresentação dos resultados, apoiada na validação feita pelos pares, pelos empresários e pelos docentes, apontando linhas de abertura para desenvolvimentos posteriores. Observou-se que esta dissertação se estrutura como o próprio monte de sal, onde cada fase de colheita dos cristais de sal que se formam à superfície da água, constituirão a adição repetida de um contributo que dará finalmente forma à unidade do projeto de um cone branco e sólido que se constrói na paisagem e que, como afirmou António Marujo, resulta:

(...) um monte



a partir de milhões de grãos

(as cited in Miranda, 2004, p. 49).

1. ESCOLHA DO DOMÍNIO E EVIDÊNCIA DA SUA PERTINÊNCIA

Chegado o momento de reflexão sobre o domínio operativo para a dissertação, emergiu o pensamento e a curiosidade em compreender a natureza e limites do contributo do design na revalorização de um espaço, de um serviço, de uma marca, de um território. Ao interpretar o passado para construir o futuro, o designer remete-se à pré-existência para pensar o novo (não projetando do zero), assim percebendo na auscultação do passado, um potencial criativo do pensamento projetual.



06 Moliceiro Cale do Oiro
Fonte: arquivo do autor

Com o conhecimento do empresário aveirense Fernando Catarino, surgiu a oportunidade de responder a uma encomenda da empresa de serviços turísticos Cale do Oiro. A Cale do Oiro notabilizou-se pela oferta de passeios turísticos em *moliceiro* (embarcação tradicional construída em madeira, de fundo chato e proa elevada, usada na recolha de molicho na Ria de Aveiro, usado como fertilizante agrícola) nos canais de Aveiro e sua ligação à Ria, tendo-se desenvolvido numa expressiva rede de ofertas turísticas que vai desde a marca e loja de produtos regionais, até aos banhos de lama numa das marinhas de Aveiro. O seu serviço de transporte fluvial permite-lhe explorar, de forma conectada, toda a oferta comercial, nomeadamente relacionando os serviços que detém dentro e fora da cidade, como a cafetaria instalada nas salinas, como ponto de interpretação, apoio sanitário e restauração, junto do serviço de lamas e banhos salgados.

As instalações da cafetaria, contentor pré fabricado adquirido em regime de urgência, apresentam uma morfologia moderno funcionalista que em nada se enquadra na arquitetura vernacular. Esta circunstância constituiu o ponto de partida para a dissertação, tomando como caso de estudo o operador turístico Cale do Oiro. Naturalmente, o estudo e conservação do território foi a primeira condição projetual, a partir da qual se procurou construir um sentido e significado para o local.

As marinhas constituem uma paisagem singular e nelas é possível identificar dois elementos, os tabuleiros de sal e os palheiros — pequenos apontamentos brancos que se fundem na paisagem. Face ao programa proposto, foi inevitável recorrer ao palheiro como objeto de referência para a interpretação e conformação da cafetaria.

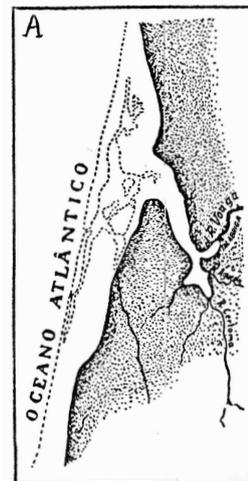
07 Vista aérea das salinas no passado

Fonte: <https://milhasnauticas.blogspot.com/2011/04/as-salinas-de-aveiro.html>



O palheiro é um objeto de grande expressão identitária local e, neste momento, integrado no património ameaçado das salinas, apelando a intervenção e construção de algo significativo para a cidade de Aveiro. A exploração de sal em Aveiro é mais antiga do que a Ria de Aveiro. O documento escrito mais antigo que testemunha a existência das salinas em Aveiro é do ano 959 (Rodrigues, 2004, p. 20). Também O. de Oliveira diz que “a Oeste e Norte da cidade, em terreno com cerca de 1300 hectares, estão situadas as marinhas de Aveiro cuja existência é comprovada desde o século X” (O. de Oliveira, 1988, p. 42). No início, o sal era um produto escasso e muito precioso, daí a sua conotação com *ouro branco*. Por haver pouco e muita procura, era também vendido a preço de ouro ou usado como moeda de troca. Assim, os romanos pagavam parte da remuneração dos soldados em sal, dando origem à palavra *salário* (Dias & Mendonça, 1997, p. 25).

Hoje, por motivos comerciais, as marinhas encontram-se abandonadas por duas razões, ou porque os marnotos se sentem velhos e cansados ou porque não conseguem arranjar moços, pois estes preferem atividades mais lucrativas e cómodas (O. de Oliveira, 1988, p. 43). “A produção de sal marinho, sendo hoje residual, está presente na paisagem e na memória coletiva da população de Aveiro” (Diário de Aveiro, 2019, p. 5). Tal como António Marujo disse, Aveiro é “(...) uma cidade modernizada mas que mantém ruralidades, tempos e lugares esquecidos” (as cited in Miranda, 2004, p. 49). As marinhas de sal fazem parte desses tempos e lugares esquecidos da cidade, sendo urgente atuar, e o design julga poder ter um papel ativo neste desafio que passa por preservar a natureza, tão fundamental para a nossa existência, mas tão esquecida no nosso dia a dia. Se as salinas são um território de riqueza e património da cidade, porque se encontram abandonadas? Como resposta, são apontadas três hipóteses: o foco da exploração turística centra-se no Rossio (centro urbano de Aveiro); a ausência de oferta e divulgação de atividades de interesse turístico nas salinas; a falta de meios de transporte entre o centro da cidade e estas explorações de sal. O operador turístico Cale do Oiro parece poder contribuir para superar as três condicionantes que ditaram o abandono das salinas: está presente e comercialmente visível no centro urbano de Aveiro, oferecendo deslocações turísticas em barco moliceiro do centro às salinas e serviços turísticos de apoio, cafetaria e banhos nas salinas.



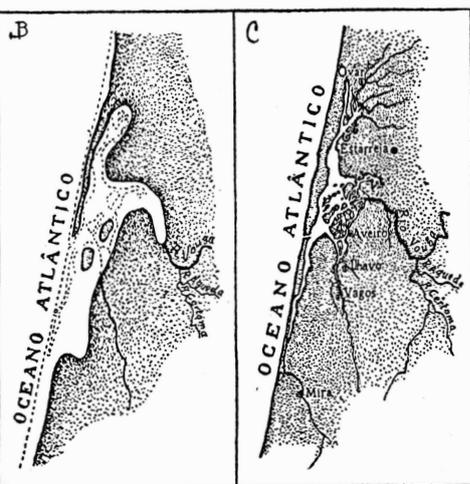
08 Fases da formação da Ria de Aveiro

Fonte: Oliveira, O. de. (1988). *Origens da Ria de Aveiro*. Aveiro. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, p. 17.

Origem da Ria de Aveiro

Estudando o território das salinas de Aveiro, é necessário inserir a Ria de Aveiro, uma vez que tem uma grande influência na indústria do sal. A Ria foi descrita pelo Comandante Silvério da Rocha e Cunha como “(...) um dos acidentes mais notáveis da Costa portuguesa” (as cited in O. de Oliveira, 1988, p. 19). Este acidente foi originado pela erosão marítima da costa de Espinho até ao Cabo Mondego, provocando um pequeno abatimento do leito marinho e um ligeiro levantamento do fundo onde viria a formar-se a Ria (O. de Oliveira, 1988, p. 16). Cunha afirma que a formação do cordão de areia que separa a laguna do mar, que começou no século XI ou XII e terminou a sua evolução em meados do século XVIII, localiza-se no sítio ainda hoje denominado de Barra (as cited in O. de Oliveira, 1988, pp. 19-20). Alberto Souto descreveu este fenómeno da seguinte forma:

O que mais impressiona é a acção e reacção recíprocas da terra e do mar de que resultaram as condições favoráveis ao estabelecimento da laguna, bela, rica e vasta, que tão importante papel representa na vida dos populosos e activos agregados sociais (as cited in O. de Oliveira, 1988, p. 21).



Este papel, que um dia já foi fundamental à sobrevivência, é hoje esquecido, mas uma vez que é fundamental na representação da cidade na atualidade, deve ser lembrado. Quando se questiona sobre a idade da Ria, Orlando de Oliveira afirma que remonta aos tempos da fundação da nacionalidade, dizendo com orgulho que a Ria de Aveiro e Portugal se formaram ao mesmo tempo, por alturas do século XII (O. de Oliveira, 1988, p. 31). A importância da Ria é sublinhada por Brandão quando diz “O homem nestes sítios é quase anfíbio: a água é-lhe essencial à vida e a população filha da ria é condenada a desaparecer com ela. Se a ria adocece, a população adocece” (Brandão, 2018, p. 63). Cunha sublinha que antigamente, a situação em que a Ria se encontrava era determinante à saúde e bem estar da população, oscilando entre períodos de grande prosperidade: desenvolvimento da agricultura, pesca costeira, lagunar e longínqua, indústria salineira, comércio marítimo, crescimento demográfico, e períodos de decadência: crises nas comunicações entre a laguna e o mar, diminuição do volume de águas salgadas na laguna, empobrecimento das pescas, da indústria salineira, da agricultura, decréscimo comercial marítimo

e demográfico (as cited in O. de Oliveira, 1988, p. 20). Também hoje deve ser conservada, antecipando assim eventuais problemas que possam aparecer no futuro, sendo a sua preservação considerada de alta importância, assim como da herança cultural que oferece à cidade.

Complementarmente ao Projeto I, nasceu no ano seguinte o projeto Salineira, uma autoproposta que surgiu das necessidades sentidas no estudo do território no decorrer do projeto anterior. O Projeto Salineira consiste no estudo de um módulo unifamiliar (tipo bungalow) que pudesse dar suporte logístico ao serviço turístico e hoteleiro de alojamento local nas Salinas, com o objetivo de diversificar a oferta, deslocando-a para zonas de menor concentração e custo e, sobretudo, atribuindo-lhes mais valor e significado.

Parece por isso justificarem-se ambos os projetos, não só numa ótica conservadora da arquitetura vernacular e da paisagem, como também pela geração económica e cultural da cidade. No entanto, a sensibilidade da intervenção implicará um pensamento crítico, convocando uma severa tomada de consciência sobre a relevância deste património de grande valor para a cidade. Paralelamente, tomou-se conhecimento através do website *Booking Marinhas*, da disponibilidade de 19 marinhas para venda, não só comprovando o seu abandono como, por outro lado, a oportunidade económica que se abre, pela troca da tradicional exploração do sal por outra atividade turística, como o projeto Salineira que se propõe.

Atendendo ao iminente desaparecimento dos palheiros, esgotada a atividade extrativa do sal, a pertinência deste projeto também se justifica pela recuperação da arquitetura vernacular, através da interpretação da sua forma e pelo prolongamento da mesma.

2. ESTUDO DO ESTADO DA ARTE

2.1. REVISÃO DA LITERATURA

2.1.1. Arquitetura vernacular

A casa é, entre todos os aspectos ou elementos paisagísticos, aquele em que mais visivelmente afloram os condicionalismos naturais, históricos e sociais, psicológicos e culturais, de qualquer grupo humano (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 229).

Este capítulo poderia chamar-se arquitetura vernacular, popular ou tradicional, também devido às diferentes nomenclaturas utilizadas nos recursos estudados que lhe deram origem, chamou-se vernacular. Aquilo que se procurou focar neste capítulo foi a tipologia de arquitetura que usa os materiais e recursos disponíveis no ambiente onde a construção é realizada, ou seja, é uma edificação que pelos seus materiais, técnicas e forma de ocupação do território, atribui caráter a uma certa região ou localidade.

Barata questiona “de onde nasce a admirável diversidade e a invenção de formas e composição das casas populares portuguesas?” e recorre a um trabalho de Bernard Rudofsky sobre arquitetura espontânea de todo o mundo como resposta a esta pergunta, sob o título “Arquitectura sem Architectos” (Barata, 1989, p. 11). Para o autor, a arquitetura popular também foi feita “(...) sem a intervenção formal de profissionais da arte de projetar” (Barata, 1989, p. 11). Aqui o autor sublinha a componente formal, pois considera que sem existir a nomenclatura, estes eram já arquitetos, “(...) ainda que intuitivos, espontâneos e anónimos” (Barata, 1989, p. 11).

Na *Carta sobre o Património Construído Vernáculo*, arquitetura vernacular é definida como: “o meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat”, considerado como uma “(...) expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade cultural do mundo”. Mas não se trata de um processo com fim, mas sim em constante evolução, onde as comunidades vão alterando as construções e adaptando-as como resposta aos constrangimentos sociais e ambientais (Comissão Científica Internacional sobre a Arquitectura Vernácula 1999, p. 1). É esta natureza contínua do processo que marcou as evoluções nos modos de construir.

Fernandes, Bragança, & Mateus remetem o início das construções vernaculares às populações do Neolítico. Os autores contam que antigamente as construções eram simples e engenhosas, sobretudo devido à falta de tecnologia. Todo este conhecimento era empírico e gradual, sendo necessárias várias gerações para chegar às formas e processos ideais para determinado clima e características geográficas (Fernandes, Bragança, & Mateus, 2012, p. 3). A arquitetura vernacular nasce como um modo de construir ímpar e díspar, de resposta a uma série de condicionalismos geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais (Fernandes et al., 2012, p. 1; E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 13). Uma vez que estes condicionalismos diferem de região para região, os elementos que têm em comum são: o pensamento estratégico de adaptação ao meio envolvente, a racionalização dos materiais disponíveis da região e o modo de construir empírico que tanto as caracteriza (Fernandes et al., 2012, p. 1).

No livro *Arquitectura Popular em Portugal*, Antunes et al. dizem que o principal condicionamento da arquitetura regional está relacionado com a pobreza do povo e os materiais de construção. Assim, “constrói-se com os materiais que estão mais ao pé da porta e não longe da forma como a natureza os dá”, sendo alguns desses materiais “(...) a cal, a pedra, o adobe ou a taipa, a madeira e o colmo” (Antunes et al., 1988, p. 172).

E quais eram os principais meios de subsistência da população em Portugal? Eram sobretudo “(...) actividades do sector primário – pesca, agricultura, indústrias extractivas” (Antunes et al., 1988, p. 195). Devido à economia precária, é difícil imaginar a construção de uma habitação que proporcione bem estar, contudo, o homem rural sempre procurou construir uma habitação digna (Antunes et al., 1988, p. 211). Isto deve-se ao alto conhecimento destas pessoas pelo solo em que trabalham, desenvolvendo assim “(...) tipos especiais de edifícios” (Antunes et al., 1988, p. 195). E é nestes edifícios que é possível sentir “(...) a grande lição de sinceridade e elevação plástica que nos é dada através das construções rurais de carácter especificamente utilitário” (Antunes et al., 1988, p. 195). Em resumo, Antunes et al. sublinham as potencialidades do construtor rural da seguinte forma: “(...) sinceridade formal, a coerência entre a construção e o ambiente que o rodeia, a natural compreensão dos valores espaciais e a sua tradução em situações variadas e de elevado sentido estético” (Antunes et al., 1988, p. 211).

Decadência da arquitetura vernacular

Esta abordagem arquitetônica foi-se perdendo ao ser associada ao subdesenvolvimento, tanto material, como social (Fernandes et al., 2012, p. 1). A partir da segunda metade do século XVIII, a Revolução Industrial veio marcar o fim da arquitetura vernacular (Fernandes et al., 2012, p. 3). E. V. de Oliveira & Galhano afirmam que "(...) até aos anos 50, os quadros da vida rural mantinham a velha atmosfera tradicional e pouco haviam evoluído" (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 368). Contudo, a partir dos anos 60, começa a emigração em massa das populações rurais para as nações industrializadas, que procuravam na cidade uma melhor qualidade de vida, tornando-se mão de obra não especializada das indústrias (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 368).

A nossa gente do campo, até aí confinada num mundo sem horizontes e numa economia qualitativa, dispondo de escasso numerário, e tendo de utilizar fundamentalmente os recursos locais, beneficia então da melhoria económico-social geral (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 368).

Fernandes et al. observaram um crescimento desordenado nos centros das cidades, os chamados bairros operários, crescendo a par da indústria, sem condições humanas de habitabilidade, sem luz nem ventilação. Esta clivagem econômica, social e cultural, trouxe consigo o risco da perda e esquecimento de tradições. Assim, a introdução da tecnologia resultou na quebra de tradições, e conseqüentemente, na perda dos métodos de construção anteriormente estabilizados, tão identitários de cada região (Fernandes et al., 2012, p. 3).

Dá-se, conseqüentemente, uma mudança na edificação rural, inicialmente pela substituição dos materiais locais por outros industriais, alguns pré-fabricados (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 368). Fernandes et al. dão como exemplo materiais como o vidro, o cimento e o aço, cuja utilização progressiva homogeneizou a construção e os modos de viver até então definidos pelos materiais localmente disponíveis. No início do século XX, emerge uma preferência pela transparência, pela luz, contato com o sol e o ar livre, marcada pelo movimento moderno, contrastando com as cidades escuras e caóticas, resultantes da revolução industrial. Este novo movimento arquitetônico expande-se por todo o mundo, como um "(...) reflexo de uma vida melhor" (Fernandes et al., 2012, p. 3).

Contudo, este tipo de construção apresenta pouca resistência térmica, tornando as construções dependentes da climatização mecânica, uma comodidade para a qual muito contribuiu a descoberta, em 1926, do gás *freon*, aplicado à climatização dos ambientes e edifícios (Fernandes et al., 2012, p. 4). É nesta época que se atinge o auge da insustentabilidade e o esquecimento das formas e modos de construir vernaculares.

E. V. de Oliveira & Galhano acrescentam que depois dos materiais, a mudança "(...) atinge as formas, as plantas e proporções das casas, organização e apetrechamento do seu espaço interior", havendo assim uma uniformização e perdendo-se a singularidade (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 368). Todos estes avanços técnicos do século XX implicaram um progressivo desinteresse pela arquitetura vernacular (Fernandes et al., 2012 p. 3). Este desinteresse levou à "(...) a morte do velho mundo patriarcal e da crença categórica no trabalho da terra, de que a casa era a imagem viva" (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 373). Com uma subversão diretamente proporcional à capacidade económica de cada região, a paisagem portuguesa passou a ser outra, perdendo-se esse sistema simbiótico do homem com o seu ambiente, construído ao longo do tempo.

Sustentabilidade e arquitetura vernacular

(...) a arquitectura perdeu a sua ligação ao "sítio" e esqueceu definitivamente as suas raízes, resultado da desatenção em relação aos verdadeiros custos desta forma de "progresso" (Fernandes et al., 2012, p. 4).

Assim, nasceu a importância da sustentabilidade e as preocupações ambientais começaram a ser assunto de conversa, sendo essa importância sublinhada no século XX quando a palavra sustentabilidade ganhou significado na publicação do relatório de Brundtland, relatório da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento. Só nesse ano (1987), nasceria o novo conceito de *desenvolvimento sustentável*: "humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs" (ONU, 1987, p. 24).

No livro *Além dos Limites: Da catástrofe total ao futuro sustentável*, Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows e Jorgen Randers acreditam que a sociedade está no início de uma nova revolução, que se prevê tão marcante como as revoluções Agrícola e Industrial. Essa nova revolução chama-se Sustentabilidade (as cited in Fernandes et al., 2012, p. 2). No passado, as sociedades já foram mais sustentáveis do que procuram ser hoje. E porquê? Fernandes et al. acusam o avanço insustentável da sociedade industrializada. Se por um lado, com a industrialização nasce a necessidade de homogeneizar, desenvolver-se-á mais tarde (e novamente) a necessidade de singularizar, provocando um momento de viragem, caracterizado pela busca de energias limpas e edifícios eficientes. Assim, torna-se urgente encontrar alternativas construtivas, pensando no futuro da edificação através de uma reflexão sobre o que já foi no passado. Um desses exemplos é a arquitetura vernacular. Muitos autores acreditam que pode ser o “(...) elemento-chave para o reatar da discussão sobre a identidade e sobre a pertinência de se voltar a uma construção intrínseca ao lugar” (Fernandes et al., 2012, p. 2).

(...) é pertinente olhar as estratégias utilizadas em tempos mais remotos, em que a energia não estava prontamente disponível e em que as máquinas não existiam, onde os artifices tinham de estudar e experimentar outros sistemas que otimisassem o conforto do ambiente interior dos edifícios (Fernandes et al., 2012, p. 5).

Por tudo aquilo que já foi referido, pode-se concluir que na arquitetura vernacular há uma relação entre o homem e a natureza, organizada pela cultura das comunidades que resulta em construções sustentáveis. E é essa própria natureza que condiciona a forma de construir. Barata sublinha o facto do construtor popular se encontrar “(...) próximo do sentir, do entender e do querer dos elementos da comunidade para quem constrói” (Barata, 1989, p. 17). E este conhecimento é passado de geração em geração, sendo o autor não só o agente mas também o porta-voz. Aqui, “(...) o construtor soube-o, e sentiu-a; não precisou de escolas, não consultou manuais, não teve que a justificar!” (Barata, 1989, p. 21). E deste conhecimento acumulado e de forma sensorial, através de “(...) uma relação íntima e secreta do construtor com a Natureza”, aprendida, melhorada e comunicada empírica e oficialmente ao longo de séculos, resulta a forma singular como usavam os materiais (Barata, 1989, p. 31).

Tal como dizem Fernandes et al., “a particularidade do lugar, na sua dimensão holística, é provavelmente a principal denominadora da forma arquitectónica vernacular” (Fernandes et al., 2012, p. 6). Aqui insere-se o conceito de *genius loci* (explorado posteriormente no capítulo 2.1.3. Espaço e lugar), um conceito apropriado por Norberg-Schulz para a Arquitectura, que significa espírito do lugar. É então necessário o sentir o lugar, que Barata referia, para posteriormente se passar à construção. É pelas características singulares de cada lugar que resultam soluções arquitectónicas diferentes, procurando-se sempre a adaptação às condições e meios de cada lugar, procurando o conforto de quem habita (Fernandes et al. 2012, p. 6). É isto que mostra a heterogeneidade dos exemplos registados na obra *Arquitectura popular em Portugal* levada a cabo pela Associação dos Arquitectos Portugueses.

Legado da arquitectura vernacular

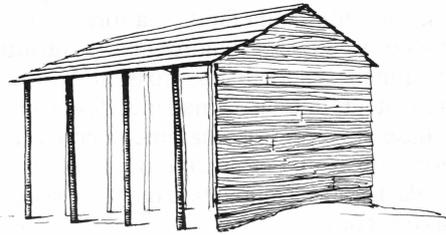
Basta agora saber olhar para trás para interpretar e compreender o que de melhor pode ser transposto para a contemporaneidade (Fernandes et al., 2012, p. 7).

Fernandes et al. dizem que cada região tem a sua arquitectura tradicional, podendo-se afirmar que as construções são o resultado da soma de quatro fatores: os materiais locais, as técnicas, as condições climáticas e a atividade económica das famílias. A estes quatro imperativos acrescenta-se a cultura, já que muitas atitudes técnicas da construção do habitat dependem também da herança cultural das comunidades (com evidência também na construção náutica popular). Assim, mesmo em condições semelhantes, as estratégias adotadas podem variar, resultando inúmeras soluções distintas (Fernandes et al. 2012, p. 7). Aqui há mais uma lição, não é preciso muito para se fazer bem. Contrariamente à atualidade, não havia nenhum programa definido de exploração dos materiais, o material apenas desloca-se do seu local de origem e sem esforço aparente é-lhe destinado uma função construtiva (Barata, 1989, p. 37). “O material é respeitado”, “(...) o material apenas “É” (...) não representa” (Barata, 1989, p. 39), aceitando as suas limitações e procurando a sua vocação (Barata, 1989, p. 41).



09 Palheiro de Ovar, Esmoriz

Fonte: Oliveira, E. V. de, & Galhano, F. (1992).
Arquitetura Tradicional Portuguesa. Lisboa:
Dom Quixote, p. 266.



Por exemplo, na região do interior, o granito emerge do solo como se fosse uma continuação da rocha-mãe e as suas características como a rugosidade e o peso não são ignoradas, mas sim aproveitadas (Barata, 1989, p. 41). Falando das casas de granito, também é importante referir as casas de xisto, onde por vezes o material serve de cobertura da construção, conferindo uma grande unidade (Barata, 1989, p. 45). Barata dá outro exemplo de grande relevância, agora relacionado com as construções de madeira, dizendo que a madeira usada na arquitetura das zonas de pinhal do litoral era trabalhada da mesma forma que a construção do navio antigo ou do barco de pesca, através do *sistema trincado* (tábua sobreposta). O uso de madeira nos apoios na areia, os modos de impermeabilizar as coberturas, “(...) tudo isso é remanescente de uma sabedoria naval do uso dos materiais” (Barata, 1989, p. 45).

Entre o Tejo e o litoral algarvio os materiais são diferentes, originando assim construções distintas. Fala-se do adobe, do tijolo e da taipa, materiais de grande resistência ao calor. Já na Beira Interior, as casas, sujeitas ao inverno rigoroso, lutam contra as perdas de energia, evitando assim chaminés e aguentando o fumo no seu interior. Também o gado é utilizado como fonte de calor, alojando-o nos pisos inferiores das habitações, “(...) o inconveniente do cheiro paga aqui a vantagem térmica” (Barata, 1989, p. 81). Já em Lisboa, não havendo muito frio nem muito calor, é o vento marítimo que tem maior expressão, por isso as construções viram as costas ao vento, cercam-se de muros e vegetação para se protegerem. Aqui, a árvore tem uma função utilitária, já no Minho a árvore acompanha a casa e enquadra-a (Barata, 1989, p. 83). A Sul do Tejo e no Algarve é preciso isolar o calor, assim, o sol é combatido com paredes espessas e poucas aberturas, caiadas de branco para refletirem a radiação (Barata, 1989, p. 85).

10 Casa revestida a cal

Fonte: Barata, M. (1989). *Arquitetura Popular Portuguesa*. Porto: Correios e Telecomunicações de Portugal, p. 54.



Acredita-se que o legado da arquitetura vernacular pode ajudar a construir construções mais sustentáveis, já que os recursos que hoje parecem infindáveis, poderão um dia esgotar-se atribuindo nova pertinência a soluções testadas no passado, aprendendo com o engenho daqueles que não tinham títulos nem reconhecimento.

O futuro da arquitetura vernacular

Como é referido pela Comissão Científica Internacional sobre a Arquitectura Vernácula, estas construções encontram-se ameaçadas em todo o mundo devido à uniformização económica, cultural e arquitetónica. Estes fatores levam a que este tipo de construções se encontrem num estado de grande fragilidade, sendo que um dos desafios da atualidade será conseguir resistir a esta uniformização onde o designer, os governos, urbanistas, arquitetos, conservadores e especialistas de outras áreas poderão ter um papel fundamental (Comissão Científica Internacional sobre a Arquitectura Vernácula, 1999, p. 1). Indira Gandhi, refletindo em 1989, compara a arquitetura tradicional com a arquitetura corrente:

São necessárias as novas técnicas, mas é preciso também conservar as antigas, que reúnem os conhecimentos acumulados pelos habitantes, desde há séculos, para melhor se adaptarem às condições do clima, do meio e dos modos de vida. Não se pode conservar tudo, porque a vida evolui, mas é preciso adaptar e melhorar o que foi adquirido (as cited in Fernandes & Mateus, 2012, p. 67).

Fernandes et al. dizem que estudar a arquitetura vernacular é hoje uma necessidade, pois ensina como utilizar de modo mais racional os recursos, contribuindo para a eficiência e sustentabilidade dos edifícios (Fernandes et al., 2012, p. 11). Qual o futuro para a arquitetura vernacular? Acredita-se que o futuro pode integrar a tradição com a modernidade, ou seja, aprender com o legado da arquitetura tradicional, mas não negando a evolução dos materiais, técnicas de construção e novas exigências de conforto.

Tal como E. V. de Oliveira & Galhano afirmam, algumas cidades procuram hoje um neo-regionalismo ou um neo-rusticismo, como forma nostálgica de regresso a um “paraíso perdido” do mundo rural que se extingue (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 374), ou como instrumento de persuasão turística. Na atualidade podemos identificar esta estratégia como memória cultural e manifesto de homenagem que contribuirá para a dignificação da arquitetura vernacular. Esse foi também o entendimento estratégico e metodológico aplicado aos projetos da dissertação. Não produzir a simulação do passado, mas a sua interpretação presente com autenticidade.

11 Palheiro Leoa (Aveiro)

Fonte: Semêdo, É. (2009). Ecomuseu do Salgado de Aveiro: preservar para transmitir. Aveiro: FEDRAVE, p. 380.

Palheiro enquanto construção vernacular

Os palheiros dos pescadores e dos marnotos são património do acervo arquitetónico tradicional e regional português instalado no distrito de Aveiro. É necessário estudar a identidade desta cultura e tradição, promovendo a continuidade da sua herança material. Quando se pensa concretamente nos palheiros de sal, foco dos projetos da dissertação, torna-se de extrema importância promover o palheiro enquanto manifesto tradicional de uma cultura com referência não só ao objeto mas também à comunidade que o constrói e usa, dignificando assim a memória de todos os que trabalharam na faina do sal.

Quando se pensa numa nova construção a concorrer com o espaço da Ria, e mesmo que o seu desenho não parta da rutura, mas procure continuidades com a preexistência, não se poderá prescindir, necessariamente, da prospeção e estudo dos materiais e adaptação aos novos programas. Será por isso importante ter em conta os contextos evolutivos, não virando as costas ao progresso, mas dar futuro à tradição através da sua reinterpretação.

O progresso técnico tem e prosseguir a sua marcha, porque ele é uma das características da adaptação activa do Homem à Natureza. Mas é evidente que será errado pensar que progredir tecnicamente significa sacrificar (necessariamente) tudo aquilo que pode dar beleza e alegria aos homens (Jorge Dias, as cited in E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 374).



Olhando para o palheiro como objeto da arquitetura vernacular, mas comparando-o com a presente proposta, surgem dois pensamentos: o primeiro relacionado com a sustentabilidade e o segundo com a conservação cultural. O facto de recorrerem a recursos espartanos e técnicas lacónicas, garantia uma natural sustentabilidade destes edifícios, condição que se procura implementar às novas construções do presente. Se estas construções estão a desaparecer, deteriorando-se aos poucos, assim se diluindo na paisagem, também a apropriação das suas formas por novas arquiteturas poderão ressuscitá-las. Quando a arquitetura vernacular alerta sobre a conservação cultural, coloca-se o problema do palheiro como objeto de identidade. Assim nasce o próximo capítulo.

12 Faina da pesca (Praia da Vieira)

Fonte: Antunes, A. da M., Gomes, A. A., Menéres, A., Freitas, A. P. de, Araújo, A., Martins, A. P., ... Pimentel, R. (1988). *Arquitectura popular em Portugal* 2.o Volume. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, p. 147.

13 Faina do sal (Aveiro)

Fonte: <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/AveiDistrito/Boletim06/Imagens/page38.jpg>



2.1.2. Palheiro como objeto de identidade

Temos o direito de introduzir uma nova arquitetura? A arquitetura existente já não é suficientemente interessante?

É necessário observar a Ria de Aveiro com um olhar informado antes de qualquer tentativa de intervenção, pelo que se impõe fazer um levantamento do que já existe, nomeadamente a história e características formais, para que se possa avaliar sobre o interesse das formas arquitetónicas existentes.

Mesmo que o território projetual em causa esteja relacionado com o sal, o palheiro é identificado como um objeto de identidade territorial, de construção tradicional, sob duas tipologias profissionais, a pesca e a extração de sal. Na verdade, as duas artes, piscatória e salina, estão ligadas, pois o sal era utilizado na conservação do peixe. Será pois pertinente conhecer a história do palheiro nos dois casos, assim compreendendo melhor a origem das suas formas, que parecem convergir no desempenho de guarda das alfaias e apoio às fainas que lhes estavam associadas.

O palheiro, ligado à pesca, ou ao sal, não tinha como propósito servir de habitação. Contudo, no caso do pescador, este papel mudou e o palheiro que um dia serviu apenas para guardar as alfaias, progressivamente mudou de papel e passou a servir de habitação, tal como salientam Antunes et al. "(...) a vida da população exige um vaivém contínuo de casa para a rua, para o mar, para a faina, à partida e à chegada das embarcações. A vida passa-se em frente da casa" (Antunes et al., 1988, p. 147).

Em seguida, dar-se-á a conhecer um pouco esta transição da pesca ao sal e as histórias individuais das suas fainas, incluindo os palheiros do pescador e do marnoto, observados desde a sua evolução até ao seu declínio, testemunhos considerados fundamentais para o estudo e conhecimento dos diferentes modos de vida de outros tempos. Relevante será também o estudo das características formais destes objetos, as técnicas de construção e materiais empregues, de forma a suportar o desenvolvimento consciente dos projetos desta dissertação, não só pelo valor técnico implícito mas, sobretudo, pelo valor identitário e paisagístico.

2.1.2.1. Palheiro do pescador

O litoral português foi durante muito tempo um território “(...) desconhecido, deserto e hostil”, associado a “(...) ataques de pirataria, naufrágios, temporais e invasões marítimas” (N. M. dos Santos, 2016, p. 47). Quando se pensa nos pescadores, compreende-se que “(...) o homem só se faz marítimo pela absoluta necessidade”, pois o normal era trabalhar na terra (Soeiro & Lourido 1999, p. 40). Como disse Calo, “terrestres que nada tinham de seu decidem viver do trabalho do mar” (as cited in Soeiro & Lourido, 1999, p. 40). Consequentemente, também as casas eram simples e consideradas um refúgio, mas não são todas iguais, existem variantes, sobretudo entre dois tipos: “(...) as casas do Norte, do domínio dos pescadores de lancha e da apanha massiva do sargaço e, do Douro para baixo, as vivendas dos pescadores das meias-luas e xávegas, habitantes dos grandes areais” (Soeiro & Lourido, 1999, p. 40).

Zona litoral Norte

Para o domínio da investigação, o estudo prendeu-se à região central do litoral de Portugal, contudo, foi considerado pertinente conhecer o grupo da zona norte para compreensão das diferenças com o grupo da zona centro. E. V. de Oliveira & Galhano falam da zona litoral norte:

(...) os grupos piscatórios concentram-se junto à praia, em bairros típicos, ou dispersam-se na área rural ou urbana mais para o interior, vendo-se então na praia apenas os barracos de abrigo e arrecadação, habitação temporária deles ou dos cabaneiros ou lavradores-sargaceiros da região (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992 p. 227).

Na zona Norte estão presentes duas comunidades, piscatória e agrícola, que “(...) não se fundem nem se confundem” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 227). Contudo, algumas populações rurais conhecem atividades relacionadas com o mar, como por exemplo a apanha do sargaço para adubo, pois, “(...) os estratos mais pobres, que, sem terras, eram obrigados a lançar mão de modos de vida diversos, devem ter-se dedicado à recolha de algas para a venda” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 227). Foi esta necessidade de deslocação para as areias da beira-mar que provavelmente originou a “(...) formação de certos aglomerados costeiros da região” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 227).



15 Barracos de pedra de lavradores-sargaceiros (Viana do Castelo)

Fonte: Oliveira, E. V. de, Galhano, F., & Pereira, B. (1975). *Actividades agro-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, fig. 132.



A partir desse momento, “lavradores, sargaceiros e pescadores têm, nos locais convenientes da costa, barracos de abrigo e recolha de barcos e de aparelhagem de pesca e de sargaço” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 260). Santos Junior chamou-lhes em 1985, de “casas do mar”, onde moravam os “criados de ir ao mar” (as cited in Soeiro & Lourido, 1999, p. 40).

Construía-se com os materiais disponíveis localmente, contudo, há certos materiais associados a atividades: “(...) barracos de pedra, pertença originariamente sobretudo ao lavrador-sargaceiro; e barracos de madeira, do pescador e do cabaneiro” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 260). Por exemplo, a pedra era utilizada em Fão, cuja atividade estava ligada à agricultura, já a madeira era utilizada na Póvoa do Varzim, com atividade ligada a pesca, uma vez que o pinhal se encontra longe de ambos, esta diferença é de natureza cultural, partindo assim de conceitos diferentes (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 15).

(...) a casa de pedra, estável, como casa de lavrador; a de madeira, como o barco, para o pescador e o cabaneiro pobre, que se acomoda com uma construção improvisada, precária e descuidada, incerta, provisória, quase volante, como a sua vida (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 228)

Esta regra não é de aplicação geral, por exemplo, ao sul do Ave, existem barracos de pedra associados à atividade piscatória (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 228). Aqui é possível reconhecer que não são os aspetos naturais e geográficos que contam, também o homem e a sua cultura têm um papel ativo nestas decisões.

Zona litoral Centro

(...) diante do mar só uma construção transitória, uma barraca, é que fica bem (Brandão, 2018, p. 130)

Seguindo para sul e cruzando o Douro, entra-se na zona dos palheiros do litoral central. Assim, materiais como o granito dão lugar ao barro e ao domínio das grandes dunas (Soeiro & Lourido, 1999, p. 41). Não havia pedra nem madeira, aproveitando os restos que o mar transportava até à costa, contudo, quando houve a reflorestação de pinheiros, passou a haver matéria prima que permitiu a construção de palheiros (Soeiro & Lourido, 1999, pp. 41-42). Estes palheiros são característicos de uma região “(...) com cerca de 100 quilómetros de comprimento, que vai desde Espinho à Praia de Vieira de Leiria (...) interrompida apenas pela foz do Vouga e pelas escarpas calcárias da Serra da Boa-Viagem entre Quiaios e a foz do Mondego” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 9). Nesta região existiam duas manifestações culturais do grande valor e interesse, a pesca de arrasto para terra denominada de arte xávega e a utilização da madeira como material essencial e único na construção das casas, os chamados palheiros (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, pp. 9-10).

Casa de madeira no litoral central

Brandão questiona “como vive esta gente?”, referindo-se aos pescadores, e responde “vive com simplicidade nos palheiros, casa ideal para pescadores” (Brandão, 2018, p. 82). Segundo Cachim, os palheiros do litoral central português apareceram nos finais do século XVIII e destinavam-se inicialmente a servir de abrigo aos pescadores na época da pesca, eram estruturas completamente construídas em madeira e extremamente rudimentares (Cachim, 2007, p. 42). E. V. de Oliveira & Galhano dizem que o litoral encontrava-se vazio, sem intervenções ou construções humanas, pois estas encontravam-se apenas para lá das dunas (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 264). Esta situação foi-se alterando a pouco e pouco. Em contraste com a zona norte, onde as povoações eram próximas e acessíveis e os barracos serviam de abrigo momentâneo e para recolha de barcos, aparelhos ou sargaço, os palheiros da zona centro, nos meses de safra, começaram a servir de habitação temporária aos pescadores, pois viviam longe do litoral (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 265).



16 Praia de Mira (1954)

Fonte: http://www.praia-de-mira.com/?page=fotos_antigas

Entre largos lanços de praia totalmente desertos, adensavam-se pequenos grupos de casario escuro, compostos então unicamente de palheiros de tabuado, dispersos no areal e mais tarde alinhados em arruamentos mais ou menos regulares, onde se instalavam, durante a época da safra, as gentes de outros lados (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 264).

Segundo Teixeira de Pinho, foi no Furadouro “(...) que se edificaram, de todas as praias, os primeiros palheiros de habitação temporária” (as cited in E. V. de Oliveira & Galhano, 1964 p. 31). Os palheiros foram fundados pelos pescadores do interior, sobretudo de Ovar e de Ílhavo e, de seguida, por outras pessoas interessadas no negócio da pesca, como por exemplo, negociantes de peixe, lavradores, pescadeiras, vendedeiros, taberneiros, autoridades fiscais (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, pp. 10-11). E, mais recentemente, por banhistas que no século XVIII e principalmente a partir do século XIX procuravam acomodações (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 264). Pode-se dizer que o mar passou a ter uma componente lúdica.

E. V. de Oliveira & Galhano dizem que durante esse período de faina, os locais “(...) conheciam uma extraordinária animação (...) terminada, porém, a época, e durante o Inverno, toda essa animação e movimento desaparecia e os palheiros ficavam desertos” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 264). Isto deve-se ao facto dos palheiros inicialmente servirem apenas de abrigo ou de habitação temporária, tirando esses momentos não havia nenhuma atividade na costa nem condições de habitabilidade (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 11). Assim, os pescadores são obrigados a regressar ao interior e a dedicarem-se a outros meios de subsistência, como outros géneros de pesca e à agricultura (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, pp. 264-265). Aos poucos, a estadia no palheiro passou de temporária a permanente, quando foram criadas melhores condições de habitabilidade.



17 Ovar, Furadouro

Fonte: Oliveira, E. V. de, & Galhano, F. (1992). *Arquitetura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, foto 209.

18 Palheiros da Tocha

Fonte: Antunes, A. da M., Gomes, A. A., Menéres, A., Freitas, A. P. de, Araújo, A., Martins, A. P., ... Pimentel, R. (1988). *Arquitectura popular em Portugal*. 2.o Volume. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, p. 182.

19 Palheiros de Mira

Fonte: Oliveira, E. V. de, & Galhano, F. (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, foto 211.

Recorreu-se a um excerto de E. V. de Oliveira & Galhano que resume a história do palheiro do litoral central:

Erguidos de entrada por gentes de outras partes – principalmente pescadores – que aí vinham regularmente, mas apenas em certas épocas, e os utilizavam então apenas como instalações ocasionais ou temporárias, eles transformam-se, com a progressiva fixação dessas pessoas, em verdadeiras casas de residência permanente, que funcionam depois como pontos de atracção de outras gentes de várias classes (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 265).

O palheiro, há medida que ganhou notoriedade e valor, e conseqüentemente interesse, foi alterando a sua função, passando de local de armazenamento de alfaías de pesca, para habitação temporária, permanente, e mais tarde visto como potencial económico para arrendar quem queria passar férias perto do mar. Ao contrário do esperado, estas evoluções não continuaram a ocorrer, a técnica de construção dos palheiros acabou por cair em desuso e a ser associada a condições de pobreza, desvalorizando por completo a essência dos palheiros. Não foi isso que aconteceu na Costa Nova onde os palheiros foram aprimorados, pintados às riscas de cores fortes, substituindo gradualmente a madeira por materiais menos perecíveis.

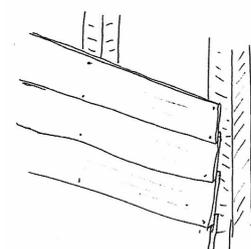
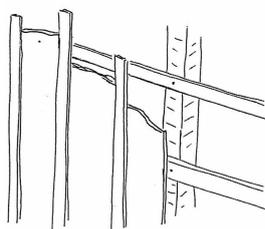
Caraterísticas do palheiro

Além-Douro, na faixa arenosa compreendida entre este rio e as “arribas” do Sul, a construção de madeira define-se e avulta, e surge o “palheiro” de tabuado, de planta rectangular, assente sobre pilares de pedra, ou, onde é sensível o movimento das dunas, em estacaria, com telhados de duas águas por vezes muito inclinadas, de empena sobre a ria, outrora cobertos de colmo ou estorno e, hoje, de telha (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, pp. 256-257).

Relativamente a materiais, existiam dois motivos para a utilização da madeira, o primeiro relaciona-se com a falta de acesso a materiais como pedra e barro para fazer adobe, pois as ligações ao interior eram escassas e precárias, o segundo motivo prende-se com o facto das dunas terem



muitos pinheiros plantados, fornecendo assim madeira em abundância (E. V. de Oliveira & Galhano, 1992, p. 264). Embora poucas construções apresentem a madeira como material único, neste caso isso acontece devido à facilidade de obtenção da matéria prima (Antunes et al. 1988, p. 181). O tipo de madeira utilizado era pinho, resistente ao contacto do ar salino do mar (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, pp. 143). Outro tipo de madeira utilizada era a madeira de carvalho, presente no Norte e Centro, uma madeira dura e mais difícil de trabalhar, mas também com maior durabilidade, utilizada na base dos prumos de pinho, protegendo-os da humidade presente no solo (T. J. N. de Oliveira, 2011, p. 29)



Em relação ao revestimento, este era feito em tabuado. E. V. de Oliveira & Galhano (1992) dizem que era quase sempre pintado de vermelho (p. 257) e Antunes et al. (1988) acrescentam que também poderia ser pintado de ocre, contudo, quando as tábuas não eram pintadas e permaneciam vários inversos expostas, ficavam cinzentas e com uma textura aveludada (p. 183). Em relação à sua posição, o tabuado era colocado na vertical ou horizontal, na vertical “(...) as tábuas unem-se por meio de mata-juntas”, na horizontal, as tábuas “(...) sobrepõem-se e os encontros são rematados verticalmente” (Antunes et al., 1988, p. 183). A madeira é justaposta no sistema vertical e trincada no sistema horizontal (V. C. M. Ribeiro, 2011, p. 39). Nas casas mais pobres, o tabuado era disposto horizontalmente e raramente pintado, enquanto que nas mais abastadas, o tabuado era quase sempre pintado e disposto verticalmente (Brito, 1981, p. 46).

20 Tipos de revestimento

Fonte: Cachim, P. B. (2007).

Construções em Madeira - A madeira como material de construção. Porto:

Publindústria, p. 44

Em relação à cobertura, Brito refere que inicialmente os pescadores abrigavam-se numa cobertura feita de estorno, mas infelizmente hoje já não há nenhum palheiro assim: “(...) não resta hoje outra memória além do nome dado às construções, o qual, por sua vez, originou uma das designações vulgares da povoação: Palheiros” (Brito, 1981, p. 45). A autora diz também que o estorno foi substituído pelo tabuado de madeira e por sua vez pela telha, num telhado de duas águas (Brito, 1981, p. 45).

Decadência do palheiro

Como referido anteriormente, no século XVIII, mas principalmente a partir de meados do século XIX, os palheiros do litoral começaram a ser procurados pelos banhistas no verão. Rapidamente, ano após ano esta procura aumenta e surgem novos conceitos e necessidades que, como consequência, levam a modificações nestas construções, “(...) alterando a sua fisionomia e finalmente desagregando o seu carácter” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 13).

O banhista é o ator principal neste papel, que no início pareceu consagrar o palheiro, querendo dar-lhe uso sem intervir na sua construção, mas rapidamente e “(...) aliado ao espírito renovador da época, ao sentido utilitário dos nossos dias, e à elevação geral do nível de vida da população, será ali a causa principal e mais directa da extinção desse tipo de construção” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964 p. 14). Não só o banhista teve um papel na decadência do palheiro, mas também as próprias evoluções da região contribuíram para tal.

A grande procura pelo litoral como local de fruição turística fez com que rapidamente se procurassem melhores condições para os banhistas, nomeadamente a construção de vias de acesso. A nível de materiais, a madeira que inicialmente era o único material disponível, com a abertura das estradas, começou a ser exportada para fora da região, onde a pouca que permaneceu encareceu rapidamente. A mesma facilidade de transporte fez com que materiais que antes não eram de fácil acesso, como a pedra, o adobe e o tijolo passassem a ser acessíveis, e como são considerados de maior resistência, começaram a substituir a madeira nas construções (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 15). Assim, é possível afirmar que o turismo se sobrepôs à cultura do pescador e a arte xávega acabou por desaparecer, tal como os palheiros originais.

(...) qualquer coisa que o substitua nunca terá com a vastidão dos areais e do mar a íntima, directa, por vezes mesmo dramática, ligação que tem a casa feita de madeira, da mesma madeira com que fizeram o barco (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 121).



22 Mira (1954)

Fonte: http://www.praia-de-mira.com/?page=fotos_antigas

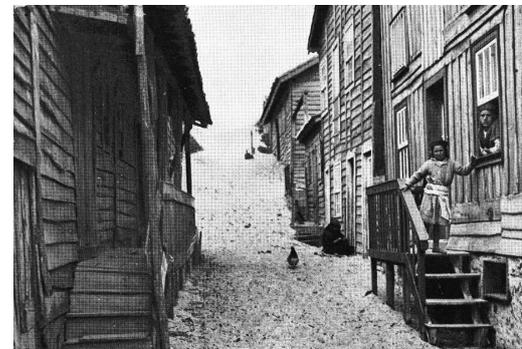


23 Palheiros Praia de Mira

Fonte: http://praia-de-mira.com/?page=postais&postal=Edicao_Aq_Pessoa_Praia_de_Mira-Palheiros.jpg

E. V. de Oliveira & Galhano lamentam o facto destas alterações terem sido feitas por “(...) quem não sabe nem sente o que ele representa” e “(...) aniquilam lamentavelmente a originalidade profunda do seu carácter primordial” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 15). Para além disto, os autores dizem que a sua decadência é acelerada pelos próprios poderes públicos que chegam a proibir a reparação dos palheiros de madeira, contudo, acreditam que grande parte dos palheiros, quando cuidados, “(...) conservam a dignidade e a beleza da sua tradição secular” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 15).

“Por isso o palheiro acaba, naturalmente”, acabando com ele também as soluções inteligentes de uma arquitetura vernacular (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 121). Os autores acrescentam que em pouco tempo já nem haverá a oportunidade de saber como eram os palheiros, onde “(...) o engenho dos homens por vezes tão notavelmente se manifestou” (E. V. de Oliveira & Galhano, 1964, p. 7).



2.1.2.2. Palheiro do marnoto

Sal, tempero da vida (Soeiro & Lourido, 1999, p. 34).

O antigo marnoto Manuel da Cruz Regala diz que a história da cidade de Aveiro “(...) começou com a narração de cedência de umas terras e Salinas ao Mosteiro de Guimarães no ano de 959” (A. M. do A. C. Dias & Mendonça, 1997, p. 3). Segundo a Direcção Geral das Pescas, existem marinhas de sal no Tejo, Sado, Algarve, Aveiro e Figueira da Foz (Direcção Geral das Pescas, 1985, p. 3). Para o objeto de estudo, que se foca nas marinhas de Aveiro, torna-se pertinente conhecer mais sobre as marinhas suas vizinhas a norte, por serem as mais próximas. Soeiro & Lourido dizem que no litoral norte, as condições naturais não eram as mais favoráveis para a salicultura e, como consequência, as explorações foram abandonadas relativamente cedo, beneficiando assim as explorações a sul do Douro, que facilmente enviavam parte da sua produção para o norte do país (Soeiro & Lourido, 1999, p. 27).

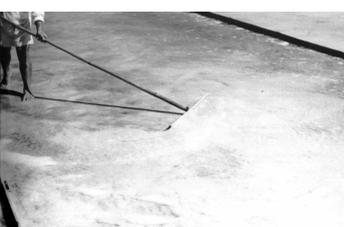
Como afirma Rau “da abundância da região de Aveiro resultou inevitavelmente a decadência, ou até o desaparecimento, dos outros centros produtores de além-Douro” (Rau, 1984, p. 60). Assim, no litoral central, junto da foz dos rios, encontra-se a atividade pesqueira e a exploração de sal (Soeiro & Lourido, 1999, p. 27). A. M. do A. C. Dias & Mendonça acrescentam que nos séculos XIII e XIV, o sal de Aveiro teve um papel de destaque na economia a nível nacional, com cerca de 500 salinas a laborar (A. M. do A. C. Dias & Mendonça, 1997, p. 7).

Sal de Aveiro

A intervenção sobre o lugar reclamava um maior conhecimento sobre a produção do sal. Assim, foi importante conhecer o processo de produção de sal e recolher informação com potencial para o desenvolvimento projetual.

Nas marinhas de Aveiro “(...) o sal é obtido por evaporação natural, partindo da água do mar” (Soeiro & Lourido, 1999, p. 37). Rodrigues acrescenta que o sal de Aveiro é um “sal fino. Sal finíssimo. Diferente do sal traçado do Tejo ou do sal grosso de Setúbal” (Rodrigues, 2004, p. 20).

Com água e luz, a alma aveirense é feita de sal
(Rodrigues, 2004, p. 20).



A safra começa na primavera, com a preparação da salina e termina no início do outono com o alagamento da mesma (Soeiro & Lourido, 1999, p. 37). Os moços não trabalhavam apenas durante a safra do sal (Peixinho, 2019, pp. 6-7). Segundo Leitão, no resto do ano, dedicam-se à pesca na ria (as cited in Amorim, 2001, p. 29). Amorim acrescenta que para além da pesca também se dedicam à lavoura (Amorim, 2001, p. 29). A produção de sal tem como foco o verão, uma vez que o sol, o calor e algum vento constituem as condições materiais necessárias para a extração do sal. Necessárias mas não suficientes, uma vez que o homem ainda exerce um papel fundamental. Esse papel passa por controlar o afluxo de água e a criação de tabuleiros com uma grande superfície de exposição solar para aceleração da cristalização que se faz à superfície. A produção passa por uma série de etapas e compartimentos com funções distintas: o primeiro compartimento, o reservatório geral, recebe a água do mar; os reservatórios seguintes têm 4 funções: reduzir o volume de água, purificar a água por sedimentação das matérias em suspensão, promover a cristalização dos compostos menos interessantes e aumentar a concentração salina; depois a água vai para os cristalizadores, tabuleiros menores, onde se dá o processo de cristalização (Soeiro & Lourido, 1999, p. 37).

Terminado este processo, que requer experiência e dedicação, o sal é transportado em canastras até à eira, onde se constrói o monte de sal, posteriormente coberto por um manto de junça para o proteger da chuva (Soeiro & Lourido, 1999, p. 37). “A cordilheira começa a tomar formas de fruto a mostrar-se para o amadurecer da montanha que o espera, em forma de cone” (Melo, 1998, p. 94).

Contrariamente ao que se poderia pensar, as salinas pertenciam a famílias locais abastadas que, infelizmente, se deslocavam raramente às marinhas de produção (Direcção Geral das Pescas, 1985, p. 5). Assim, a exploração de sal é feita a medias entre o proprietário e o marnoto, cabendo ao marnoto o trabalho na salina e a gestão dos moços (Soeiro & Lourido, 1999, p. 37). O marnoto, figura central da salicultura, é o “homem que trabalha nas marinhas de sal e dirige a sua exploração” (Dias, 1995, p. 60), dominando o conhecimento que lhe permite liderar o trabalho e o moço é o “ajudante do marnoto nos trabalhos de salinagem” (Dias, 1995, p. 62).

Decadência do salgado de Aveiro

O salgado atravessa uma crise que indicia o seu desaparecimento (Semêdo, 2009, p. 20).

Durante os séculos XVII e XVIII, grande produção de Aveiro estagnou, devido a problemas da barra e conseqüente falta de água na laguna. A sua recuperação só se verificou no século XIX, e apenas em meados do século seguinte é que regularizou, com cerca de 260 marinhas nos anos 60. A partir da década de 70 do século passado e até hoje, tem-se assistido infelizmente à “morte lenta das salinas” (A. M. do A. C. Dias & Mendonça, 1997, p. 7).

Silva compara a atualidade com registos bibliográficos, e diz que algumas das artes ligadas à pesca foram bem conservadas, contudo, quando se pensa noutras atividades tradicionais como a indústria do sal e a recolha do moliço, verifica-se a sua quase extinção (Silva, 2009, p. 19). A redução de consumo doméstico de sal (usado como conservante para salga, na indústria química e pela indústria de higienização), a preferência industrial pelo sal de mina e o aconselhamento para que se reduza o seu consumo na comida têm condenado as marinhas de Aveiro à extinção (Direcção Geral das Pescas, 1985, p. 8).

Como refere Meyer “(...) sucessivas campanhas informam os consumidores de que o sal é prejudicial à saúde, enquanto algumas vozes, mais isoladas, afirmam que se o sobre consumo é perigoso, também o é a sua insuficiência” (as cited in Amorim, 2001, p. 5). Rapidamente se deu a degradação das marinhas, que “(...) está a consumir o Salgado de Aveiro fazendo-o fisicamente desaparecer” (Amorim, 2001, p. 8).

O sal de Aveiro vive momentos difíceis. Os marnotos escasseiam. As marinhas, que já foram às centenas, contam-se hoje pelos dedos das duas mãos (Rodrigues, 2004, p. 22).

Segundo Dias & Mendonça, as principais conseqüências do desaparecimento das salinas em Aveiro são a perda do património cultural e o impacto ambiental. Referem ainda, que este segundo ponto é menos imediato, mas de grande relevância, uma vez que segundo



32 Palheiro

Fonte: Melo, C. e. (1998). A Ria a preto e branco. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, p. 45.

a *Quercus*, existem 26 espécies de aves limícolas que vivem nas marinhas de sal, como por exemplo a garça-real, o guarda-rios e o alfaiate (Dias & Mendonça, 1997, p. 23). Mas não se restringe só a aves, tal como aponta Semêdo “é uma vasta área, muito húmida, de águas de salinidades variáveis de vida fervilhante (peixes, répteis, moluscos, crustáceos, invertebrados diversos, microrganismos...)” (Semêdo, 2009, p. 50). Assim, é possível concluir que a decadência das marinhas de Aveiro não tem impacto apenas na cultura da cidade, mas também nos ecossistemas que nela vivem. O desaparecimento dos palheiros são consequência da instabilidade da indústria salineira. A sua reconstrução poderá devolver alguma da vida desaparecida.

Caraterísticas do palheiro

A indústria muito antiga da extracção do sal marinho está ligada a uma paisagem rigorosamente estruturada, a das salinas – largos horizontes meticulosamente polvilhados de pirâmides alvíssimas, em que se integra, as “casas de sal”, sóbrias construções de alvenaria ou de madeira (Antunes et al., 1988, p. 206).

Nesta citação, os autores referem-se a “casas de sal”, que polvilham a paisagem das salinas, correspondendo os palheiros de sal. Felizmente ainda é possível visualizar estes pontos brancos nas marinhas de Aveiro, mas teme-se que seja por pouco tempo. Antunes et al. referem que estas construções são feitas em alvenaria ou em madeira (Antunes et al., 1988, p. 206). São poucas as referências em relação ao palheiro de sal, em contraste com o que acontece com os palheiros dos pescadores. Achou-se portanto pertinente procurar o máximo de literatura, que, aliada à observação direta, permitisse retirar as conclusões a seguir apresentadas.

Semêdo também refere esta lacuna na literatura em relação aos palheiros, mas faz a distinção entre as os palheiros antigos, com a ajuda da descrição minuciosa de João Lemos, e o palheiro na atualidade, com aquilo que observa diretamente na paisagem.



33 Palheiro em madeira

Fonte: <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/AveiDistrito/Boletim03/Imagens/page06.jpg>



34 Palheiro em alvenaria

Fonte: <http://ww3.aeje.pt/avcultur/Avcultur/AveiDistrito/Boletim13/Imagens/page72.jpg>



A definição do palheiro antigo de Semêdo entra em concordância com duas definições de outros autores:

Casa simples, normalmente em madeira, onde se guardam os instrumentos de trabalho. Serve também de abrigo ao pessoal, quando faz mau tempo (A. M. do A. C. Dias & Mendonça 1997, p. 31).

Casa rudimentar, primitivamente, em madeira e coberta com bajunça, o mais das vezes, de chão térreo juncado com ervas ceifadas na salina, onde se guardam as alfaias; serve, também, de abrigo para o pessoal, quando faz mau tempo. Por vezes, ostenta, por cima da porta, o nome da marinha (Dias, 1995, p. 66).

Em ambas as definições, o material referido como original é a madeira, onde o palheiro apresenta a função de abrigo da chuva e local para guardar as alfaias. Semêdo também descreve o palheiro antigo. Em relação ao material, Graça diz “o material de construção são tábuas de madeira aplicadas em “escama horizontal (ou em) escama vertical” (as cited in Semêdo, 2009, p. 110). O telhado é de duas águas e coberto por estorno ou caniço, que foi substituído por telha tipo canudo de fabrico artesanal. Em relação à posição do palheiro, a fachada, na maior parte das vezes, encontra-se virada para os quadrantes Sul e Este, ficando assim mais protegidos do vento do quadrante Norte, com uma porta na frente e uma pequena janela na parte de trás (Semêdo, 2009, p. 110). O mobiliário do palheiro, de grande simplicidade, estendia-se para o exterior:

(...) era composto por uma mesa e bancos talhados com a enxó em tábuas de caixas de sabão; um banco, do mesmo material, corria o comprimento do palheiro no lado mais abrigado do vento a que se encostava a mesa para tomar as refeições ao ar livre quando o estado do tempo o consentia (Semêdo, 2009, p. 110).

Embora o palheiro não tivesse como função a habitação, geralmente no seu interior existiam duas tarimbadas de madeira cobertas de bajunça, usadas pelos que pernoitavam na marinha (Semêdo, 2009, p. 110). Os moços que eram de longe e não conseguiam ir a casa após o dia de

35 Pausa para a merenda

Fonte: Melo, C. e. (1998). A Ria a preto e branco. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, p. 65.



36 Armazéns de sal

Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/3d/f3/a7/3df3a7dc6f89e4c94b12478fb1d776f2.jpg>

trabalho, dormiam no palheiro, regressando a casa só no fim de semana (Peixinho, 2019, p. 7). No seu interior também existia “uma trempe ou pedras convenientemente dispostas, que tanto eram usadas dentro como fora do palheiro, acolhiam os tachos onde, desejando-o, cozinhavam a refeição ou a aqueciam no caso de a trazerem de casa” (Peixinho, 2019, p. 110-111). No palheiro encontrava-se um ferro untado com óleo queimado para impedir que as formigas fossem ao encontro dos alimentos que deixavam quando chegavam à marinha. No chão de terra batida encontrava-se enterrada uma bilha de barro para manter a água fresca. No interior do palheiro encontrava-se ainda uma vassoura para limpar o chão e tábuas que serviam de suporte para arrumar as ferramentas de trabalho (Peixinho, 2019, p. 111).

Hoje ainda se encontram alguns palheiros em madeira, (os mais primitivos segundo os autores), mas grande parte dos palheiros hoje erigidos no território, são construídos em alvenaria de tijolo. Recorreu-se também à descrição de Semêdo sobre os palheiros na atualidade. O autor diz que, tal como no palheiro antigo, a construção é de tábua, mas também pode ter “(...) paredes de tijolo, ligadas por cimento, rebocadas e caiadas” e que a sua cobertura pode variar entre placa de cimento ou telhado de duas águas em telha ou folha zincada (Semêdo, 2009, p. 110). Também Antunes et al. falam da cal, dizendo “(...) é-lhe reconhecida a vantagem de proteção às telhas contra as emanações salinas e então a casa surge-nos como um bloco branco que repetido, imprime cunho especial ao aglomerado” (Antunes et al., 1988, p. 191). Em relação ao interior, semelhante ao palheiro antigo, o autor apenas aponta que o chão passa a ser cimentado e por vezes surge o nome da marinha num azulejo por cima da porta, como manifestação de propriedade (Semêdo, 2009, p. 110).



Os palheiros dos marnotos nunca foram transformados em habitação, tal como aconteceu com os palheiros dos pescadores, devido às suas dimensões reduzidas e pelo facto de viverem mais perto do local da faina. Semêdo conta que a Beira-Mar era a área de residência de muitos trabalhadores das marinhas (Semêdo, 2009, p. 112). Também relativamente perto se encontravam os armazéns de sal, onde ainda hoje os poderemos encontrar junto ao canal de S. Roque. Para sua perpetuação, é convocada a sua forma celebrando-os no desenho dos projetos.

Futuro do sal de Aveiro

Enfim, Aveiro não podia viver, por muito mais tempo, do sal. O protagonismo que sentiu, em tempos, à volta deste produto, parece não mais regressar... (Amorim, 2001, p. 81).

Acredita-se que a solução não passa por reabilitar todas as marinhas para a produção de sal, isso seria uma ilusão, uma vez que, como anteriormente referido, o consumo de sal diminuiu drasticamente, havendo hoje soluções alternativas ao seu consumo. Assim, como refere Amorim, a reativação do salgado de Aveiro, dependerá da "(...) promoção cultural e sócio-profissional dos parceiros sociais, numa atitude objectiva e franca, interessados em encontrar novos caminhos para o sal de Aveiro..." (Amorim, 2001, p. 81). Pensa-se que o caminho está no carácter cultural e social, e naturalmente, voltado para os turistas que visitam a cidade. A verdade é que "o salgado aveirense, pela sua antiguidade, associou-se indelevelmente à imagem da região" (Semêdo, 2009, p. 72). A própria paisagem natural já constitui valor para atração dos turistas, contudo, se não houver preservação e valorização, em pouco tempo, deixará de existir esta paisagem, sendo urgente atuar para que se mantenham fortes os motivos da sua visita.

Numa notícia do Diário de Aveiro, a ACA (Associação Comercial de Aveiro) procura empreendedores para criação de empresas relacionadas com a produção e comercialização de sal, de produtos ou serviços associados que procurem, segundo o presidente da organização, Jorge Silva, "(...) a reabilitação e dinamização das marinhas de Aveiro através do seu aproveitamento para fins empresariais, ao mesmo tempo que promove a criação de emprego qualificado" (JP, 2018). Uma coisa é certa, a promoção do investimento e os apoios existem, sendo este um primeiro passo para a mudança. Hoje, é já possível observar vários projetos implementados nas marinhas e adquirir diversos produtos novos onde se utiliza flor de sal e salicórnia, inovando os destinos do sal produzido nas marinhas de Aveiro. Talvez outra forma de explorar a salina fosse a pesca, tal como apontou Amorim, poderá ser uma "(...) alternativa económica à rentabilização do salgado de Aveiro" (Amorim, 2001, p. 81). Aliada à pesca, uma valorização sobre a observação das aves e sobre o método tradicional de produção de sal, serão pontos a investir.



37 Salinas Aveiro (2018)

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BfnyarwB5tB/>

No ano passado, o Diário de Aveiro noticiava que várias marinhas da Ria de Aveiro estão a ser recuperadas, mas a insegurança provocada por assaltos sistemáticos às marinhas, estava a desmotivar os proprietários, levando-os a ponderar desistir do negócio (Cohen, 2018). Reconhece-se um dos riscos de investir neste território, que, como está em grande parte abandonado, qualquer reabilitação se torna atrativo para roubos. A ocupação económica do território poderá inverter a tendência do seu abandono, gerando fluxo na paisagem de modo a evitar estes ataques, que passarão a adquirir mais segurança por via da iluminação pública. Mas o grande objetivo deste projeto será manter vivo o palheiro, enquanto objeto de identidade local porque, como refere Semêdo,

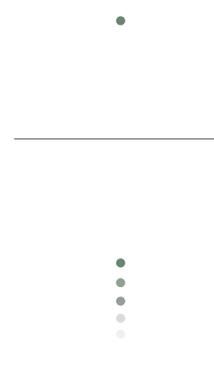
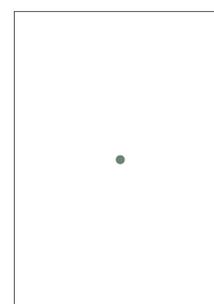
“um objecto que permanece vivo é um objecto preservado” (Semêdo, 2009, p. 117).

2.1.3. Espaço e lugar

A intervenção no território da Ria implicará uma reflexão sobre a ideia de qualificação vs desqualificação do espaço. O que é o espaço? Um domínio neutro ou um lugar de memórias? Será importante distinguir os termos “espaço” e “lugar”, “organizar” e “ocupar”, uma vez que poderão condicionar as intenções do projeto.

Fernando Távora, na sua obra de referência ontológica “Da Organização do Espaço”, reconhece a arquitetura como atribuição de ordem ao espaço, articulando a escala da casa à da cidade e do território. Nesse sentido, para o fundador da Escola do Porto, a natureza do problema é a mesma, residindo no desenho como meio estratégico de intervenção social e económica. Para a compreensão do conceito, o autor explica: quando numa folha de papel se marca um ponto, pode-se dizer que o ponto organiza o espaço a duas dimensões (definidas pelas coordenadas x,y); ao considerar-se o afastamento deste ponto da folha, pode-se dizer que o ponto organiza o espaço a três dimensões (definidas pelas coordenadas x,y,z); mas ao imaginar que o ponto se encontra não estático, mas em movimento, acrescentar-se-á uma quarta dimensão, a do tempo (Távora, 1982, p. 23). Só a quatro dimensões é que a organização do espaço corresponde à realidade. Quando se pensa em volume, superfície, linha e ponto, pensa-se em formas e as formas organizam o espaço. E o que é espaço? O espaço é forma, porque “(...) o espaço que separa - e liga - as formas é também forma”, o espaço é aquilo que os olhos não conseguem apreender por processos naturais (Távora, 1982, p. 24). Então, existe uma relação entre as formas visíveis, mas também entre as formas invisíveis (Távora, 1982, p. 24).

Na palavra “organizar” há a expressão de uma intencionalidade, de um desejo de criação, de harmonização das formas, que a palavra “ocupar” não tem (Távora, 1982, p. 26). Em ambos os projetos desenvolvidos neste mestrado, reconhece-se o desejo de organização do espaço (o contrário não faria sentido), sendo necessária a criação de harmonia, ou a compreensão do desejo do lugar (como se o lugar tivesse os seus próprios desejos, característica a que os romanos designavam por espírito do lugar). Como se projeta para o lugar, para que no lugar se fundam natureza e artifício? Respeitando o *genius loci* (ou espírito do lugar).



38 Conceito de espaço
Fonte: arquivo do autor

Távora define duas características do espaço organizado, a primeira é continuidade, *o espaço é contínuo, não pode ser organizado com uma visão parcial* (Távora, 1982, p. 30), tudo nele tem de ser pensado, tanto o espaço ocupado como o vazio. A outra característica é a irreversibilidade, como o tempo é uma das dimensões do espaço, o espaço é irreversível, *um espaço organizado nunca pode vir a ser o que já foi* (Távora, 1982, p. 31).

Quando se fala em restauro, ao contrário do que se pensa, não se deve dar a um monumento o aspeto que teve no passado, mas sim adotar um critério mais contemporâneo, como os antigos faziam nos seus restauros (Távora, 1982, p. 31). Tomando estes ensinamentos em relação aos projetos aqui relatados, reconhece-se ser este o foco, ou seja, o objetivo passa por utilizar o palheiro como uma referência, o que interessa não é fazer uma réplica, mas uma interpretação e, assim, dar uma resposta adequada às necessidades atuais mas sem perder o espírito de continuidade com o lugar.



39 Palheiro

Fonte: Melo, C. e. (1998). A Ria a preto e branco. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, p. 113.

A circunstância é essencial na definição da forma, diferentes circunstâncias dão origem a diferentes resultados, e esses ambientes devem ser vividos e não apenas estudados teoricamente (Távora, 1982, p. 34). Para o autor, viver o espaço é tão importante que defende o estado em que “conhecer e ser se confundem” (Távora, 1982, p. 86). Nos projetos realizados, o resultado também provém da junção da visão pessoal com a circunstância em que o território se encontra e foi a partir dessa circunstância que tudo naturalmente se desenvolveu. Assim, é possível introduzir aqui o conceito de *genius loci*, base do sistema espacial da Escola do Porto que Norberg-Schulz também invoca.

Norberg-Schulz (2006) fala de lugar do ponto de vista fenomenológico. Segundo Edmund Husserl, fenomenologia é “(...) uma investigação sistemática da consciência e seus objetos” (as cited in Norberg-Schulz, 2006, p. 443). Para Norberg-Schulz, o potencial fenomenológico é “(...) a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos” (Norberg-Schulz, 2006, p. 443). No dia a dia, diz-se que acontecimentos têm lugar, pois não faz sentido a ausência da localização (Norberg-Schulz, 2006, p. 444). Mas para o autor, lugar quer dizer mais do que uma localização geográfica, “lugar é dado como

(...) carácter peculiar ou “atmosfera”, é “um fenómeno qualitativo “total” que não se pode reduzir a nenhuma das suas propriedades, como as relações espaciais, sem que se perca de vista sua natureza concreta” (Norberg-Schulz, 2006, p. 445). Os lugares não devem pois ser definidos como conceitos científicos, daí a importância da fenomenologia, um “retorno às coisas” (Norberg-Schulz, 2006, p. 445).

A estrutura do lugar deve ser analisada pelo espaço (a terra) e carácter (o céu). *Espaço* é aqui entendido como a organização tridimensional dos elementos que formam o *lugar* e *carácter* é a atmosfera, a característica mais abrangente do lugar (Norberg-Schulz, 2006, p. 449). Quando se visita uma cidade, o que impressiona é o seu carácter peculiar, que é parte importante da experiência (Norberg-Schulz, 2006, p. 451). Para Norberg-Schulz, “todos os lugares possuem um carácter” que é determinado pela sua constituição material e formal (Norberg-Schulz, 2006, p. 451). O autor diz que o carácter “é determinado por como as coisas são”, só assim é possível compreender o *genius loci*, o espírito do lugar. “Na Roma antiga, acreditava-se que todo o ser “independente” possuía um *genius*, um espírito guardião. Esse *espírito* dá vida às pessoas e aos lugares, acompanha-os do nascimento à morte, determinando o seu carácter ou essência” (Norberg-Schulz, 2006, p. 454).

Considera-se interessante a abordagem dos termos *espaço*, *lugar* e *carácter* feita por Norberg-Schulz, em que lugares como floresta, rua, janela, são designados por substantivos, enquanto que o espaço é indicado por preposições, em, entre, sob, sobre, etc. E porquê? Porque os lugares são coisas reais e o espaço é um sistema de relações. O carácter é indicado por adjetivos, por vezes basta um adjetivo para captar a sua essência (Norberg-Schulz, 2006, p. 452). É quando as construções reúnem as propriedades do lugar e as aproximam do homem, que se concretiza o *genius loci*, pelo que é fundamental compreender a vocação do lugar (Norberg-Schulz, 2006, p. 459). “O propósito existencial de construir (...) é fazer um sítio tornar-se lugar (...)” (Norberg-Schulz, 2006, p. 454).

Considera-se que a disseminação do conceito de *genius loci* foi feita em Portugal por Fernando Távora. Na obra “Da Organização do Espaço”, Távora, não tendo referido diretamente o termo, aborda

“

o autor
enquanto
intérprete
do lugar.

também o mesmo espírito de lugar, ao dizer que só se compreende verdadeiramente a forma quando esta se transforma em vivência, onde forma e observador se devem identificar “(...) para a obtenção total do espírito de qualquer forma” (Távora, 1982 p. 34). Assim se conclui o autor enquanto intérprete do lugar. M. F. Ribeiro & Providência dizem que o designer tem a “(...) capacidade criativa para interpretar os sinais do lugar e do lugar imaginado, representando-os de forma genuína (verdadeira), memorável e inovadora” (M. F. Ribeiro & Providência, 2011, p. 5).

Abordado o conceito de espaço, pela visão de Fernando Távora, e de lugar, por Norberg-Schulz, recorreu-se a Tuan para esclarecimento sobre os conceitos de espaço e lugar. Diz Tuan que “são termos familiares que indicam experiências comuns” (Tuan, 2013, p. 11). Para o autor, “o lugar é segurança e o espaço é liberdade”, acrescentando que estamos ligados ao lugar mas desejamos o espaço, ou seja, a liberdade (Tuan, 2013, p. 11). Uma boa descrição para o conceito de lugar é feita em 2012 por Eduardo Marandola Jr., afirmando que quando Yi-Fu Tuan quer distinguir espaço indiferenciado de lugar significado, é como se lugar fosse a pausa no movimento. Marandola acrescenta ainda, sob a perspectiva de Tuan, que lugar é mais do que antropológico, é necessária uma relação tanto física como simbólica do sujeito (Tuan, 2013, pp. 7-8). Concluindo, o conceito de espaço é mais abstrato do que o de lugar, mas um não pode ser definido sem o outro. Só com a estabilidade, o sentimento e segurança do lugar é que é possível ficar consciente da liberdade e ameaça que o espaço dá, e vice versa (Tuan, 2013, p. 14).

Na mesma obra, Tuan fala-nos ainda de outros dois conceitos, *espaciosidade* e *apinhamento*, considerados relevantes na concepção dos dois projetos. Espaciosidade está associada com a sensação de estar livre (Tuan, 2013, p. 70). Liberdade implica espaço, significa ter poder e espaço suficientes para atuar. Assim, é possível compreender que espaciosidade não é o mesmo que espaço amplo. Relacionando com os projetos, tanto a cafeteria como o alojamento são espaços relativamente pequenos, sendo fundamental que as restrições de tamanho não se revelem como sensações de espaço mínimo confinado. E este foi um dos grandes desafios. No primeiro projeto, o espaço disponível já estava pré-estabelecido e no segundo foi necessária



uma análise das dimensões dos palheiros existentes para determinar uma proporção e tamanho. Mais espaço pode ser sinónimo de mais condições, mas foi com este pressuposto de permanecer fiel ao reduzido espaço do palheiro, garantindo no entanto segurança e sentimento de espaciosidade, que ambos os projetos foram desenhados.

“Do lado negativo, espaço e liberdade são uma ameaça” (Tuan, 2013, p. 72). “Ser aberto e livre é estar exposto e vulnerável” (Tuan, 2013, p. 72). O espaço é aberto e dá-nos liberdade. E o lugar? “O espaço fechado e humanizado é lugar” (Tuan, 2013, p. 72). Os seres humanos precisam dos dois, pois as vidas são um movimento entre aventura e refúgio, liberdade e dependência. Quando se está com outras pessoas, há uma diminuição do espaço, ameaçando assim a liberdade (Tuan, 2013, p. 78). Assim, Tuan diz que essa sensação de espaciosidade passa ao seu oposto, apinhamento. Por exemplo, um homem tímido está numa sala a tocar piano, alguém entra e fica a olhar, há aqui uma sensação de apinhamento, no entanto é só uma pessoa que está a retirar ao pianista a sua sensação de liberdade, sendo que para ele aquela pessoa significa uma multidão (Tuan, 2013, p. 78).

Também é possível ver a migração do campo para a cidade como uma forma de escapar ao apinhamento, a vila está apinhada no sentido económico, não oferece emprego, e no sentido psicológico porque impõe restrições sociais. Assim, os jovens procuravam liberdade nas cidades (Tuan, 2013, pp. 79-80). Por outro lado, para os habitantes das cidades, a natureza significa abertura e liberdade. Como foi analisado, para algumas pessoas, natureza significa liberdade, para outras a cidade significa liberdade. Acredita-se que os projetos respondem a diferentes necessidades. Para uma pessoa que vive na cidade, com um quotidiano agitado e com uma rotina bem definida, ter uma experiência nas salinas pode ser sinónimo de procurar liberdade ou refúgio do seu quotidiano, através da procura de uma experiência. E, como já foi referido, é preciso um equilíbrio entre os dois. Reconhecidas as diferentes necessidades, acredita-se que os projetos conseguem responder a ambas, onde a experiência é adaptada ao estado de espírito e necessidades do utilizador. A partir do momento que a pessoa se identifica com certos elementos, o espaço transforma-se em lugar.



(...) se nos identificarmos,

Após observação da abordagem dos três autores sobre espaço e lugar, acredita-se que os projetos abraçam um pouco da teoria de cada um, como se foi relacionando ao longo do capítulo. Acredita-se que o conceito de *genius loci* é fundamental para o projeto. As salinas têm um espírito singular que pode ser sentido e que também foi experienciado ao longo do desenvolvimento do projeto e essa etapa foi fundamental, na medida em que não era natural desenhar um projeto sem sentir no local as necessidades e potencialidades do mesmo.

Por outro lado, Tuan defende o *lugar como lar* numa ligação muito forte e construída ao longo do tempo. Contudo, o autor também refere que se nos identificarmos, o espaço transforma-se em lugar. Ora, será nesta perspetiva que se revela pertinente o estudo deste autor, essencial para a reflexão do lugar nos projetos em causa. O projeto desenvolve-se naturalmente e conseguindo superar questões mais difíceis (defendidas pelos grandes autores da temática em estudo), dando motivação durante o percurso.

Assim, respondendo à questão levantada no início do capítulo, considera-se que o projeto consiste em desenhar espaços com a finalidade de que se possam vir a tornar lugares, pois acredita-se que, mesmo em experiências de degustação ou em estadias curtas, a pessoa pode identificar-se com o lugar, transformando o espaço anteriormente indiferenciado em significativo.

o espaço transforma-se em lugar.

41 Músico a tocar piano
Fonte: <https://unsplash.com/photos/oSq5ejr23so>

42 Cidade (Aveiro, 2019)
Fonte: <https://www.instagram.com/p/Btrnyi-hDSHx/>

43 Natureza
Fonte: https://unsplash.com/photos/k1_UO1MGszs

2.1.4. Relação entre lugar e experiência

Esclarecida a diferença entre *espaço* e *lugar*, julgou-se necessária a reflexão sobre experiência. O projeto principal de suporte a esta dissertação, o segundo projeto, teve como objetivo proporcionar uma experiência única de lugar, uma pausa no espaço, procurando transmitir o conforto de quem se sente no seu lar.

Quando se pensa em desenhar com a finalidade de proporcionar uma experiência, todo o projeto se centra no sujeito. Eduardo Marandola diz ainda que, segundo Tuan,

(...) o lugar é construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo, amalgamado com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem (Tuan, 2013, p. 7).

Se, como defende Tuan, todos somos arrendatários da Terra, a todos deverá caber a preocupação em fazer da Terra um habitat mais humano (Tuan, 2013, p. 16). No presente lugar, só será possível alcançar esse nível quando as necessidades tanto do utilizador, como da comunidade, se equilibrarem na convergência do bem comum, salvaguardando memórias e tradições de uma cultura, agora ameaçada pelo desaparecimento, as salinas.

O que é experiência? Para Tuan a experiência são as diferentes formas a que recorremos para conhecer o mundo, construindo a realidade através dos sentidos diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até ao sentido ativo, a visão (Tuan, 2013, p. 17). Experiência implica aprender a partir da própria vivência, mas experienciar também é “vencer os perigos”, é preciso aventurar-nos no desconhecido e experimentar o incerto (Tuan, 2013, p. 18). Em ambos os projetos, a experiência aparece completamente associada à aprendizagem, aprender sobre a história e cultura, aprender a partir da aprendizagem dos outros.

A experiência é constituída por sentimento e pensamento (Tuan, 2013, p. 19), vulgarmente pensados como opostos. Um relacionado com o estado subjetivo e o outro com a realidade objetiva, mas Tuan considera que fazem parte das duas extremidades de um *continuum experimental*, ambos são formas de conhecer.

44 Salinas Aveiro (2019)

Fonte: arquivo do autor



“

O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor.

Qual é a relação entre lugar e experiência? Na experiência, o significado de espaço muitas vezes funde-se com o de lugar. “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (Tuan, 2013, p. 14). Pode-se dizer que a experiência do lugar é aquilo que se designa por *genius loci*. Para se falar sobre o espaço experiencial é imprescindível falar sobre os objetos e lugares que o definem. Por isso, o espaço transformar-se-á em lugar à medida que adquire definição e significado (Tuan, 2013, p. 167). Tuan refere 3 formas de experienciar: direta e íntima (um antigo habitante que conhece a cidade); indireta (taxista que aprende a andar pela cidade); e conceitual (geógrafo estuda a cidade) (Tuan, 2013, pp. 14-15).

Para Tuan, as experiências íntimas são difíceis de expressar por palavras, fotografias ou desenhos, pois a qualidade do lugar e a experiência não ficam registadas numa fotografia (Tuan, 2013, p. 179). Também Lynch diz que “um tal sentido de lugar reforça todas as actividades humanas aí desenvolvidas e encoraja a retenção na memória deste traço particular” (Lynch, 2017, p. 122). Identifica-se isto como uma vantagem, não se pode transmitir uma experiência, é preciso vivê-la e é isso que vai fazer com que as pessoas queiram viver a experiência dos dois projetos, sendo necessário garantir que nenhuma experiência é igual à outra, são todas especiais e o objetivo é que fiquem positivamente guardadas na

memória.

Lynch diz que as imagens percebidas no meio ambiente resultam de um processo recíproco entre observador e meio. Enquanto que o meio ambiente sugere distinções e relações, o observador seleciona, organiza e dota de sentido aquilo que vê, tratando-o como algo subjetivo, variando conforme o observador (Lynch, 2017, p. 14). O autor acrescenta ainda que esta imagem pode ser analisada em “(...) três componentes: identidade, estrutura e significado” (Lynch, 2017 p. 15). Identidade, significando individualidade e particularidade; estrutura, uma vez que a imagem tem de ter uma relação estrutural ou espacial entre objeto e observador; e significado, pois é necessário que o observador se identifique, a nível prático ou emocional (Lynch, 2017, p. 16).



Tuan refere que os turistas procuram lugares, e que os lugares de férias são encantados, mas após algum tempo parecem irreais (Tuan, 2013, p. 178). Acredita-se que as experiências proporcionadas tanto no serviço de degustação, como no hoteleiro, podem ser bem reais e é isso que se procura em ambos os projetos: projetar a realidade do sal, contar um pouco da sua história para quem quiser ouvir e deixar que as pessoas se encantem não pela irrealidade, mas pela verdade. Ao fim de algum tempo, todos sentem necessidade de voltar às suas casas e isso é natural, a mesma vontade que faz sair da rotina, faz com que se queira voltar a ela. Mas o objetivo é que as experiências sentidas nos momentos de férias tenham sido intensas e memoráveis, para que as pessoas as espalhem pelas palavras e queiram voltar para repetir.

As pessoas são seres sociais e uma multidão poderá ser divertida, as pessoas tanto restringem, como podem ampliar o mundo do outro (Tuan, 2013, p. 84). E isto leva a um outro ponto. Há pessoas que preferem o refúgio e a solidão, procurando assim uma ligação com o lugar. Outras querem experienciar e procuram trocas com outras pessoas. Assim, como a pessoa que procura um refúgio, quando tira uma folga do seu dia a dia, outras podem encarar estas oportunidades como novas formas de expansão dos seus conhecimentos, procurando não só sentir o ambiente do lugar, mas conhecê-lo mais a fundo.

Landry sublinha a importância de criar um ambiente que promova a sociabilidade e as trocas, só assim será possível maximizar o seu potencial (Landry, 2017, p. 26). E aqui nasce a relação entre lugar e experiência.

*O lugar é acolhedor e ao mesmo tempo estimulante
(Landry, 2017, p. 42).*

Conseguir alcançar esta dupla qualidade é um dos maiores objetivos. Pretende-se pois, dependendo da necessidade do utilizador, que este consiga realizar os seus desejos, uma vez que o lugar consegue transmitir o conforto do lar, mas também que se gere a vontade de experienciar para além do seu próprio eu. O lugar não deverá apenas satisfazer, mas transcender o desejo do indivíduo.

1.

TEMPO COMO
MOVIMENTO
E LUGAR
COMO PAUSA

Nesta relação do indivíduo com o lugar é também importante a relação com o fator tempo. Tanto Távora como Tuan falam da importância da quarta dimensão. Recorramos às relações que Tuan estabelece entre tempo e lugar, apoiadas nas três formas de experienciar. A primeira é o tempo como movimento e o lugar como pausa. Por exemplo, nas casas, móveis como a escrivaninha ou uma cadeira, são pontos ao longo de um caminho de movimento dia após dia. Estes pontos são lugares, pausas no movimento rotineiro (Tuan, 2013, pp. 219-220).

A segunda relação é a afeição pelo lugar como uma função de tempo. Tuan lança a questão:

Quanto tempo demora para se conhecer um lugar?
(Tuan, 2013, p. 224).

2.

AFEIÇÃO PELO
LUGAR COMO
UMA FUNÇÃO
DE TEMPO

O autor refere que o homem moderno se movimenta tanto que não tem tempo para criar raízes e, portanto, a sua experiência do lugar é superficial e “sentir” um lugar leva tempo. Mas Tuan também diz que por vezes se vive muitos anos num lugar sem deixar marcas na memória. Outras vezes poderemos ter uma experiência de curta e intensa duração que nos pode mudar a vida (Tuan, 2013, p. 225). Embora defendendo que o tempo tem um valor muito forte na conceção de lugar, observa também que “quando o espaço nos é inteiramente familiar torna-se lugar” (Tuan, 2013, p. 96). E esse é um dos grandes objetivos de um serviço hoteleiro: que as pessoas se sintam em casa, tomando o espaço como seu, e que essa experiência seja uma pausa nas rotinas agitadas dos seus dias.

3.

LUGAR COMO
LEMBRANÇA
DE TEMPOS
PASSADOS

A terceira relação é a do lugar como lembrança de tempos passados. O passado fortalece os nossos sentidos do eu através dos objetos e locais (Tuan, 2013, p. 228). “O interesse pelo passado aumentou com o desejo de colecionar e possuir objetos materiais” (Tuan, 2013, p. 235). Os museus terão nascido desse desejo constituindo, em si mesmos, um papel crítico na preservação do passado, questionando o que nele se deverá perpetuar. O culto do passado revela mais ilusão do que autenticidade, já que, descontextualizados os objetos pelo museu, perderão o seu significado original para moldarem uma ilusão irreal (Tuan, 2013, p. 236).

Também Augé tem contribuído para a reflexão sobre o lugar: “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (Augé, 1994, p. 73). Na contracapa do livro *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*, Augé fala-nos dos não-lugares dizendo que são “(...) opostos ao lar, à residência, ao espaço personalizado”. O que são então os não-lugares? são “(...) espaços públicos de rápida circulação, como aeroportos, rodoviárias, estações de metro, e pelos meios de transporte – mas também pelas grandes cadeias de hotéis e supermercados” (Augé, 1994). Julga-se pois que estes não-lugares são concebidos para que o indivíduo não crie relações, nem com o próprio espaço, nem com a comunidade, afastando-se por isso, dos objetivos do projeto desenvolvido sob o desejo antropológico de significação do espaço através da construção do lugar.

Albino & Roda reconhecem que através da experiência será possível promover a proteção dos lugares, para preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e das identidades (Albino & Roda, 2010, p. 5). Eduardo Marandola Jr. diz que “para Tuan, a pausa seria a chave, pois é por meio dela que se torna possível marcar este espaço na experiência; deformá-lo, senti-lo de forma específica, significá-lo” (as cited in Tuan, 2013, p. 8). Conclui-se por isso que o lugar será o resultado de uma experiência no espaço. Por todos estes motivos se chamou a este capítulo “relação entre lugar e experiência”, acreditando que o espaço transforma-se em lugar sob uma experiência relevante.

2.1.5. Turismo criativo

“Com o crescimento das cidades, a globalização e o desenvolvimento do setor de serviços que eleva a um novo patamar a economia, o turismo é uma das atividades que mais se expande no mundo” (Pereira & Dantas, 2016, p. 3739).

Richards & Raymond dizem que nas últimas décadas houve um grande crescimento do turismo cultural e que os turistas estão cada vez mais interessados em conhecer a cultura, a herança e a história dos destinos que visitam. Embora o turismo cultural tenha trazido muitos benefícios, trouxe também problemas. Do ponto de vista ambiental, a quantidade desmedida de visitantes começou a ser motivo de preocupação, principalmente nos centros históricos das cidades. Ou seja, acreditam que o turismo cultural se tornou vítima do seu próprio sucesso e, em muitos casos, a oferta supera consideravelmente a procura (Richards & Raymond, 2000, p. 16).

Estes autores afirmam que a mudança entre proporcionar cultura (como um objeto de consumo passivo) e o desenvolvimento da criatividade, foi estimulada pela *festivation of the city* (Richards & Raymond, 2000, p. 17). Infelizmente, este movimento reduziu a variedade na oferta turística. Sobre o mesmo propósito, Rasky observa que é cada vez mais difícil para as cidades desenvolverem uma imagem e identidade cultural distintas. Sendo as ofertas culturais muito semelhantes em todo o mundo, bastará escolher o local onde consumir essa cultura (as cited in Richards & Raymond, 2000, p. 17). Por este motivo, algumas cidades deixaram de investir no turismo local, enquanto que outras começaram a adotar estratégias criativas.

Para os autores, uma das vantagens da criatividade é que o processo envolverá um conjunto de atividades culturais e serviços, mostrando-se vantajoso para a economia, assim conduzindo à regeneração de áreas menos valorizadas. Como resultado deste novo processo, algumas cidades começaram a reinventar-se como centros de criação cultural em vez de consumo cultural e alguns destinos, que dependiam do turismo cultural, procuram agora um processo criativo como fonte de regeneração e inovação (Richards & Raymond, 2000, p. 18).

Um ponto de convergência entre criatividade e turismo está na sua importância na vida cotidiana das pessoas (Richards, 2011, p. 6), a ideia do turismo como um “special time”, ou seja, o turismo como uma fuga da vida cotidiana. Segundo Richards, o turismo tem evoluído de um olhar passivo para uma forma mais ativa de envolvimento com o dia a dia dos destinos (Richards, 2011, p. 7). Ferreira, Liberato & Alén acreditam que a criatividade pode ser a solução para uma mudança na atividade turística que, cada vez mais, deve ser sustentável e diferenciadora, características hoje reconhecidas como “exigências do novo-turista” (Ferreira, Liberato, & Alén, 2018, p. 2). Quando se pensa em sustentável, surge a questão se o turismo que se encontra no dia a dia promove a sustentabilidade e qual o seu impacto na comunidade local; e diferenciador, no sentido de afirmar uma identidade local. Também para Pereira & Dantas, o turista pós-moderno procura a ressignificação da sua vivência no lugar, assumindo um papel mais ativo, procurando experiências autênticas e particulares (Pereira & Dantas, 2016, 3738).

Esta mudança do conceito de turismo cultural poderá aumentar a qualidade de vida “(...) preservando as memórias locais e proporcionando experiências e emoções que correspondam às expectativas dos turistas”. O turismo é então visto como uma

“(...) oportunidade de criação de valor e fator de desenvolvimento local através da oferta de serviços locais diferenciadores, únicos e memoráveis” (Ferreira et al., 2018, p. 2).

“O conceito criatividade está intimamente ligado à disciplina do Design” (M. F. Ribeiro & Providência, 2016, p. 46). Ferreira et al. explicam a etimologia da palavra criatividade: nasce da palavra criar, com origem no latim *creare*, que significa erguer, produzir (Ferreira et al., 2018, p. 3). Dizem ainda que a criatividade passou a ser uma estratégia do setor do turismo, para promover o seu potencial cultural e que requer “curiosidade, abertura a novas situações e atitude questionadora” (Ferreira et al., 2018, p. 3). No livro *As Origens e os Futuros da Cidade Criativa*, Landry diz que a pré-condição para ser criativo é estimular as pessoas a serem curiosas, assim, é possível desencadear a imaginação e, com esses atributos, é possível ser criativo (Landry, 2017, p. 68).

“

o foco modificou-se do produto para o serviço e do serviço para a experiência.

Segundo Pine & Gilmore e Poulsson & Kale, o aumento da criatividade está ligado ao desenvolvimento da economia da experiência, a competição leva a que os produtores acrescentem valor aos seus serviços através do desenvolvimento de experiências (as cited in Richards, 2011, p. 3). Para Landry, o mundo encontra-se dominado pelas “indústrias baseadas na imaginação” e as empresas procuram criar produtos e eventos memoráveis para os seus clientes (Landry, 2017, p. 65).

Na sequência deste pensamento, o foco modificou-se do produto para o serviço e do serviço para a experiência, como defende Flagestad: “In the experience economy, then, the attention is shifted away from product or service delivery to the customer’s experience as the value-added element” (as cited in Mehmetoglu & Engen, 2011, pp. 240-241). Também Prahalad & Ramaswamy afirmam: “A new point of view is required, one that allows individual customers to actively co-construct their own consumption experiences through personalized interaction, thereby co-creating unique value for themselves” (Prahalad & Ramaswamy, 2003, p. 12). Ali, Ryu & Hussain também têm refletido sobre o nascimento deste novo “turismo criativo” que, segundo eles, emerge de “experiências criativas”, produzidas sempre que se participa em atividades recorrendo a materiais simples e imaginação (Ali, Ryu, & Hussain, 2016, p. 86).

Verifica-se, portanto, que o projeto vai de encontro à primeira definição de *turismo criativo*, da autoria de Richards & Raymond “Tourism which offers visitors the opportunity to develop their creative potential through active participation in courses and learning experiences which are characteristic of the holiday destination where they are undertaken” (Richards & Raymond, 2000, p. 19).

Nesse sentido, o projeto desta dissertação reflete não só uma atitude de turismo cultural, como se poderá inscrever no turismo criativo. E porquê? O serviço desenhado, para além de intervir numa área desvalorizada da cidade, proporcionará também, por exemplo, a interação entre consumidor e marnoto, facultando ao consumidor a aprendizagem da cultura do sal, pratos típicos confeccionados com sal das marinhas, birdwatching, entre outras.

45 Marnotos (Aveiro)

Fonte: Semêdo, É. (2009). Ecomuseu do Salgado de Aveiro: preservar para transmitir. Aveiro: FEDRAVE - Fundação para o Estudo e Desenvolvimento da Região de Aveiro, p. 382.



Como dizem Richards & Raymond, o turismo criativo tem potencial para ensinar sobre as habilidades locais e tradições de diversas áreas (Richards & Raymond, 2000, p. 18). A principal vantagem do turismo criativo na ótica do destino é que ele favorece pela distinção dos seus produtos culturais, a identidade do seu destino face aos concorrentes (Richards & Raymond, 2000, p. 19)

Landry realça a importância que a junção entre cultura de um lugar e os seus recursos pode ter na reinvenção de uma cidade (Landry, 2017, p. 16). Diz ainda que, para promover a criatividade, é preciso pensar nos recursos de forma abrangente e tirando partido da história e cultura dos lugares (Landry, 2017, p. 27). É a cultura do sal que se pretende divulgar e procura-se que não seja apenas uma passagem de conhecimento, mas uma troca de ideias, uma experiência que permita que a criatividade se espalhe pela cidade. E isto é cada vez mais urgente numa sociedade que valoriza os momentos de lazer, considerados como boas oportunidades para as pessoas desenvolverem atividades criativas (Richards & Raymond, 2000, p. 19).

A UNESCO defende o turismo criativo como uma nova geração de turismo, definindo-o como: "(...) travel directed toward an engaged and authentic experience, with participative learning in arts, heritage, or special character of a place, and it provides a connection with those who reside in this place and create this living culture" (UNESCO, 2006, p. 3).

O turismo criativo, aliado ao design de experiência, torna-se um fator potencializador de transformações inovadoras no espaço urbano na experiência do turista contemporâneo (Pereira & Dantas, 2016, p. 3745). Alvarez diz que assim são produzidas formas mais flexíveis e inovadoras de experiência de turismo que são mais difíceis de copiar do que simples serviços (as cited in Richards, 2011, p. 4). O destino precisa de pensar cuidadosamente sobre os aspetos da criatividade que estão ligados ao lugar e que dão aos turistas criativos uma motivação específica para visitar (Richards, 2011, p. 10). Como Landry argumenta, o turismo criativo oferece oportunidades para os turistas

"ficarem sob a pele" de um lugar (Landry, 2017, p. 37).



46 Montes de sal

Fonte: Fonte: Melo, C. e. (1998). A Ria a preto e branco. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, p. 114.

Dumazedier refere que as atividades passivas de lazer começam a ser substituídas ou complementadas por atividades de lazer sério e o lazer de recreação é substituído pelo lazer criativo (as cited in Richards & Raymond, 2000, p. 20). Esta procura poderia justificar a pertinência do projeto associada à cultura do sal, através de um turismo criativo focado em reavivar as memórias do *ouro branco*.

A criatividade proporciona atividade, conteúdo e atmosfera para o turismo e o turismo, por sua vez, apoia atividades criativas (Richards, 2011, p. 14). No turismo criativo, a criatividade não se limita a um único ator (como o turista), envolve a interação criativa entre produtores, consumidores, decisores políticos e paisagens para desenvolver a criatividade através de experiências. É então necessário repensar o turismo contemporâneo, pois os turistas não se limitam a visitar lugares, eles também os constroem.

Nesta perspetiva, o foco do turismo criativo deve passar por garantir a co-criação da experiência através da troca de habilidades e conhecimentos (Richards, 2011, p. 15). Ferreira et al. afirmam que hoje há uma procura por novos destinos turísticos, onde as pessoas pretendem um reencontro com a natureza, mas o turista aqui não é um mero observador, ele quer vivenciar as experiências, não nos grandes centros, mas em áreas locais com significativo e património histórico e cultural, sem sentir a necessidade de consumir,

passando o turismo do paradigma do ter para o ser (Ferreira et al., 2018, p. 7).

Assim, ao integrar produtos criativos num território, há um desafio pela frente: respeitar os recursos locais; nasce assim uma outra preocupação turística, a sustentabilidade do ambiente.

2.1.6. Desenvolvimento local sustentável

O termo *sustentabilidade* nasceu depois da Revolução Industrial europeia, no século XVIII, pelas consequências sentidas. Ferreira et al. sublinham este facto ao afirmar que o pensamento sobre desenvolvimento sustentável nasceu de uma necessidade mundial implicando, por isso, uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento capitalista (Ferreira et al., 2018, p. 7). Estas questões foram abordadas na Conferência de Estocolmo em 1972 — primeira grande reunião organizada pela ONU para abordar questões como a degradação do meio ambiente. Contudo, não foi possível chegar a nenhum consenso entre os países, sobre que soluções tomar universalmente para resistir ao ritmo destrutivo da produção capitalista (Ferreira et al., 2018, p. 7). Só em 1987, no Relatório da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento — relatório de Brundtland — foi possível redigir o primeiro documento consensual onde o desenvolvimento sustentável é exposto como uma “resolução incontornável, indelével e incontestável para as catástrofes sócio ambientais emergentes e para a destruição dos valiosos recursos da natureza” (Ferreira et al., 2018, p. 7). Nascia o conceito de desenvolvimento sustentável: “humanity has the ability to make development sustainable to ensure that it meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (ONU, 1987, p. 24).

É importante refletir como se contribui para o desenvolvimento de um território, pensando nas necessidades do consumidor, mas salvaguardando sempre a preservação ambiental. Para isso, é necessário ter em conta a utilização dos recursos disponíveis de forma controlada. Quando se associa o termo sustentabilidade à atividade turística, Ferreira et al. apresentam uma série de preocupações que, ao serem ultrapassadas, permitem esta aliança entre sustentabilidade e desenvolvimento da atividade turística:

O respeito pelos principais padrões de qualidade ambiental e cultural, o reconhecimento e promoção da identidade cultural dos destinos, a preservação das estruturas ecológicas fundamentais, a infraestruturação adequada e eficiente, a disponibilidade de serviços eficazes, a compensação por perda de determinados bens públicos e globais (Ferreira et al., 2018, p. 8).



47 Vista aérea salinas

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BjMdCrug-oz/>

Conclui-se que a sustentabilidade turística implica a valorização do presente sem comprometer o futuro, optando assim por práticas que respeitem as necessidades locais, autenticidade, preservação ambiental e identidade. Assim, a expectativa do turista recai sobre “ambientes saudáveis e espaços ecologicamente equilibrados e lugares com forte identidade cultural” (Ferreira et al., 2018, p. 8). Todas estas condições são opostas ao turismo tradicional de massas, uma vez que o turista atual conhece cada vez mais as questões ambientais e deseja contribuir para um impacto positivo sobre um dado território. Contudo, ainda existe uma falha entre a consciência ambiental dos turistas e as suas atitudes (Ferreira et al., 2018, p. 8).

Quando se pensa em sustentabilidade dos territórios, pensa-se em desenvolvimento local e, frequentemente, em recuperação, conservação e desenvolvimento de culturas tradicionais esquecidas, mas testadas nesse território ao longo dos tempos.

O desenvolvimento consiste num processo multidimensional que se traduz no grau de acesso ao conjunto diversificável de oportunidades proporcionadas continuamente aos habitantes de um território, as quais lhes possibilitam uma satisfatória realização pessoal e profissional, traduzida numa vida considerada de qualidade, aferida segundo padrões objectivamente estabelecidos e subjectivamente avaliada (Santos, 2013, p. 6).

Pensando em atuar sobre o desenvolvimento local, será necessário conhecer os problemas e oportunidades do território, nomeadamente os recursos disponíveis, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, como referem Ferreira et al., enfatizando a relevância e impacto identitário por acreditarem que estimula o desenvolvimento local, assim potenciado pelas iniciativas da comunidade (Ferreira et al., 2018, p. 9). Para Landry uma cidade tem de ter confiança na sua identidade para desenvolver profundidade cultural inspirada pela sua história. Criatividade e história devem ser grandes parceiros. Contudo, valorizar excessivamente a história e tradição pode impedir o progresso dos lugares, caso não haja “uma forte consciência local e uma atenção ao global” (Landry, 2017, pp. 69-70). Com isto, entende-se que a abordagem deve ser uma interpretação do passado, mantendo a consciência das necessidades dos utilizadores no presente, mas com vista à garantia do futuro.

Como Ferreira et al., acredita-se que o sucesso de uma atividade turística dependerá do modo de vida local e da resistência da sua identidade (Ferreira et al., 2018, p. 1). Reconhece-se pois, à identidade, uma mais valia no desenvolvimento turístico, quer pela distinção e diferença etnográfica, quer estrategicamente construída, como fator de agregação e coesão social. Também Pereira & Dantas afirmam que os “destinos turísticos que procuram distinguir-se cada vez mais dos seus numerosos concorrentes têm se voltado para a sua identidade como um meio de diferenciação” (Pereira & Dantas, 2016, p. 3738). Transpondo este conceito para o projeto da presente dissertação, o papel da identidade consistirá em usar a herança cultural local, como instrumento de desenvolvimento para valorização do território, de modo a gerar atratividade turística. A identidade territorial é portanto um fator centrado na originalidade e singularidade das diferentes regiões, sendo reconhecido como instrumento de competitividade local (Ferreira et al., 2018, p. 10).

A noção de pertença a um lugar revela-se condição base para a criação de identidades coletivas. “As características específicas de determinados lugares e regiões são elementos constitutivos da sua identidade” e, conseqüentemente, fonte de identidade e singularidade dos territórios (Ferreira et al., 2018, p. 10). Mas para Scott, essa qualidade só se deve considerar se o lugar agregar valor à economia cultural em geral: “as a stockpile of knowledge, traditions, memories and images” (Scott, 2010, p. 123). Defende-se aqui a preservação da identidade local, cuja preservação dependerá da comunidade local. Ou seja, a comunidade local deverá ser a primeira beneficiária de qualquer ação sobre a desterritorialização, salvaguardando-se naturalmente do desconforto e impacto negativo que possa trazer o consumo e invasão do lugar pelo visitante.

Defende-se por isso, que a identidade territorial seja considerada no desenvolvimento dos projetos, de forma a garantir a territorialidade e um impacto positivo do turismo junto das comunidades locais. O olhar mais crítico sobre o papel do turismo, constituirá por isso fator de sustentabilidade ao salvaguardar o património, natural, paisagístico, arquitetónico e etnográfico mas, e sobretudo, a consciencialização das comunidades locais.

“

As características específicas de determinados lugares e regiões são elementos constitutivos da sua identidade.

48 Marnoto

Fonte: Fonte: Melo, C. e. (1998). A Ria a preto e branco. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, p. 93.



“O turismo sustentável constitui assim um instrumento de preservação e reabilitação da identidade local, unindo o homem à cultura e à natureza num triângulo enriquecedor de desenvolvimento” (Ferreira et al., 2018, p. 12).

Nesse sentido, o turismo criativo poderá contribuir para a resolução de conflitos, ao ajudar à criação de vínculos benéficos, permitindo obter um compromisso de sustentabilidade no turismo, para além da garantia de autenticidade que permitirá valorizar a identidade do destino. Para assegurar esse compromisso entre o turista e o residente, o turismo criativo diminuirá consideravelmente o fluxo e pressão turística sobre o local (ao contrário do turismo de massa), minimizando os seus impactos negativos sobre o território e aproximando-se dos objetivos da sustentabilidade (Ferreira et al., 2018, p. 12).

Considera-se por isso o turismo criativo como uma oportunidade de desenvolvimento local sustentável, partindo das próprias necessidades da comunidade que, ao incluir atividades participativas, criará uma ponte entre a população local e sua cultura, fomentando um processo de aprendizagem cultural adequado às exigências do novo turista (Ferreira et al., 2018, p. 13). Ao tornar o turista parte da comunidade local e parte da experiência, a gestão turística poderá beneficiar de redução de custo na exploração, maior satisfação do turista e de um turista mais motivado e disponível à despesa.

Em conclusão, defende-se tal como Ferreira et al., que o turismo criativo é um agente ativo na valorização do território e na preservação da herança cultural, promovendo o desenvolvimento local de forma sustentável, mas que dependerá da evidência de uma forte identidade local (Ferreira et al., 2018, pp. 14-15).

ESTUDO DO ESTADO DA ARTE

2.2. CASOS DE ESTUDO

Conhecer as imagens que nos rodeiam significa também alargar as possibilidades de contacto com a realidade, significa ver mais e perceber mais (M. F. Ribeiro & Providência, 2016, p. 47).

A atividade visual é fundamental para a construção de conhecimento por comparação. Foram por isso selecionados e estudados vários casos, constituindo um domínio de possibilidades e de referência, que serviram de inspiração para o desenho dos projetos. Julga-se que conhecer a realidade será o primeiro passo para a criatividade, pois partindo-se daquilo que se conhece, e quando mais se conhece, melhor se poderá progredir.

O primeiro caso de estudo é *The Therme Vals*, projeto de 1996 do renomeado arquiteto Suíço Peter Zumthor. Construído sobre fontes termais na Suíça, trata-se de uma experiência sensorial completa, onde o objetivo foi criar a forma de uma caverna ou pedreira como estrutura, trabalhando o ambiente natural envolvente, enterrando o edifício na encosta natural. Foi construído a partir de camadas de quartzito local, pedra de inspiração para o design. As combinações de luz/sombra, espaços abertos/fechados, permitem uma experiência restauradora (ArchDaily, 2009). Escolheu-se este caso de estudo por usar os materiais da região, por tentar integrar o edificado na paisagem, sem contrastar com ela e por acompanhar o ambiente do espaço, onde os jogos de luz e o próprio caminho nos conduz naturalmente, não exercendo sobre o utilizador qualquer pressão.

Num cenário de montanha a 2000 metros acima do nível do mar, surge o segundo caso de estudo, o *Ski Lodge Petersboda*, um chalé projetado por Bernardo Bader Architects em 2016, na Áustria. A madeira está presente em todo o edificado. Na fachada, o revestimento é feito com abeto serrado em diferentes larguras e disposto na vertical e horizontal. Para além da madeira, é também usado o betão, que remete para as antigas pousadas construídas sobre base de pedra (ArchDaily, 2017). O teto alto faz lembrar as montanhas que se perdem na paisagem. Os recortes das janelas direcionam o olhar do espetador, aproveitando ao máximo a paisagem envolvente.

49 The Therme Vals, Suíça,
Peter Zumthor, 1996.

Fonte: <https://7132therme.com/en/second-nav/gallery>



50 Ski Lodge Petersboda, Áustria,
Bernardo Bader Architects, 2016.

Fonte: <http://www.bernardobader.com/en/projekt/skihuetten-wolf>



O terceiro caso de estudo é a *Casa Lagnö*, de 2012, do estúdio Tham & Videgård Arkitekter, na Suécia. Esta casa foi projetada de forma a não precisar de qualquer tipo de manutenção. O objetivo dos arquitetos era que as cores do betão se fundissem com a rocha de granito do arquipélago, em vez de seguirem a estética de madeira típica de uma casa de campo. A casa funciona como se fosse a fronteira entre a floresta e o mar. A abertura entre os dois volumes marca esta passagem, como se fosse uma janela para o outro lado, ao mesmo tempo que protege da chuva devido à cobertura em vidro (Marcon, 2013). Destaca-se a frente mais exposta e a pequena janela na parte de trás, como também existe nos palheiros de sal.

O quarto caso de estudo é a *Boathouse*, um projeto de 2011 na Noruega, feito pelos arquitetos Marianne Loberli Sorstrom e Yashar Hanstad da TYIN Tegnestue Architects. Segundo os autores, as casas tradicionais de barcos Noruegueses constituem marcas na história e cultura das regiões costeiras, onde a pesca era a principal ocupação. Eram utilizadas para guardar os barcos e equipamentos de pesca, mas hoje estão a ser transformadas para o uso em atividades de verão. O mesmo aconteceu neste projeto, esta casa foi resultado do restauro de uma casa de barcos de meados do século XVIII. Inspirados na simplicidade e uso de materiais do antigo edifício, nasce a *Boathouse*. O revestimento é de pinho Norueguês, e alguns materiais da antiga casa com 150 anos foram reutilizados no interior (TYIN tegnestue Architects, n.d.). O edifício, embora construído praticamente a partir do zero, conseguiu manter-se fiel ao património, mantendo a sua identidade, mesmo cumprindo funções distintas do passado.

O estúdio Ábaton desenvolveu o projeto *Portable Home - ÁPH80* como casa ideal para duas pessoas e de fácil transporte, tal como o nome indica, uma casa portátil. Devido às suas dimensões de nove por três metros, é possível transportá-la nas traseiras de um camião. É fabricada entre quatro a seis semanas e montada em apenas um dia. Embora seja de reduzidas dimensões, o objetivo é que a casa dê a sensação de espaço amplo e que os materiais proporcionem conforto. A madeira é utilizada em todo o edifício, mesmo no seu exterior, coberto com placas de viroc, um composto de madeira e cimento (Ábaton, n.d.; Howarth, 2013).

51 Casa Lagnö, Suécia.
 Tham & Videgård Arkitekter, 2012.
 Fonte: <https://www.archdaily.com.br/01-147120/casa-lagno-slash-tham-and-videgard-arkitekter>



52 Boathouse, Noruega.
 TYIN Tegnestue, 2011.
 Fonte 1: <https://www.archdaily.com/168642/boathouse-tyin-tegnestue>
 Fonte 3: <http://www.tyinarchitects.com/works/naust-paa-aure/>



53 Portable House ÁPH80, Espanha.
 Ábaton Arquitectura, 2013.
 Fonte: <https://www.archdaily.com.br/01-146209/casa-portatil-aph80-slash-abaton-arquitectura>



Uma das hipóteses que se levantou considerava a elevação do edifício sobre estacas, ou instalado sobre jangada flutuante, como se observa da referência ao projeto *Maison flottante* dos irmãos Ronan e Erwan Bouroullec. Trata-se de um estúdio para artistas convidados pelo CNEAI (Centro Nacional de Arte Contemporânea). Os materiais e a simplicidade da estrutura foram condicionados pelo baixo orçamento do projeto, sendo eles o alumínio, vidro, madeira de cedro vermelho e de ipê (Ronan & Erwan Bouroullec, n.d.). Contudo, refletindo nas condições originais do palheiro de sal, não fazia sentido alterar a sua condição de elemento estável e pousado na paisagem. Por outro lado, poderia trazer problemas para a conservação da própria marinha onde fosse instalado.

Nolla Cabin, projeto recente de Robin Falck, na Finlândia. Trata-se de uma casa de férias móvel em forma de "A", lembrando uma tenda de campismo, mas tornando-se "invisível" pela cobertura espelhada que reflete o ambiente. Construída com materiais sustentáveis (pinheiro local e contraplacado) é desenhada e pensada de forma a ter zero emissões para o meio ambiente. A eletricidade é gerada por painéis solares e o fogão utiliza um biocombustível, diesel renovável. Localizado na ilha Vallisaari, este espaço no meio da natureza encontra-se muito perto do centro da cidade de Helsínquia. Ideal para um retiro do cotidiano, é possível relaxar no meio da natureza, bem perto da cidade (Falck, n.d.; Klee, 2018).

54 Maison flottante, França,
Ronan e Erwan Bouroullec, 2006.
Fonte: [https://www.archilovers.com/
projects/1764/maison-flottante.html](https://www.archilovers.com/projects/1764/maison-flottante.html)



55 Nolla cabin, Finlândia,
Robin Falck, 2018.
Fonte: [https://www.dezeen.
com/2018/08/10/robin-falck-nolla-cabin-
zero-emissions-finland-architecture/](https://www.dezeen.com/2018/08/10/robin-falck-nolla-cabin-zero-emissions-finland-architecture/)



Também existem boas referências a nível nacional. Exemplo disso é o projeto *Reconversão de um Palheiro*, feita por João Mendes Ribeiro, em 2000, transformando-o em habitação. O desenho procurou criar mais conforto e promover uma relação com o ambiente envolvente, sem perder a identidade e utilizando princípios da arquitetura vernacular. Em relação aos materiais, foram utilizadas réguas em madeira de pinho no exterior, alvenaria em pedra de xisto e a telha marselha na cobertura; no interior, para além da madeira de pinho, o branco domina a cor das paredes revestidas a gesso cartonado, e na garrafeira foi aplicado painel aglutinado por cimento viroc (Alves, 2012). O tabuado que cobre as janelas cria interesse visual quando conjugado com a luz que vem do interior.

Ainda dentro da inspiração do palheiro para a construção, foram selecionados dois exemplos do arquiteto Manuel Aires Mateus, *Casas na Areia*, de 2010 e *Cabanas no Rio*, de 2013, ambos na Comporta. Relativamente ao primeiro projeto, nasceu da recuperação de edifícios de alvenaria e madeira, relacionando natureza e arquitetura contemporânea, em homenagem às casas dos agricultores de arroz. Composto por quatro casas, duas em alvenaria, convertidas em quartos individuais, mais duas em madeira, uma transformada num espaço com dois quartos e a outra corresponde às áreas comuns (Silent Living, n.d.-b). Esta última tem areia no chão, constituindo um grande atrativo para os turistas pela sua singularidade, havendo assim um cuidado a nível de materiais e texturas. No projeto *Cabanas no Rio*, a construção é totalmente em madeira reutilizada e divide-se em duas estruturas rústicas, uma cabana com área de estar e cozinha integrada e a outra com um quarto com casa de banho com acesso pelo interior ou exterior, proporcionando um retiro rural para duas pessoas (Frearson, 2013; Silent Living, n.d.-a).



56 Reconversão de um Palheiro,
Mortágua, João Mendes Ribeiro, 2000.
Fonte: <http://ultimasreportagens.com/4.php>



57 Casas na areia, Comporta,
Manuel Aires Mateus, 2010.
Fonte 1: <https://www.designfinderescapes.com/stay-at-casa-na-areia/>
Fonte 2: <https://www.archilovers.com/projects/32200/casasnaareia.html>



58 Cabanas no rio, Comporta,
Manuel Aires Mateus, 2013.
Fonte: http://clientes.peakit.pt/2013/gualter_cabana/

Os arquitetos José Alberto Charrua e Miguel Câncio Martins foram os responsáveis pelo *Sublime Comporta*, de 2016. Escolheu-se este projeto por estar integrado numa área ampla, onde o tempo pára e se procura uma experiência genuína. É vendido como um local que combina “(...) tranquilidade e simplicidade que é ao mesmo tempo viciante e inspiradora, lembrando-nos da magia de experimentar mais com menos” (Sublime Comporta, n.d.). Em relação ao edificado, salienta-se a relação entre a janela e a área exterior e a proteção contra o sol através do ripado de madeira.

O hotel *Sobreiras – Alentejo Country Hotel* é um projeto de 2015 do estúdio de Lisboa FAT – Future Architecture Thinking. Localizado na Serra de Grândola, encontra-se num ambiente natural com sobreiros, carvalhos e oliveiras, onde o objetivo é proporcionar o encontro com a natureza e com a cultura local, através de uma arquitetura com características tradicionais. Devido à vasta vegetação, os módulos foram pensados para estar entre as árvores, assegurando a preservação do património florestal. Foram utilizados troncos de madeira nas fachadas, estabelecendo assim um diálogo com a paisagem e um contraste com os edifícios brancos, que procuram criar sombra nos períodos de maior incidência solar. Os telhados inclinados possuem um sistema de recolha de água da chuva para posterior uso na irrigação (Griffiths, 2016; Sbeghen, 2016). Por estes motivos, é uma referência sobretudo a nível de contraste dos materiais utilizados.

59 Sublime Comporta. Comporta
 José Alberto Charrua e Miguel Cância
 Martins, 2016.
 Fonte: <https://www.sublimecomporta.pt/hotel-gallery>



60 Sobreiras – Alentejo Country
 Hotel, Serra de Grândola, Future
 Architecture Thinking, 2015.
 Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/785673/sobreiras-nil-alentejo-country-hotel-fat-future-architecture-thinking>



Outro hotel português é o *Pedras Salgadas Eco-Resort*, projetado pelos arquitetos Luís Rebelo de Andrade e Diogo Aguiar, em 2012. Consiste em 7 casas feitas em sistema modular pré fabricado com 3 modelos diferentes, dividindo-se em casa de banho e entrada, zona de estar e cozinha e finalmente o quarto. Integradas no meio ambiente, as casas ocupam os espaços vazios entre as árvores. O objetivo era construir de forma a ter o efeito mínimo sobre a natureza local. Os telhados inclinados para além de aumentarem o conforto no interior, criam maior dinâmica nas divisões. As construções são elevadas por palafitas para não intervir no terreno irregular. O revestimento exterior é construído em ladrilhos de ardósia, material tradicional das construções da região e ripas de madeira (Alves, 2013; Marcellus, 2012).

Douro 41 Hotel & Spa, situado em Castelo de Paiva, foi projetado por Serôdio, Furtado & Associados e pela designer de interiores Cristina Jorge de Carvalho, finalizado em 2012. O objetivo do hotel é abraçar a paisagem e não dominá-la. Inspirado no Douro Vinhateiro, recria os socacos das encostas da região, usando na sua estrutura uma mistura entre pedra natural e xisto, que se funde na paisagem (Design Hotels, 2019a). Destaca-se a relação da cama com a janela que permite a contemplação da vista, pois as janelas vão do chão até ao teto, do lado de fora funcionam como um espelho, prolongando as montanhas e o rio, como se a paisagem fluísse pelo edifício.



61 Pedras Salgadas Eco-Resort
Pedras Salgadas, Luís Rebelo de
Andrade e Diogo Aguiar, 2012.

Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/01-91312/pedras-salgadas-eco-resort-slash-luis-rebelo-de-andrade-and-diogo-aguiar>



62 Douro41 Hotel & Spa,
Castelo de Paiva, Portugal,
Seródio, Furtado & Associados, 2012.
Fonte: <https://www.douro41.com/galeria>

La Granja Ibiza é um caso de estudo diferente, trata-se de uma quinta antiga com uma casa de pedra situada na zona rural de Ibiza que foi transformada num retiro exclusivo, oferecendo atividades diversas, como rituais, cultivo comunitário e meditação. O design de interiores ficou a cargo da Dreimeta Design Studio, em 2016. A fazenda com 200 anos e de grandes dimensões, passou a dividir-se em 6 quartos, e no seu exterior, para além da vasta horta, tem uma piscina e cozinha. Quem procura *La Granja Ibiza* é alguém que quer uma alternativa aos resorts espalhados pela região, que se focam na extravagância, em contraste com esta quinta, onde se procura um retorno ao básico (Design Hotels, 2019b; Mairs, 2016)

The Surfrider Malibu é um hotel na Califórnia, restaurado pelo Burdge & Associates Architects. Inicialmente era um motel dos anos 50 e a partir de 2017 é um hotel boutique contemporâneo com 20 quartos, sendo dois deles suites, também tem uma biblioteca, um bar e um restaurante. Foi inspirado na paisagem de Malibu e na herança cultural associada ao surf californiano, com cores suaves e poucos materiais, mas naturais, como madeira, pedra, cerâmica e vime. O restaurante serve produtos sazonais e locais e proporciona piqueniques para os hóspedes que querem explorar a região. O objetivo é que o hóspede se sinta na sua própria casa de praia, que faça almoços longos e que ande descalço se assim o pretender (Howarth, 2018; The Surfrider Malibu, 2019). Este conforto é transmitido pelo espaço, para além da experiência personalizada que oferecem aos hóspedes.

63 La Granja Ibiza, Ibiza, Espanha,
Dreimeta Design Studio, 2016.
Fonte: <https://www.desiretoinspire.net/2017/07/11/la-granja-ibiza/>



64 The Surfrider Malibu, Califórnia,
Burdge & Associates Architects, 2017.
Fonte: <https://www.thesurfridermalibu.com/rooms>



Tulum Treehouse é uma casa privada no México, arquitetada pelo estúdio Co-Lab Design Office, com Annabel Kutuco para o design de interiores, abriu ao público em 2017. Nasce de um esforço coletivo, pois, para além dos mencionados, há uma grande colaboração com os artesãos locais, que ajudam a vestir o espaço, incluindo carpinteiros, cesteiros, ceramistas, recorrendo também a têxteis locais, respeitando assim o habitat e as tradições. Feita em concreto branco, encontra-se num ambiente repleto de densa vegetação tropical, isolado no meio da natureza, mas bem próximo do centro de Tulum. Trata-se de um refúgio com cinco quartos, onde se pode alugar apenas um andar ou a casa completa (Howarth, 2017).

A *Casa Cook Rhodes*, na Grécia, foi desenvolvida pelo estúdio Lambs and Lions. Trata-se de um boutique hotel de 2016 com espírito boémio, conferindo um toque moderno à arquitetura grega. Tem 90 quartos e está situado na ilha de Rodes. O interior é inspirado no tema viagens à volta do mundo. Assim, surgem peças vintage, objetos artesanais, verdadeiros tesouros que criam um ambiente único. Algumas paredes são de pedra exposta e os pavimentos são de madeira (Annabell Kutucu, n.d.; Casa Cook, n.d.).

A nível de interiores, um dos hotéis selecionados foi o *San Giorgio Mykonos*, na Grécia, com o interior projetado pelo estúdio Lambs and Lions em 2012. É uma mistura entre rústico e moderno, mas mantendo a simplicidade e conforto e valorizando o organicismo dos materiais, onde cada peça é pensada ao pormenor, havendo forte presença de peças de artesanato. A filosofia do hotel é acompanhada por pequenos elementos, como por exemplo o facto de não existirem televisões nos quartos, pois o seu público alvo são as pessoas que querem desfrutar da simplicidade, de acordar com vista para o mar e degustar sabores da comida mediterrânea ao longo de uma mesa longa e rústica que permite a partilha e o convívio. Não é apenas um hotel, mas sim uma experiência. Também oferecem workshops interativos aos hóspedes (Design Hotels, 2019c; San Giorgio Mykonos, n.d.).

65 Tutum Treehouse, México,
 Co-Lab Design Office, 2017.
 Fonte: <http://www.co-labdesignoffice.com/spa>



66 Casa Cook Rhodes, Grécia,
 Lambs and Lions, 2016.
 Fonte: <https://estliving.com/casa-cook/>



67 San Giorgio Mykonos, Grécia,
 Lambs and Lions, 2012.
 Fonte: <https://www.sangiorgio-mykonos.com/en/rooms-suites>



68 Marcas dos hotéis dos casos de estudo

Fontes: mesmas dos casos de estudo




Cabanas no Rio
COMPORTA - PORTUGAL



Sublime
COMPORTA



Sobreiras
alentejo country hotel




PEDRAS SALGADAS
spa & nature park



DouroTM
HOTEL & SPA



LA GRANJA IBIZA



THE
Surfrider
MALIBU



TIH



Casa Cook
— ROZEIRA —



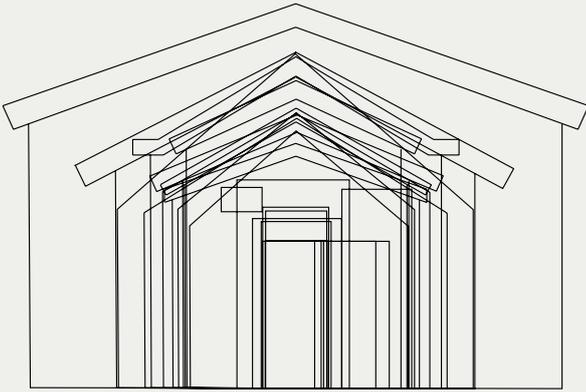
SAN GIORGIO MYKONOS

Achou-se pertinente fazer uma pequena análise das marcas dos alojamentos apresentados. A primeira linha refere-se a casos de estudo nacionais e a linha de baixo internacionais. As fontes utilizadas são não seríadas ou manuscritas, algumas associam pictogramas ou contêm um pequeno descritivo por baixo e alinham todas ao centro. Predomina uma só cor, tirando um dos casos, mas há uniformidade a nível dos tons, sendo as cores neutras predominantes, transmitindo assim o mesmo ambiente dos alojamentos.

3. DEFINIÇÃO DO QUADRO DE REFERÊNCIA

Após identificação e análise de casos de estudo relevantes para o desenho dos projetos, é possível elaborar um conjunto de características que descrevem a estratégia a seguir em ambos os projetos.

- *Enquadrar o edifício com o meio envolvente;*
- *Tirar partido das aberturas em janela;*
- *Procurando a maior fluidez entre interior e exterior;*
- *Preservar a cultura tradicional da região;*
- *Recorrendo a produtos locais;*
- *Preferindo materiais simples e sustentáveis;*
- *Desenhando um espaço interior muito funcional;*
- *Tirando partido do teto de duas águas;*
- *Contribuindo para o convívio através de mesas de partilha;*
- *Oferecendo experiências distintas ao consumidor;*
- *Envolvendo artesãos locais;*
- *Aproveitando a água das chuvas;*
- *Promovendo espaços de grande conforto;*
- *Construindo sem danificar ou desqualificar o território;*
- *Integrando tecnologias sustentáveis (revestimento a painéis solares, com recolha da água da chuva).*



1. METODOLOGIAS

1.1. EVOLUÇÃO TURÍSTICA EM AVEIRO

Após a primeira fase de reflexão teórica e análise dos casos de estudo, decorreu uma segunda fase, de carácter prático, perseguindo um conjunto de operações convergentes com o desenho dos projetos.

Ao longo dos últimos anos, tem-se sentido uma evolução no turismo na cidade de Aveiro, que não começou há muito tempo. Tal como Rodrigues (2004) disse “hoje, a população já não depende de igual modo da laguna. As actividades turísticas a ela associadas estão a dar os primeiros passos” (p. 14), isto no ano de 2004. Nessa altura, assumida pelo autor como um tempo de transição, a Ria é redescoberta a pouco e pouco e começa a ser valorizada (Rodrigues, 2004, p. 14). Este crescimento deu-se de tal forma que hoje é o “(...) recurso científico, cultural e turístico da região” (Rodrigues, 2004, p. 14).

Focando no turismo, os passeios de moliceiro e mercantel, que hoje são diários e marcam o centro da cidade, não existiam há alguns anos atrás. Segundo Santana (2005), a Eco Ria, empresa marítimo-turística, começou a atividade em 1993 proporcionando aos visitantes da cidade os famosos passeios, com apenas um moliceiro. Naquela época, passavam despercebidos, não havendo concorrência nem muita exploração. À medida que a procura aumentou, começaram a aparecer novas empresas, atendendo assim ao grande fluxo que hoje é já visível. Segundo Sarmiento (2007), no ano de 1999 existiam três operadores dos passeios na Ria, a Turaveiro, a Eco Ria e a Bestida Tour (p. 126).

Em 2000, o Jornal de Notícias lança uma notícia com o título “Moliceiros voltam a estar na moda”, onde dizia que depois de desaparecerem da Ria, devido ao declínio da faina da apanha do moliço, renascem para o turismo (Sarmiento, 2007, p. 122). Rui Barros, gerente da empresa Eco Ria diz que a procura pelos passeios de moliceiro pela Ria teve números muito bons no ano de 2004, talvez devido ao efeito do Euro 2004 (Santana, 2005), coincidindo assim com o ano em que Rodrigues reconhece como tempo de transição.



69 Bairro da Beira Mar (Aveiro)

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BuhMtW2gocl/>

Aveiro, embora seja uma cidade pequena e, ao contrário do que se pensa, tem muito para oferecer. Mas a mensagem que passa aos turistas é de que basta um dia para conhecer a cidade. E algum caminho já foi percorrido, tal como aponta Rodrigues, a cidade de Aveiro, em meados do século XIX era pobre, mas "(...) conseguiu impor-se como capital de um extenso distrito litoral, entre Porto e Coimbra" (Rodrigues, 2004, p. 52).

Aveiro é hoje a capital de uma região rica e em franco desenvolvimento, porta da Europa, situada no cruzamento entre a autoestrada (A1), a linha férrea do Norte, o Itinerário Principal N.º 5 (IP5) e o acesso ao porto comercial (Rodrigues, 2004, p. 52).

Aos poucos, a procura por alojamento turístico foi aumentando, e isso comprova-se pelo contraste entre a atual disponibilidade de alojamento e a oferta anterior. Entre 2013 e 2017, segundo dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) referentes a ao centro da cidade, tem havido um crescimento gradual de hóspedes em alojamento turístico, sendo na sua maioria estrangeiros, mas não ultrapassando os 60%. Ou seja, há ainda uma grande procura por parte dos Portugueses. A estadia, em média, não chega a duas noites por pessoa. Relativamente à variedade de tipologias, os *estabelecimentos hoteleiros* constituem grande parte da oferta, sendo que em 2014 registaram-se 193 373 dormidas e em 2017 esse número aumentou até 238 954, apresentando em 2017 uma taxa de ocupação de 50,9%, seguindo-se o *alojamento local* que teve uma maior evolução em comparação com o anterior, registando em 2014, 33 560 dormidas, aumentando para 93 729 em 2017, com uma taxa de ocupação de 36,9%; por fim uma terceira tipologia, o *turismo no espaço rural*, com um registo nulo, não havendo qualquer oferta no centro da cidade.

Também houve um investimento em restaurantes e cafés, e aos poucos, a cidade foi evoluindo em serviços. Há quem diga que já chega de turistas na cidade, que hoje Aveiro está cheia de turistas, outros dizem que ainda há espaço para fazer crescer o acolhimento. Uma coisa é certa, há mais para oferecer do que aquilo que é hoje explorado, como por exemplo as salinas.

70 Estatística INE (2013-2017)

Fonte: dados cedidos pelo

Turismo do Centro

NÚMEROS DE ALOJAMENTO TURÍSTICO

ANO	2013	2014	2015	2016	2017
Dormidas em alojamento turístico	206 901	226 933	278 438	284 641	332 683
Dormidas de Estrangeiros em Alojamento turístico	56,47%	58,57%	55,18%	53,54%	57,02%
Hóspedes em Alojamento turístico	119 308	127 668	155 110	161 895	191 393
Estada média em Alojamento turístico	1,73	1,78	1,80	1,80	1,74

TOTAL DE DORMIDAS EM ALOJAMENTO TURÍSTICO POR TIPOLOGIA

ANO	2014	2015	2016	2017
Estabelecimentos hoteleiros	193 373	236 943	242 779	238 954
Alojamento Local	33 560	41 495	41 862	93 729
Turismo no Espaço Rural	0	0	0	0

TAXAS DE OCUPAÇÃO DE ALOJAMENTO TURÍSTICO

ANO	2014	2015	2016	2017
Estabelecimentos hoteleiros	42,5%	50,4%	51%	50,9%
Alojamento Local	24,3%	28,5%	30,1%	36,9%
Turismo no Espaço Rural	0%	0%	0%	0%

71 Moliceiros

Fonte: <https://www.instagram.com/p/BtMBLe7gum1/>



Acredita-se que este alargar do foco central irá fazer com que as pessoas queiram aproveitar mais tempo na cidade, ou, neste caso, no espaço rural dentro da cidade e, por outro lado, dispersar o turismo para que não seja tão impactante no dia a dia dos Aveirenses.

Aveiro não se resume a passeios de moliceiro. Contudo, transpor um objeto de grande valor do passado e tentar trazê-lo para o presente é comunicar um pouco da sua essência, ou seja da memória do seu passado. Outro fator importante nessa ação foi dar uma nova vida a um objeto que não iria ter outro fim senão a sua musealização, ou mesmo o seu desaparecimento. A tradição não tem de ficar refém no passado. Foi o que aconteceu com os moliceiros e mercantéis,

“(...) voltaram a ganhar vida numa relação perfeita entre a Ria de Aveiro, a cidade e seus canais, que outrora foram meio de comunicação e desenvolvimento económico e social (...), e de transporte de produtos tradicionais como as pescas ou o sal (Lopes, 2015).

Ou seja, o turismo pode ser visto como potenciador de novas vidas a objetos do passado, e acredita-se que este valor acrescenta significado e identidade à cidade. É possível concluir que há um potencial crescente e esse potencial não penetra dentro das marinhas que se encontram praticamente abandonadas.

1.2. ENTREVISTAS ABERTAS

Para fixar conhecimento histórico, antropológico, etnográfico e social, sobre as marinhas, foram realizadas entrevistas abertas a familiares de marnotos e a marnotos que ainda exercem a profissão, permitindo conhecer testemunhos de pormenores que não se encontram na literatura da especialidade, que não estão documentados, sobre a faina e palheiros de sal, mas que correspondem a conhecimento empírico que se reconhece de grande valor para o desenvolvimento dos projetos.

Assim, foram feitas duas entrevistas. A primeira a Maria da Graça Neves, de 74 anos, filha do antigo marnoto Ricardo Pinho das Neves. Viveu de perto as fainas do seu pai, levando-lhe quase sempre o almoço às salinas onde trabalhava. O marnoto Ricardo Pinho das Neves trabalhava em três marinhas, “a Mela, a Oliveira e a Cachinha”, cada uma com o seu dono. Maria da Graça Neves, com saudade no seu discurso, começa por explicar quais as atividades dos marnotos durante o ano. Refere-se assim ao seu pai.



72 Maria da Graça Neves
Fonte: arquivo do autor

Trabalhava nas marinhas de abril a fins de agosto, setembro, dependendo do tempo. Depois, escoava os viveiros, apanhava o peixe mas também andava na pesca da ria. Pescava peixe, caranguejos e mexilhões. Quando os robalos e as tainhas vinham do mar desovar à ria, apanhava-os com a rede e colocava-os nos viveiros. Como trabalhava em três marinhas, num ano apanhava o peixe desta, para o ano apanhava daquela e para o outro ano da outra. No ano em que apanhava, punha lá os peixes mais pequenos que pescava e era sempre assim.

Aqui é possível identificar o aproveitamento dos viveiros nas marinhas como habitat para os peixes crescerem e serem vendidos no ano seguinte. Assim, conciliavam a pesca com as marinhas, tentando tirar partido das duas duras fainas.



73 Ricardo Pinho das Neves
Fonte: cedida por Maria da Graça Neves

De inverno, chegando a outubro eram os caranguejos. Mais tarde arranjou um sócio que apanhava mexilhões e começaram a fazer sociedade. Mas no princípio o meu pai também apanhava cricos. Mas nem todos os marnotos pescavam, havia quem no inverno ia para os estaleiros arranjar barcos.

Outra curiosidade que se descobriu foi que para além da pesca na Ria, os marnotos, de inverno tinham um emprego mais estável, consertavam barcos de pesca. Falou ainda na vida dura dos moços e sobre o palheiro do seu pai, que era o mesmo para as três marinhas onde trabalhava.

Os rapazes que vinham para as marinhas, quando não iam a casa, dormiam nas casas do bairro da Beira Mar, dormiam na casa do meu pai. Dormiam por cima da salgadeira, com redes e tudo. Também descansavam no palheiro, tinham uma tarimba. Às vezes, à tarde, dormiam um pouco no palheiro, até eu por vezes me deitava na tarimba. Os moços vinham de Vagos, da Vagueira, vinham de longe. Vinham de bicicleta e traziam alguma comida. Tinham no palheiro de madeira onde ficar ao molho e fé em deus. Aos fins de semana, quando conseguiam, iam a casa.



A segunda entrevista foi feita ao marnoto Paulo Simões, de 52 anos, que trabalha na Salina Santiago da Fonte. Questionado sobre o porquê de ser marnoto hoje, Paulo Simões responde:

Sempre fui marnoto, desde pequenino. Para já é uma turrice, já podia ter tido muitos empregos, porque tenho outras coisas que sei fazer. O meu pai começou nisto, depois levou-me para a marinha, andei a estudar até ao primeiro ano da universidade, mas depois no primeiro ano da universidade já começava o bichinho do sal a roer no verão, do que propriamente a universidade, e fui para a marinha. E fiquei.

Uma vez que a produção de sal tem como foco o verão, questionou-se quais as atividades que os marnotos tinham de inverno.

Tal como antigamente, ainda fazemos a mesma coisa. De verão trabalhamos no sal, de inverno escoamos os viveiros que temos e tiramos o peixe. Também tenho outro hobby, apanho isca para uma loja de artigos de pesca.

Questionado sobre o material dos palheiros, e indicando que hoje se avistam na paisagem palheiros brancos, em cimento e em alvenaria de tijolo, Paulo Simões diz:

Artesanalmente é madeira, madeira de pinho. Há 300, 200, 100 anos atrás eram em madeira. Sabe porquê? Estando lá fora ao sol está calor, já no interior do palheiro está fresco.

Com olhar triste e alguma revolta referiu que ele é um dos 6 marnotos que ainda produzem sal em Aveiro.

Sou eu e o meu irmão, João Simões dois marnotos aqui nesta marinha. Depois tem o da Cale do Oiro que é o Manel, três, tem o João Banca que é o da Troncalhada, quatro, tem o outro Banca que é o da Senitra, cinco, e depois tem o João Ruivo, seis, seis marnotos. Antigamente, eram 295 marnotos. É preciso ajudar os marnotos que hoje ainda tentam resistir.

Foi com estas palavras que João Simões deixou uma vontade, um pedido, que se apoie esta arte, que se preservem as salinas. Tal como disse Rodrigues, “Os nossos avós, os nossos pais ainda foram pescadores, marnotos, camponeses, operários. Os nossos filhos, os nossos netos não terão essa herança” (Rodrigues, 2004, pp. 73-74).

Procura-se assim que o desenvolvimento dos projetos desta dissertação ajude a reabilitar as salinas de Aveiro, para que não fiquem no “(...) frágil cordão umbilical da memória” ou até desapareçam, de forma irreversível (Rodrigues, 2004, p. 74).

1.3. MARINHAS EXISTENTES E ACESSIBILIDADE

Uma vez que o primeiro projeto surgiu de uma encomenda do empresário Fernando Catarino, algumas premissas já estavam pré definidas, nomeadamente a marinha e a estrutura base para o desenvolvimento da cafetaria. Assim, o terceiro ponto, de levantamento das marinhas existentes e acessibilidade refere-se ao segundo projeto – Salineira, uma vez que o primeiro projeto seria implementado na marinha Grã Caravela. O segundo projeto, constituindo uma autoproposta, tem como finalidade o interesse do cliente do projeto 1, contudo, achou-se pertinente perceber se, caso o interesse não fosse manifestado, seria pertinente ou não avançar com o seu desenvolvimento, ou seja, averiguar se haveria potencial e condições para o implementar em outras marinhas.

Tomou-se conhecimento do projeto *Sal de Aveiro – Empreendedorismo e Inovação* através do *workshop Sensibilização e Modelos de Negócio para as Marinhas*, realizado no dia 16 de maio de 2018, na marinha Santiago da Fonte. Desenvolvido pela Associação Comercial do Distrito de Aveiro, procura “(...) empreendedores para desenvolver negócios associados ao Salgado” (Sal de Aveiro, 2018, p. 3). Ou seja, negócios que procurem a valorização das marinhas e seus valores e nomeadamente, a sua reconstrução, uma vez que grande parte se encontra danificada, não procurando que essa recuperação se foque na produção artesanal de sal, uma vez que é economicamente inviável (Sal de Aveiro, 2018, p. 3).

O Salgado de Aveiro divide-se em 5 grupos: Monte Farinha (8 salinas), S. Roque (63 salinas), Norte (61 salinas), Mar (52 salinas) e Sul (68), onde apenas os grupos Sul e São Roque têm acesso terrestre (Sal de Aveiro, 2018, p. 5). O projeto *Sal de Aveiro* desenvolveu a plataforma Booking Marinhas, onde apresenta uma base de dados georreferenciada para a consulta de potenciais investidores nas salinas dos grupos do Mar e de São Roque. A escolha do grupo Mar justifica-se pela proximidade ao centro da cidade, apesar do acesso ser apenas marítimo e por apresentar um estado de degradação avançado e o grupo de São Roque, mais uma vez, devido à sua proximidade ao centro da cidade, por ter, em parte, acesso por terra e porque, embora abandonado, as suas estruturas estão melhor conservadas do que nas restantes marinhas (Sal de Aveiro, 2018, p. 9).

77 Caraterísticas das marinhas para venda

Fonte: Sal de Aveiro. (n.d.). Booking Marinhas.

Retrieved from <https://bookingmarinhas.pt>

ESTADO	ACESSIBILIDADE	MARINHA
Ativo	Aquática	Torta
Inativo		Desgarrada Três Andainas Quinhão do Meio Quinhão do Mar Cachinha Grande Biscarroida do Norte Arromba Quinhão do Canto Novazinha das Canas Loureira Flor da Ilha Bamba do Norte e do Sul
	Aquática e terrestre	Rendalha Rosa Branca Carreira Junqueira
	Aquática e Terrestre (inclui veículos ligeiros)	Perfeita Barros



76 Localização das marinhas

Fonte: Sal de Aveiro. (n.d.).

Booking Marinhas. Retrieved from <https://bookingmarinhas.pt>

Esta plataforma ajudou a fazer o levantamento das marinhas existentes para venda na atualidade, com um número de 19 marinhas, e uma vez que se encontram abandonadas, constituem potencial para abraçar o projeto Salineira. É importante salientar que as marinhas exploradas pela Cale do Oiro – Grã Caravela e Peijota – pertencentes ao grupo Sul, também têm potencial para implementar o projeto, gerando-se assim variadas possibilidades a nível de território. Para além da identificação das marinhas, foi analisada a sua acessibilidade, uma vez que constitui fator condicionante para a construção, exploração e acesso dos turistas. Concluiu-se, tal como é possível ver na tabela, que apenas uma marinha se encontra no estado ativo, a marinha Torta, com acessibilidade aquática. Um dos grandes investimentos numa marinha é a sua reparação e conservação. Das restantes 18 marinhas, 12 têm apenas acesso por meios aquáticos, 4 por meios aquáticos e terrestres, e 2 que para além de aquático e terrestre, permitem o acesso através de veículos ligeiros. Conclui-se assim que, das marinhas disponíveis para aquisição, as de maior interesse económico são a Perfeita e a Barros, por oferecerem uma maior facilidade de acesso.

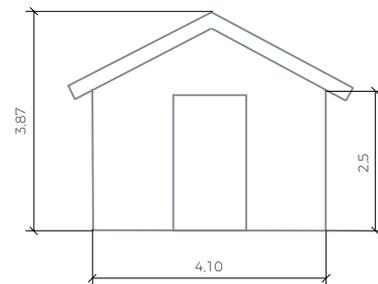
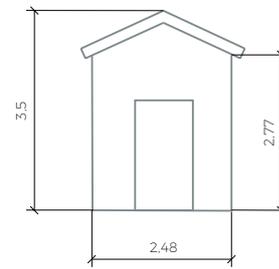
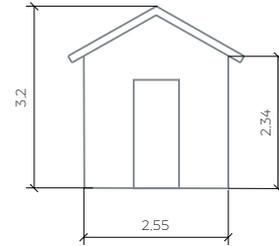
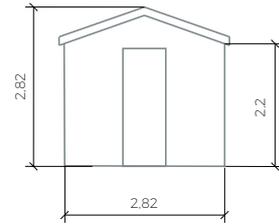
1.4. LEVANTAMENTO DE PALHEIROS

A análise dos palheiros começou pela recolha bibliográfica, já documentada no capítulo 2.1.2.2 da parte 1, sendo possível encontrar alguns registos fotográficos. Nasceu a necessidade de alargar esta recolha feita a partir de livros, através da investigação de campo, ou seja, ir até território e observar de perto as características dos palheiros presentes na paisagem e documentá-los através do registo fotográfico. Iniciada essa observação, rapidamente se chegou à conclusão que há uma grande diversidade de palheiros, alguns em madeira, contudo de construção recente e a grande maioria em alvenaria de tijolo ou em cimento. Dada a variedade construtiva, não só a nível de materiais mas também de dimensões, achou-se pertinente fazer um levantamento das suas dimensões para obter amostra de estudo e posterior identificação de padrão proporcional.

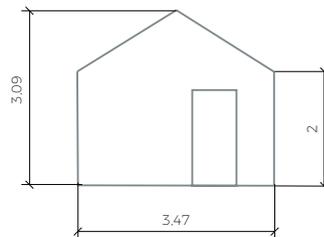
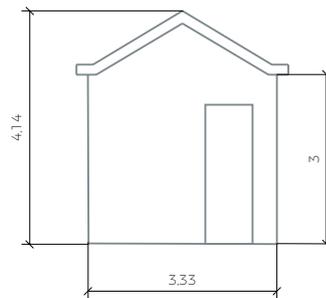
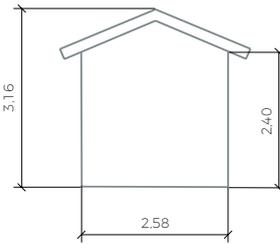
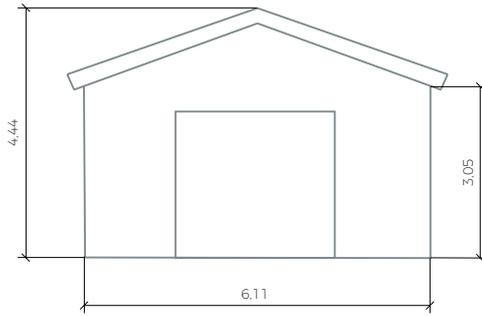
Ao longo deste percurso na paisagem, foi possível identificar alguns problemas, nomeadamente os difíceis acessos aos palheiros, restringindo assim a amostra a 12 casos estudados e levantados, contudo, considera-se uma boa base para chegar a conclusões. Dentro desta amostra, dois deles, visíveis mas de difícil acesso, foram incluídos no estudo mas sem medição. A sua avaliação dimensional foi realizada por comparação de vista área, através do registo Google Maps, em relação aos palheiros fotografados e medidos. Ainda referente ao percurso, como as marinhas se encontram abandonadas, a vegetação cresce de forma descontrolada, atraindo assim muitos insetos, prejudicando a experiência.

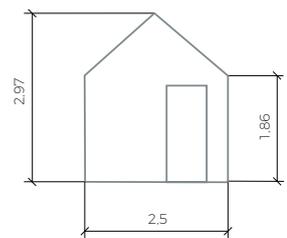
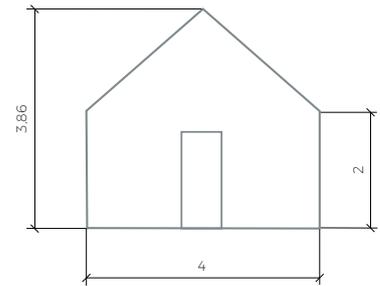
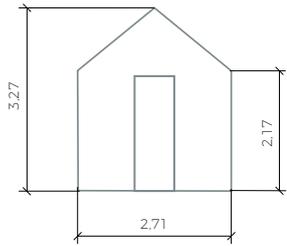
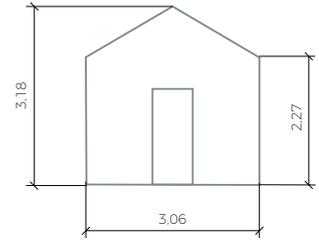
78-81 Levantamento de palheiros

Fonte: autor

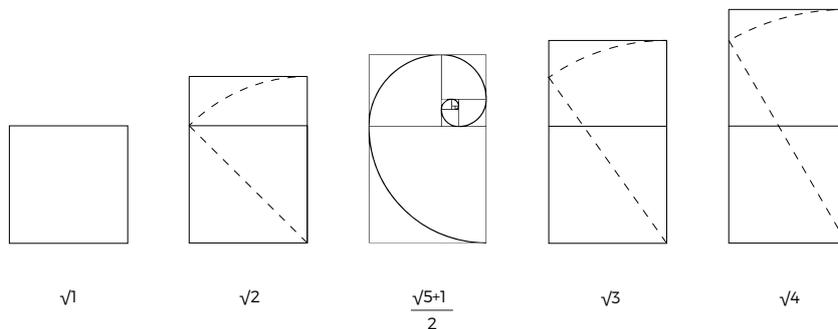


82-89 Levantamento de palheiros
Fonte: arquivo do autor





1.5. ESTUDO DE PROPORÇÕES



Após a recolha das dimensões dos palheiros, foi necessário estudar se seguiam algum padrão proporcional, de forma a retirar conclusões. Para fazer uma análise mais rigorosa, optou-se por listar a largura e altura dos palheiros recolhidos. Esta análise passou por duas fases, na primeira foi feita o cálculo das proporções da raiz quadrada na vertical, usando as dimensões largura e altura total e na segunda com a raiz quadrada na horizontal, usando a largura e a altura do pé direito, de forma a perceber se em alguma destas proporções se verificava regra compositiva.

Como é possível verificar nas tabelas, embora alguns palheiros se aproximem das proporções apresentadas, não existe qualquer regra tanto na composição vertical como horizontal. A proporção raiz de 4 é a única que se repete (uma única vez), não sendo suficiente para estabelecer padrão. Mesmo que na conclusão não se verifique nenhuma regra proporcional, a análise constituiu um passo fundamental para o conhecimento da arquitetura vernacular, concluindo-se a singularidade das construções, onde cada um construía com o que tinha e como sabia, sem regras estruturais. Ainda assim, reconhece-se dentro da amostra recolhida, uma forma comum que se repete.

91-92 Análise proporção
raiz vertical e horizontal
Fonte: arquivo do autor

	LARGURA	ALTURA TOTAL	PROPORÇÃO ALTURA TOTAL · LARGURA	PROPORÇÃO RAIZ VERTICAL
	2,82	2,82	1,00	√1
	2,55	3,20	1,25	√1,6
	2,48	3,50	1,41	√2
	4,1	3,87	0,94	√0,9
	6,11	4,44	0,73	√0,5
	2,58	3,16	1,22	√1,5
	3,33	3,80	1,14	√1,3
	3,47	3,09	0,89	√0,8
	3,06	3,18	1,04	√1,1
	2,71	3,27	1,21	√1,5
	4	3,86	0,97	√0,9
	2,5	2,97	1,19	√1,4

	LARGURA	PÉ DIREITO	PROPORÇÃO ALTURA · LARGURA	PROPORÇÃO RAIZ HORIZONTAL
	2,82	2,2	1,3	√1,64
	2,55	2,34	1,1	√1,15
	2,48	2,77	0,9	√0,80
	4,1	2,5	1,6	√2,69
	6,11	3,05	2,0	√4,01
	2,58	2,4	1,1	√1,16
	3,33	2,77	1,2	√1,45
	3,47	2	1,7	√3,01
	3,06	2,27	1,3	√1,82
	2,71	2,17	1,2	√1,56
	4	2	2,0	√4
	2,5	1,86	1,3	√1,81

1.6. RESUMO DA METODOLOGIA

No cumprimento do 2º ciclo, espera-se que a prova de atribuição do título de “mestre” satisfaça o júri sobre a demonstração de domínio do estado da arte no território projetual escolhido pelo designer. Para isso, foi tomado como projeto a colaboração com a Cale do Oiro, na perspetiva dos contributos do design para o melhoramento do desempenho, comunicação e serviços turísticos desta empresa.

O projeto desenvolvido resulta por isso da adoção da empresa turística de Aveiro “Cale do Oiro”, propriedade do empresário Fernando Catarino, que se tem distinguido por serviços de apoio ao turismo como passeios de comboio pela cidade, passeios em moliceiro nos canais da cidade, loja de produtos locais e cafetaria de apoio à marinha Grã Caravela, onde se disponibiliza serviço de banho em lamas da ria. O último destes projetos parecia o menos estruturado, desde logo pela expressão de precariedade do contentor estacionado na marinha, para instalação do referida cafetaria. Por outro lado, a propriedade deste espaço e o potencial que se abria à sua exploração hoteleira, para suporte ao turismo de experiência, nomeadamente da natureza e da cultura local.

A natureza do estudo enquadra-se na produção de conhecimento pelo projeto de design. Nesse sentido, a primeira fase dos trabalhos consistiu na recolha e aprofundamento da informação através de revisão da literatura, constituindo um exercício de produção de acervo de referências, geográficas, sociológicas, etnográficas, económicas e arquitetónicas com que se caracterizou o domínio de intervenção.

Numa segunda fase de projeto, foi realizado levantamento de casos de estudo de projetos hoteleiros nacionais ou estrangeiros, dirigidos ao turismo de experiência, para com eles contextualizar tipologias de intervenção. Essa recolha foi objeto de análise, dando origem a um programa crítico de projeto.

Numa terceira fase, o conhecimento do terreno de intervenção implicou visitas ao local, estudo de viabilidade, localização e identificação das marinhas, estudo dos seus tamanhos, acessos, verificação da sua disponibilidade à transferência de propriedade e, sobretudo, levantamento dos palheiros ainda edificados nesse território.

Numa quarta fase foi caracterizado o programa dos dois projetos (cafeteria + turismo de habitação), tendo em consideração as limitações logísticas locais (falta de distribuição de água potável, falta de sistema de saneamento e alimentação elétrica). O programa inscrevia a definição de dois abrigos, desenhados sob a mesma condição empática de continuidade da arquitetura vernacular preexistente. Se um dos espaços caracterizava uma cafeteria, o outro caracterizava um bungalow passível de ser reproduzido nas margens da marinha. O estudo das suas formas, estrutura espacial e funcional e viabilização operacional foi consultado pela Arquitecta Cláudia Albino, docente da Uc de Projeto.

Numa quinta fase deu-se início ao desenvolvimento do projeto, desenvolvido sob base heurística de conceção holística (tomando em consideração a cosmologia de problemas, oportunidades e referências, através de uma hipótese sintética de forma). No desenvolvimento da proposta, operada pelo desenho e sob um pensamento abduutivo, procurou-se a concretização empírica de um vasto conhecimento, associado a um programa funcional (hoteleiro) e concretizado em formas hipotéticas, sistemas construtivos, organização de espaços e imaginação de usos.

Numa sexta fase, o resultado comunicado em projeto de serviços (reunindo competências da comunicação, do equipamento e do serviço de funcionamento), foi validado pelo empresário, pelos pares e pelos docentes da formação, ao longo das seis avaliações de Projeto 1 e 2, distribuídas ao longo dos 24 meses do curso.

Pode-se concluir que a metodologia foi de tipo projetual, assistida por um longo e aprofundado estudo da revisão da literatura e estado da arte, mas apoiada em casos de estudo, pela relevância estética e experimental.

2. FASEAMENTO DOS TRABALHOS

O processo de desenvolvimento foi aplicado dentro e fora do espaço de aula, incluindo assim as duas unidades curriculares, Projeto I e Projeto II, espaços letivos que receberam o desenvolvimento dos dois projetos complementares. Foi traçada uma estrutura de faseamento dos trabalhos, na sua totalidade, que se traduz por um diário de bordo onde se registaram todos os avanços do processo projetual.

O faseamento dos projetos foi repartido em 3 grandes momentos estruturais, similares nos dois semestres:

FASE 1 Anteprojecto: seleção do domínio de intervenção, justificação da pertinência do projecto e levantamento do estado da arte desse domínio;

FASE 2 Projecto base: investigação, seleção de casos de estudo, análise crítica, enunciação do programa e desenvolvimento da proposta;

FASE 3 Projecto de execução: comunicação do projecto em detalhe, avaliação e validação do cliente, pares ou outros.

Nas duas primeiras fases houve a necessidade de recorrer à literatura como base justificativa de ambos os projectos que, mais tarde foi revista, constituindo o suporte teórico da dissertação. A validação presente nas terceiras fases, foi realizada, respetivamente na conclusão de cada um dos projectos.

3. PROJETO I - CAFETARIA

3.1. CONSTRUÇÃO SOBRE A PRÉ-EXISTÊNCIA



93 Comboio Cale do Oiro

Fonte: arquivo do autor

Como referido anteriormente, este primeiro projeto nasceu de uma encomenda do empresário aveirense Fernando Catarino, que detém uma empresa de serviços turísticos em Aveiro designada Cale do Oiro. Apresenta diversos serviços na cidade, desde os passeios de moliceiro, comboio e lancha. Nas salinas, os visitantes podem usufruir dos banhos salgados ou de lama, massagens e da cafetaria. É deste último serviço que nasce a encomenda. Trata-se de um contentor pré-fabricado adquirido em regime de urgência para servir de apoio ao serviço de lamas e banhos salgados, contudo, não se enquadra com o território onde se insere, as salinas. Assim, o pedido prende-se com o redesenho da cafetaria a partir deste módulo pré fabricado, ou seja, uma construção a partir da preexistência.

94-95 Cafeteria Cale do Oiro

Fonte: arquivo do autor



Das coisas nascem coisas (Munari, 2008).

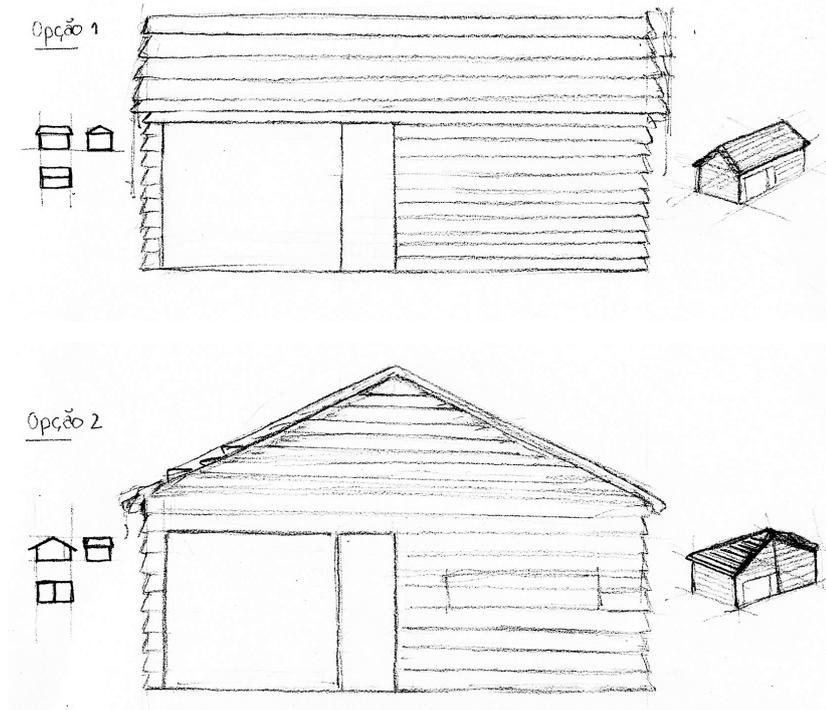
A primeira etapa passou por ir ao local, fazer registos fotográficos e levantar as dimensões do contentor. Este apresenta uma porta na frente e outra no tardo e ainda duas janelas na frente. Da recolha feita, concluiu-se que o contentor tem dimensões reduzidas, com 8,5 metros de largura, 4 metros de profundidade e 3,2 metros de altura, com capacidade para apenas 6 mesas de duas pessoas, ou seja, apresenta capacidade interior máxima para 12 pessoas. Trata-se de um número reduzido face à quantidade de pessoas que procuram os serviços dos banhos. Apresenta ainda uma zona de preparação muito simples, apenas com lava-loiças e sistema de refrigeração, uma vez que a confeção não é realizada no local. Esta zona encontra-se separada do balcão de serviço ao público, por uma divisória, onde se mostram alguns produtos da marca.

Assim, consideram-se dois grandes desafios. O primeiro passa por integrar o edificado na paisagem e o segundo pela reorganização e estruturação da funcionalidade do seu espaço interior, de forma a potenciar economicamente o negócio. Ou seja, redesenhar tanto o exterior como o interior. Para isso, foi feita uma reinterpretação dos palheiros de sal, tanto a nível formal como dos materiais empregues. Para otimização do espaço interior, a cafetaria foi pensada como um ponto de degustação, incluindo pratos com sabores tradicionais e dando protagonismo o sal da própria marinha.

3.2. PROGRAMA

Conhecida a encomenda e analisadas as condições em que se encontra a cafetaria, foi possível delinear um programa que serviu de base para o desenvolvimento do projeto. Assim, o programa consistiu em desenhar um espaço para funcionamento anual (e não sazonal), sendo agradável no verão e acolhedor no inverno. O desenho partiu da dimensão do contentor existente, criando um espaço de refeições ligeiras com mesas no interior e ainda uma zona de esplanada. No interior, haverá ainda uma parede de promoção comercial aos produtos da marca. Será ainda desenhada uma zona de serviço sanitário, com acesso pelo exterior para que os utilizadores que estejam a usufruir de outros serviços, como os banhos, tenham acesso sem interferir com o interior do espaço.

3.3. PALHEIRO DE REFERÊNCIA



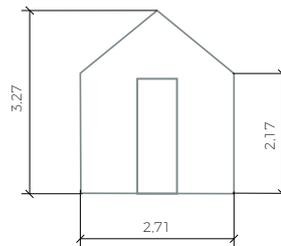
96-97 Opções telhado

Fonte: arquivo do autor

Com o objetivo de reinterpretar as características formais existentes nos palheiros, e como o contentor não apresenta telhado de duas águas e havendo necessidade de camuflar a existência de um depósito de água exterior, achou-se pertinente estudar a melhor altura para conferir um alçado com semelhança aos palheiros (casinhas do sal). Assim, a primeira questão que se levantou foi se com a cafeteria vista de frente, a cobertura deveria apresentar-se longitudinalmente ou transversalmente. Optou-se pela primeira hipótese uma vez que é a que traduz maior semelhança morfológica aos palheiros.

98-99 Palheiro Leoa

Fonte: arquivo do autor



Simultaneamente, recorreu-se ao levantamento dos palheiros apresentado no capítulo 1.4 da parte 2 para testar se o alçado de algum se inscrevia na proporção do contentor. O palheiro Leoa, com 2,71 metros de largura e 2,17 metros de pé direito é proporcional às dimensões do contentor, com 4 metros de largura e 3,2 metros de altura. Assim, calculando a proporção entre a altura total do palheiro Leoa, cerca de 3,18 metros, a altura máxima para o telhado da cafeteria foi corrigida para 4,9 metros, tendo ficado definidas todas as dimensões do novo palheiro, permitindo dar início ao desenvolvimento da proposta.

Do conhecimento adquirido através da literatura e entrevistas abertas, concluiu-se que os palheiros originais eram de madeira. Assim, achou-se pertinente incluir esta característica na cafeteria e invocar os métodos de construção tradicionais. De seguida, questionou-se qual seria a orientação do tabuado para o revestimento, se vertical ou horizontal. Optou-se pelo tabuado horizontal dos palheiros primitivos, onde a sobreposição das tábuas também ajuda no escoamento das águas pluviais.

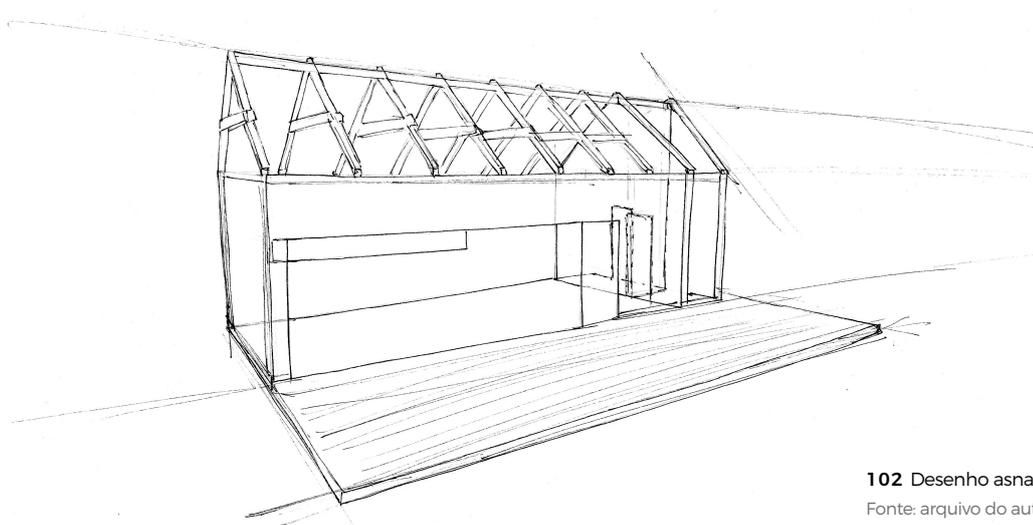
3.4. PROPOSTA EXTERIOR



100-101 Armazéns de sal

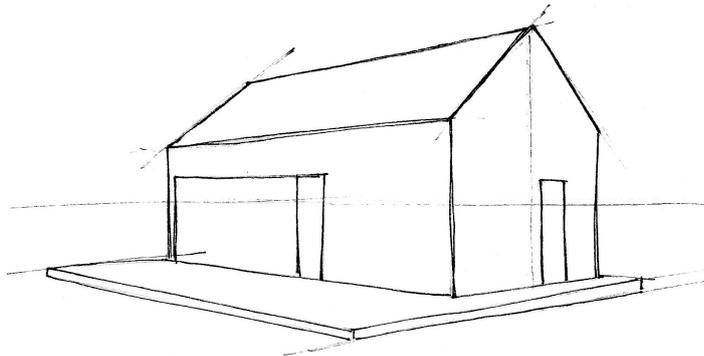
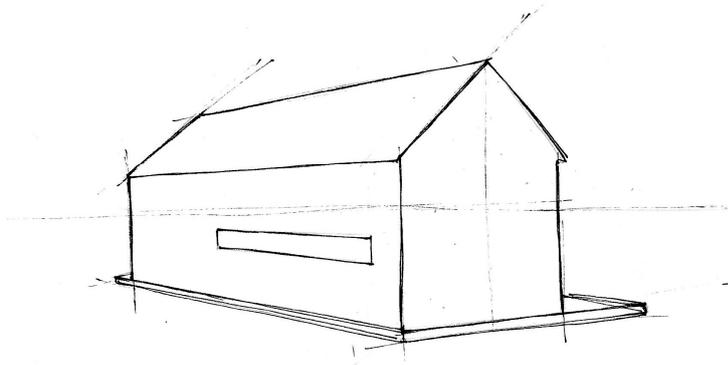
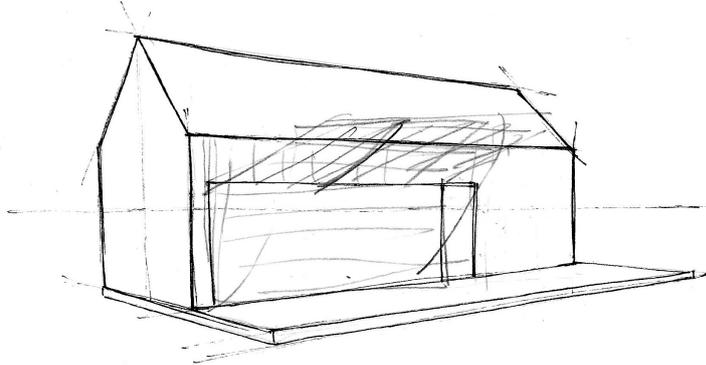
Fonte: arquivo do autor

Após definição das dimensões do “palheiro” iniciou-se a fase de estudos, recorrendo assim ao desenho como método de pensamento. Uma vez que a cafetaria tem dimensões maiores do que o típico palheiro de sal, foi observada a herança construtiva das asnas presentes nos tetos dos armazéns de sal, sendo considerado um elemento identitário e singular, optando-se pela sua exposição no interior do edifício. É possível tirar partido da beleza destes detalhes e ao mesmo tempo aumentar a sensação de espaço, urgente quando as dimensões são reduzidas.



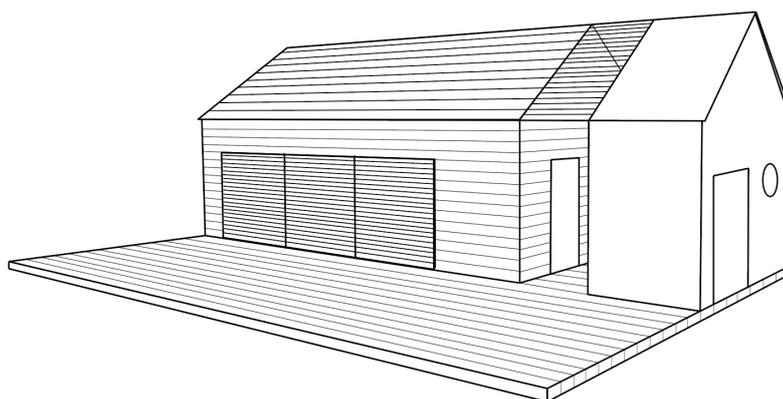
102 Desenho asnas

Fonte: arquivo do autor



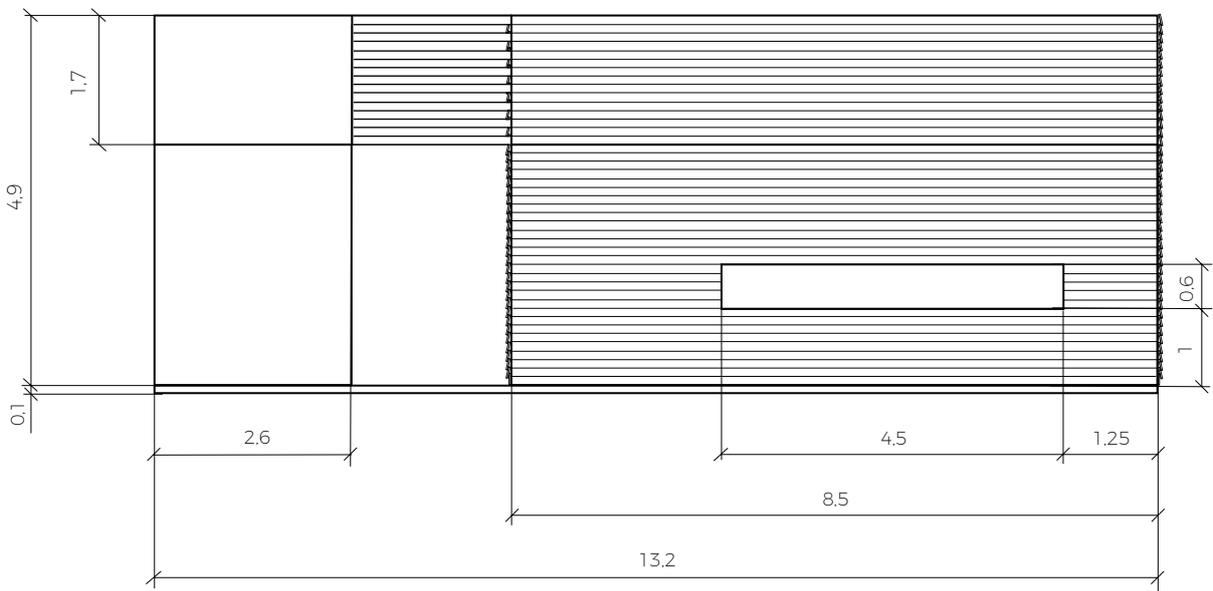
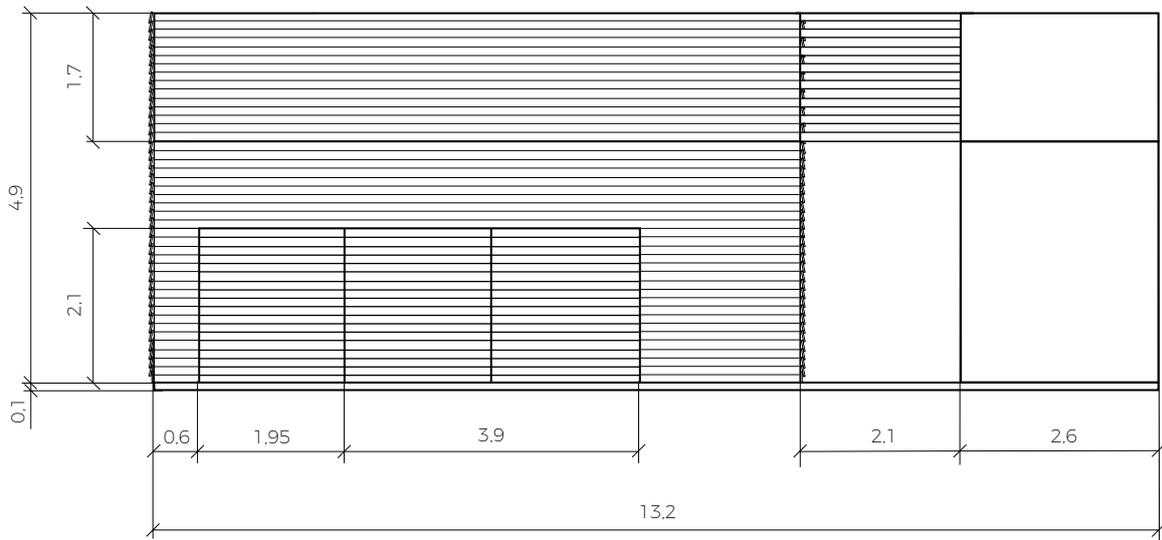
Sentiu-se a necessidade de ampliar o espaço interior estendendo-o para o exterior, criando assim uma zona de esplanada. O pavimento desta área exterior seria um deck em tabuado de madeira, paralelamente disposto ao revestimento da fachada. Atendendo a que na arquitetura vernacular não se utilizavam muitos materiais, para além da madeira que reveste todo o volume, o vidro estaria presente em grandes aberturas, com o objetivo de aumentar a iluminação natural e a fluidez entre interior e exterior. Assim, pretende-se substituir a janela maior da frente por três janelas e criar um recorte na parte de trás para que o cliente possa direcionar o seu olhar para a bela paisagem lagunar. Estas três janelas seriam de correr e permitiriam explorar as aberturas e ligação interior/exterior. O ripado do edificado seria replicado numa estrutura tripla para as janelas que, quando fechadas, conferem maior segurança à cafeteria e, quando abertas, criam jogos de sombra na esplanada.

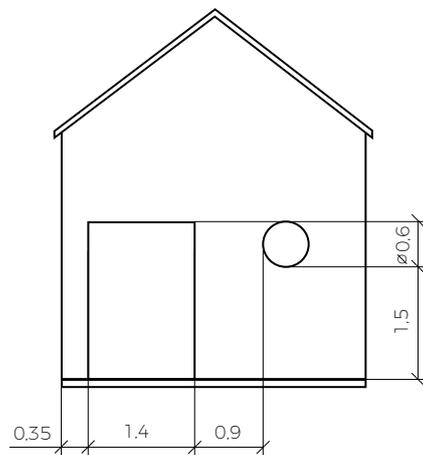
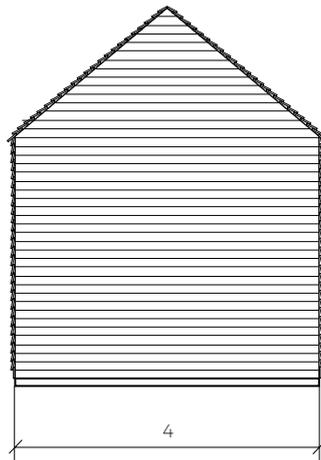
Como a cafeteria atual não dispõe de instalações sanitárias, achou-se necessário acrescentar uma área de serviço em corpo à parte, de forma a não condicionar o espaço destinado ao serviço da cafeteria. Assim, o acesso passa a fazer-se pela lateral direita, evitando assim portas na frente, o que levaria a que os utilizadores oriundos do interior, apanhassem chuva no seu percurso às instalações sanitárias. A proposta nasce assim de um arrasto, marcado pelo ritmo do tabuado, mantendo também a possibilidade de acesso para quem vem do exterior (por exemplo dos banhos), sem ter de entrar na cafeteria. Este arrastar foi feito para o lado direito, uma vez que as águas existentes se concentram na extremidade direita.



107 Desenho técnico Cafeteria

Fonte: arquivo do autor





Escala 1 : 100

No desenho técnico apresentado é possível ter noção das dimensões totais da cafeteria, sendo que a atual tem 4 metros de largura por 8,5 metros de comprimento, medidas de referência para o desenho, mantidas no corpo base. Para garantir a referência aos palheiros tradicionais de sal, a vista lateral esquerda apresenta o mesmo desenho de casinha com uma porta.

3.4.1. Materiais



Sistema trincado
tabuado horizontal



Viroc



Deck madeira



Vidro

Pela inspiração nos materiais utilizados nos palheiros tradicionais, optou-se por usar a madeira de carvalho no revestimento exterior. Embora os palheiros primitivos fossem em pinho, mais tarde começou-se também a trabalhar com a madeira de carvalho que, por ser mais dura era mais difícil de trabalhar, mas também apresentava maior resistência. Para o pavimento, elegeu-se um deck em tons cinza para ir de encontro às estruturas e caminhos existentes na marinha Grã Caravela. O pavimento prolonga-se para o interior da cafetaria, para aumentar a sugestão de espaço, aumentando também a facilidade da sua limpeza. O módulo mais pequeno, da instalação sanitária e armazém, bengaleiro e depósito de resíduos, seria revestido com o composto viroc, contrastando assim com o corpo principal da cafetaria e convocando a referência às pequenas casinhas de sal.

108-111 Materiais

Fonte 1: arquivo do autor

Fonte 2: <https://www.pivotfinance.co.uk/>

Fonte 3: <https://unsplash.com/photos/2JONUbTfN38>

Fonte 4: <https://acleanexpression.com/wp-content/uploads/2018/06/dmitri-popov-69420-unsplash.jpg>

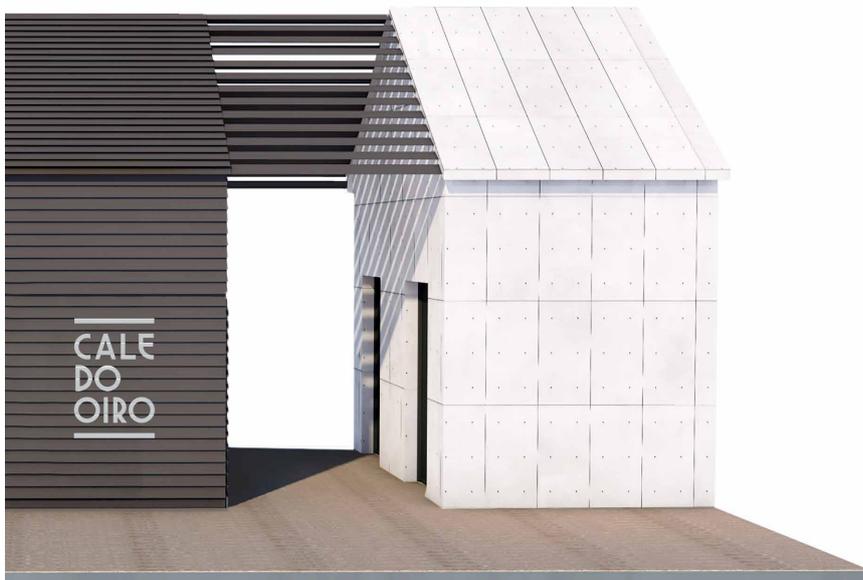
3.4.2. Modelação tridimensional



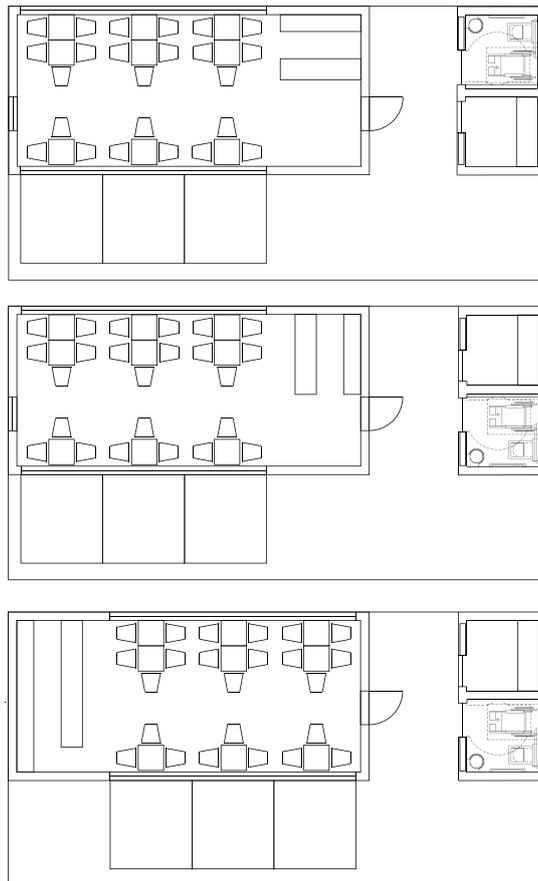
Após os esboços e apuramento do desenho e sua representação em desenho técnico foi feita modelação tridimensional para visualizar e testar a proposta. Uma das características visíveis é o arrastamento do corpo de madeira que se transforma num ripado transparente, dando lugar finalmente ao segundo corpo. O tabuado assume três papéis distintos no projeto: o primeiro a nível de revestimento da cafeteria, o segundo através do ritmo do ripado que une telhados e o terceiro caso, produzindo sombra, para além de trancar e proteger as janelas, encerrando o volume contra vandalismo.

114-116 Proposta exterior

Fonte: arquivo do autor



3.5. PROPOSTA INTERIOR



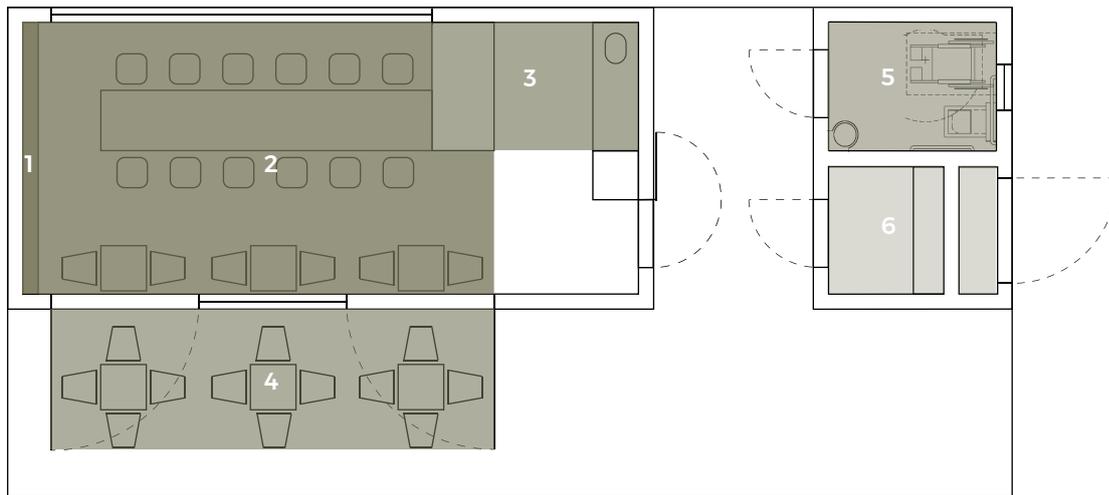
117-119 Estudos planta

Fonte: arquivo do autor

Relativamente ao processo do desenho do interior, decorreu 90% do tempo em planta, tendo variado a composição e percursos até à definição de um layout funcional que organizasse da melhor forma e espaço. O programa para o interior passa por uma cozinha semi-equipada e exposta, uma área de refeições e uma parede de exposição de produtos. Assim, apresentam-se 3 opções consideradas, variando a disposição dos serviços externos à cafeteria e a posição do balcão no interior da cafeteria. Relativamente aos serviços, optou-se pela primeira solução, assim há uma menor perturbação entre a entrada e a casa de banho, uma vez que a área de armazém será menos requisitada. Já no balcão, optou-se pela segunda hipótese pois, comparativamente com a primeira, não impedirá a passagem.

120 Proposta interior

Fonte: arquivo do autor

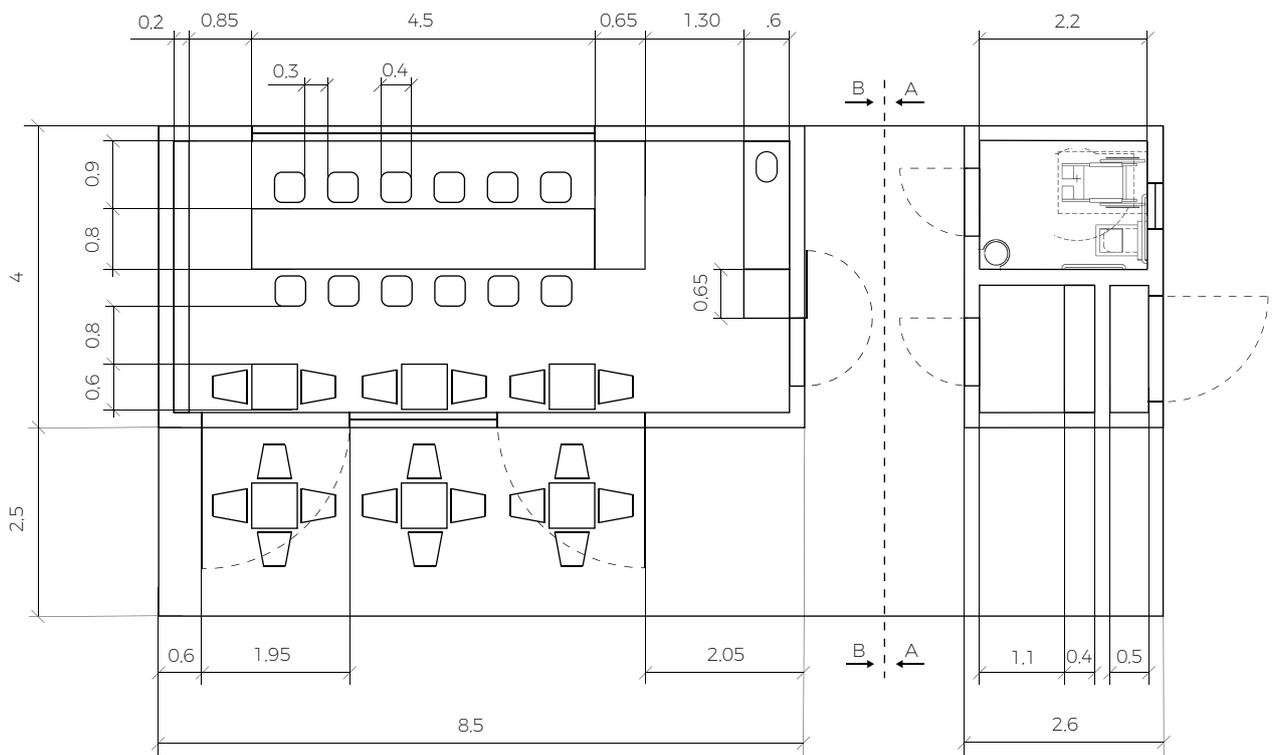


A disposição das mesas atendeu à exploração do serviço coletivo de degustação. Assim, os três conjuntos de mesas foram substituídos por uma mesa longa com capacidade para 12 pessoas, oferecendo um ambiente distinto e de maior personalidade. A esta mesa adicionaram-se mais três mesas no interior, com capacidade para mais seis pessoas, totalizando uma capacidade interior de 18 pessoas, número superior ao que oferece hoje (12 pessoas). Este número aumenta quando se estende para a explanada, totalizando uma capacitação para 30 pessoas (1 mesa até 12 pessoas, 3 mesas de 2 pessoas e 3 mesas de 4 pessoas). Foi possível dividir a planta em 6 zonas distintas, que marcam diferentes ambientes.

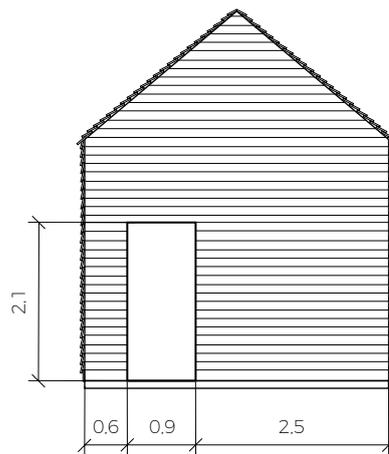
1. PAREDE DE VENDA DE PRODUTOS	Uma vez que a cafetaria vai ser um espaço de degustação, utilizando os produtos da marca na sua confeção, pensa-se que seria uma mais valia a sua exposição, numa parede de destaque, para que o cliente os possa adquirir depois de os provar.
2. ZONA DE DEGUSTAÇÃO	A zona de degustação, de ambiente íntimo e resguardado, é composta por uma mesa grande com 12 lugares, destinada à partilha coletiva de sabores e experiências. Quando sentados, os clientes, encontram a paisagem da Ria, através da abertura horizontal no alçado anterior do edifício.
3. COZINHA EXPOSTA	Em relação à cozinha, optou-se por uma “cozinha” exposta, uma vez que o objetivo da cafetaria será o de servir refeições ligeiras pré-confeccionadas e bebidas, com o intuito de criar um espaço de degustação dos sabores da região e do sal das salinas. Assim, o consumidor poderá assistir à confeção dos produtos na hora (como nos restaurantes de sushi), participando da sua realização e aumentando a sua confiança pela marca.
4. ESPLANADA	A esplanada tem como objetivo alargar o espaço para que seja possível receber mais clientes, oferecendo maior conforto no verão, para fruição da paisagem desfrutando de uma bebida ou dos sabores na região, num ambiente descontraído ao ar livre.
5. INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	Não oferecendo instalações sanitárias, a atual cafetaria não poderá cumprir com satisfação o serviço a que se dedica. Propõe-se a criação de casa de banho, adaptada a pessoas com deficiências motoras, com acesso pelo exterior, para comodidade das pessoas que venham dos banhos salgados, sem terem de entrar na cafetaria.
6. BENGALIEIRO, ARMAZÉM E DEPÓSITO DE DETRITOS	Outro equipamento que também não existe na atual cafetaria é um espaço para armazenar produtos, bengaleiro para guardar os pertences dos funcionários e depósito recetor de detritos isolado. Esta zona, também de acesso exterior, será de fácil acesso para funcionários e aos serviços de recolha de lixo instalados na lateral direita, salvaguardando possíveis cheiros e facilitando a sua recolha por um camião.

121 Desenho técnico Cafeteria

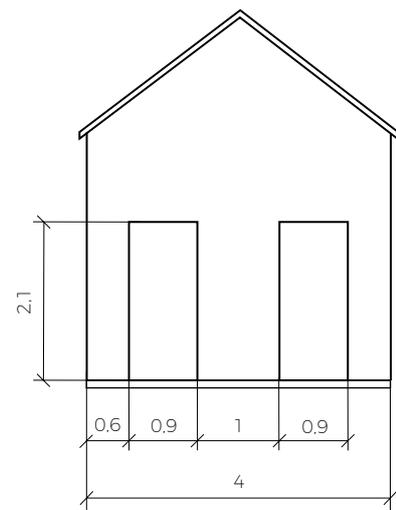
Fonte: arquivo do autor



Escala 1 : 100



Secção A - A



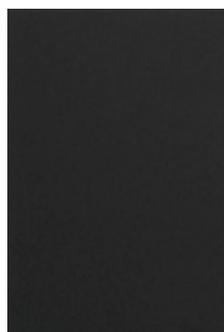
Secção B - B

No desenho da planta e alçados apresentados será possível ter uma noção mais clara da distribuição dos elementos nos espaços. Pelas duas secções verticais apresentadas consegue-se visualizar os acessos à cafetaria, armazém e casa de banho.

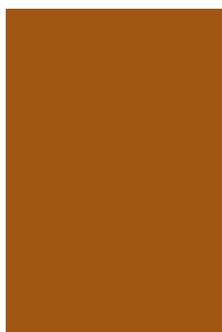
3.5.1. Materiais



Madeira de carvalho



Xilastone



Cerâmica

122 Madeira de carvalho

Fonte: <https://www.doityourself.com/stry/how-to-stain-poplar-wood>

Em relação ao interior, os materiais seriam essencialmente constituídos por madeira de carvalho, xilastone na bancada e alguns apontamentos de cerâmica, como nos candeeiros. A mancha de cor será encontrada nos produtos dispostos na parede de destaque e também através do serviço de mesa e ingredientes a servir nos pratos. Uma vez que a marca já tem parceria celebrada com a cerâmica de grês Costa Nova, julgou-se pertinente a sua escolha para o equipamento dos serviços de mesa da cafeteria, não só pela qualidade e durabilidade das peças, como pela ação demonstrativa e promocional da marca e da região.

3.5.2. Modelação tridimensional



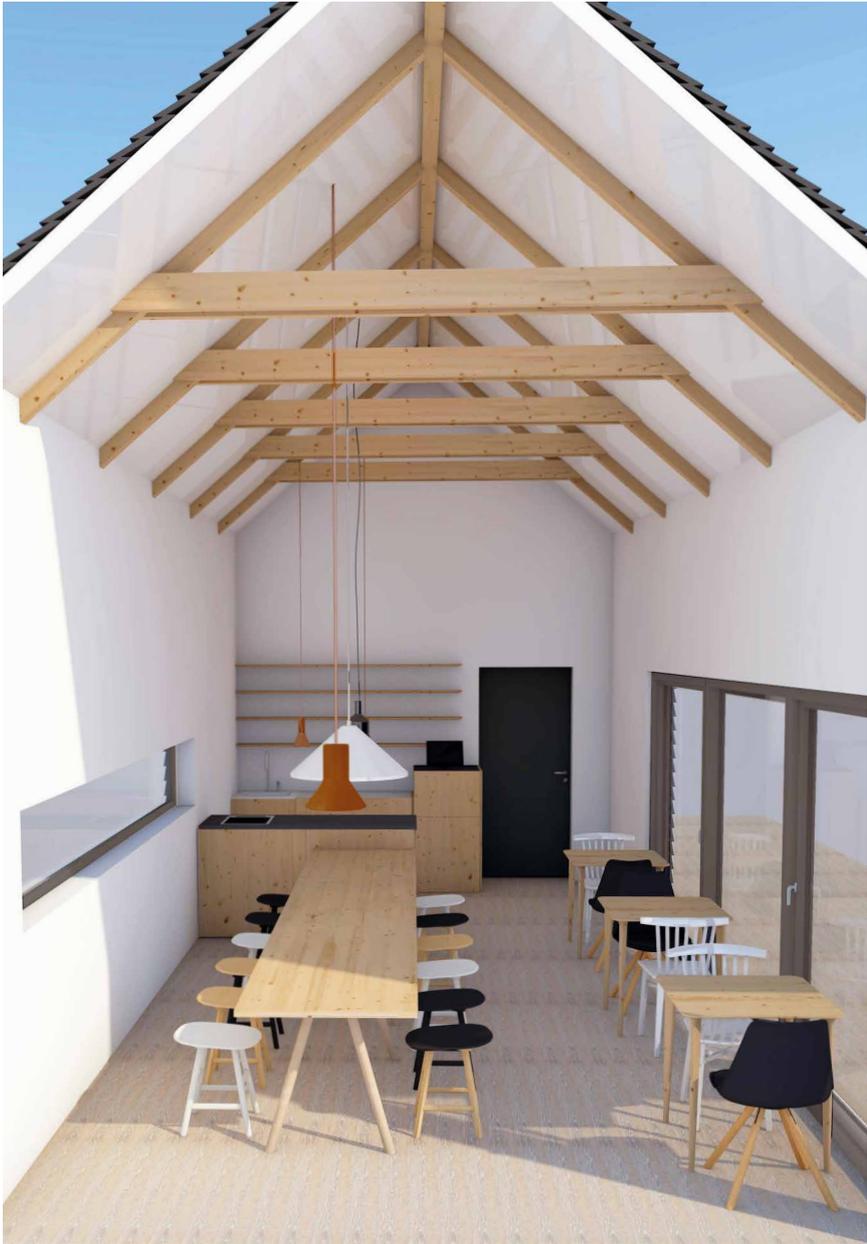
123 Proposta interior
Fonte: arquivo do autor

Através das simulações realizadas por modelação tridimensional é possível avaliar a qualidade do espaço e articulação da planta apresentada. Mantém-se visível a estrutura de asnas de madeira, em contraste com o fundo branco da superfície, num teto alto que amplifica a perceção do espaço. Relativamente aos objetos que revestem o interior, são na maioria em madeira, apresentando-se em tons neutros de pastel, branco e preto, onde os apontamentos de cor serão dados pelos pratos de degustação e produtos dispostos, atribuindo-lhes o maior destaque possível. A mistura de candeeiros e de cadeiras justifica-se pela personalidade que se pretende dar ao espaço, marcando também a diversidade encontrada nos palheiros, onde cada um tem a sua história e características específicas.

124-126 Proposta interior

Fonte: arquivo do autor





3.6. IDENTIDADE

Cale · canal

Oiro · ouro



127 Logotipo atual

Fonte: http://aveirocityrace2018.ori-estarreja.pt/?page_id=2396&lang=pt

A atual identidade gráfica da marca Cale do Oiro tem no nome uma alusão às salinas. Na Ria de Aveiro há dois canais, um chamado Cale do ouro e outro chamado Esteiro do ouro. O canal Cale do ouro era um canal muito rico para os pescadores e muito importante para a cidade de Aveiro. Cale é a abreviatura de canal, e oiro vem do facto do sal ser considerado o oiro branco da Ria de Aveiro. Ao analisar a marca, existem problemas de leitura, ou seja, do ponto de vista pragmático há falhas na sua construção. Assim, começou-se por fazer pequenos ajustes gráficos ao logotipo atual, nomeadamente alterações no desenho dos caracteres e o incremento de espaçamento entre eles, por forma a garantir a sua melhor visibilidade em baixas condições de leitura. Optou-se por manter a tipografia, atendendo à sua função identitária, uma vez que a cidade já reconhece a marca no seu dia a dia.

Questionou-se o sentido e utilidade do caixilho quadrado do logotipo e não foi encontrada outra razão para além de lhe conferir estabilidade. Ao observar a forma dos palheiros, foram identificadas figuras elementares compostas de quadrado + triângulo (alçado frontal), ou de retângulo (alçado lateral de vista sobre prisma pentagonal disposto na horizontal). Na análise foi possível compreender que falta o retângulo no logotipo atual. Os tabuleiros de sal são retângulos, os palheiros também se aproximam da forma do retângulo. Assim, na foto das salinas vista de cima é possível encontrar este elemento multiplicado e distribuído nas marinhas. Destas condicionantes nasceu a proposta para uma nova identidade da marca Cale do Oiro.



128 Vista aérea salinas (Aveiro)

Fonte: <https://olhares.sapo.pt/salinas-de-aveiro-foto9772987.html>



129 Correções logotipo
Fonte: arquivo do autor



130 Proposta logotipo
Fonte: arquivo do autor

As marcas foram sujeitas a testes de erosão visual para compreender, sob o ponto de vista da pragmática, qual a sua resistência comparada. Concluiu-se que a proposta apresentada oferece uma melhor leitura quando reduzida e desfocada.



131 Teste de redução
Fonte: arquivo do autor



132 Teste de desfoque
Fonte: arquivo do autor

4. PROJETO 2 - SALINEIRA

4.1. PROGRAMA

Julgando que o ponto de partida para a descoberta de uma cidade é consequência do local onde dormimos, esse será o primeiro motor de descoberta. Se a experiência for agradável, as pessoas não sentirão necessidade de se afastar desse ponto. Deste axioma poderá nascer a necessidade de desenhar um alojamento local nas salinas, que respeite a arquitetura local, a relação com o ambiente, a privacidade dos visitantes, recorrendo a materiais que não poluam o ambiente nem destruam a paisagem.

Assim, o programa deste projeto passará pelo desenho de alojamentos sustentáveis e integrados no ambiente envolvente das salinas sem, no entanto, prescindir do conforto e versatilidade do espaço que deverá entender-se como refúgio da cidade. O desenho deverá contemplar as proporções da preexistência (arquitetura vernacular) estudadas no levantamento realizado. Será necessário criar um espaço amplo, com poucas divisões, mas que garanta a resposta a todas as necessidades mínimas do habitáculo, do quarto de dormir, da sala de comer, da casa de banho, da cozinha e do exterior ao sol ou à lua, mas resguardado do vento norte, onde se possa contemplar a paisagem.

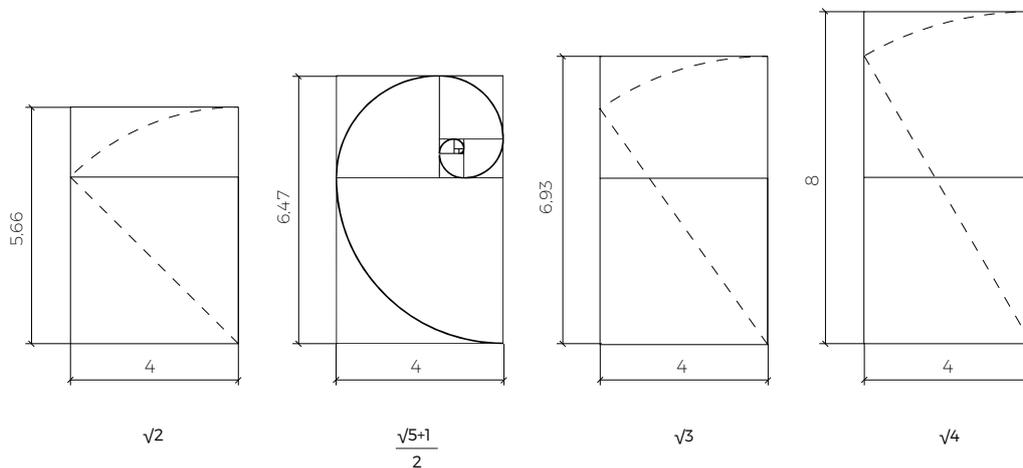
Precisamos de um meio ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico (Lynch, 2017, p. 122).

4.2. PALHEIRO DE REFERÊNCIA



De acordo com o estudo de proporções feito no capítulo 1.5, foi possível concluir que não existe uma regra de proporção usada nestas construções. Contudo, achou-se pertinente usar como referência um dos palheiros presentes na paisagem. Refletindo no espaço necessário para um alojamento confortável, mantendo as dimensões reduzidas associadas aos palheiros, procurou-se, dentro da amostra recolhida, um palheiro tão largo e alto que pudesse acolher o programa. A largura permite reduzir a profundidade e o teto alto aumenta a sensação de espaço e conforto.

O palheiro que continha estas características é o palheiro número 11, pertencendo à marinha Carreira do grupo de São Roque que, segundo as proporções apresentadas tem 4 metros de largura, por 2 metros de pé direito e uma altura total de 3,86 metros. Como as dimensões originais do palheiro relativamente à largura e altura são confortáveis para o propósito do alojamento, foram tomadas como referência para o projeto. O desafio seguinte foi determinar a sua profundidade, uma vez que, na vista aérea do palheiro, foi possível perceber que era reduzida face às necessidades procuradas, apresentando apenas cerca de 5,5 metros.



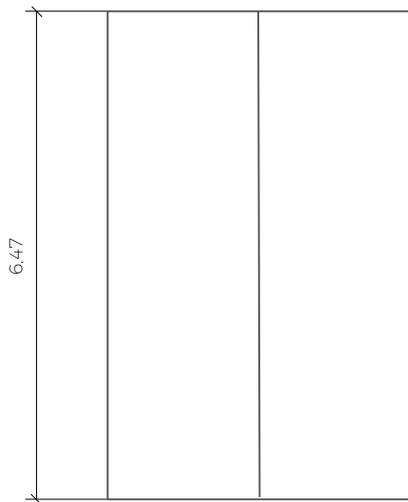
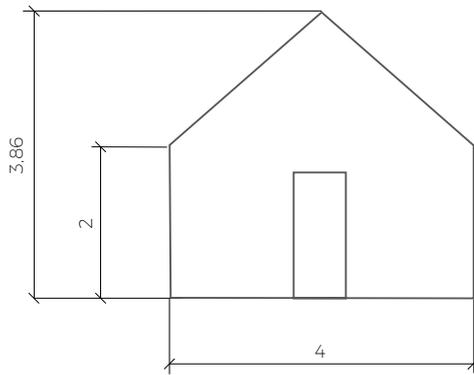
Para determinar qual a proporção a utilizar no cálculo da profundidade, recorreu-se à legislação para tentar perceber as dimensões pedidas para o alojamento. Existem seis categorias de classificação hoteleira, sendo elas: hotéis, hotéis-apartamentos, pensões, estalagens, motéis e pousadas (Ministério da Economia, 1997, p. 5279). Pela definição presente na legislação, a estalagem é a única que se identifica com o projeto:

Estalagens são estabelecimentos hoteleiros instalados em um ou mais edifícios, que, pelas suas características arquitectónicas, estilo do mobiliário e serviço prestado, estejam integrados na arquitectura regional e disponham de zona verde ou logradouro natural envolvente (Ministério da Economia, 1997, p. 5284).

As estalagens são classificadas com quatro ou cinco estrelas, sendo considerado um serviço de alta qualidade. O mínimo de metros quadrados por quarto são 14 m² para um serviço de quatro estrelas e 15m² para cinco estrelas (Ministério da Economia, 1997, p. 5294). Entre as proporções inicialmente apresentadas, exclui-se as proporções raiz de 1 e de 2 pois não garantem uma profundidade suficiente, assim como a raiz de 4 por determinar uma profundidade de 8 metros ao corpo do palheiro, mantendo assim a proporção áurea com 6,47m e a proporção raiz de 3 com uma profundidade de 6,93m. A proporção que avançou foi a proporção áurea, frequentemente usada na arquitetura clássica. Caso fosse necessário, poder-se-ia aumentar-se a profundidade, recorrendo à proporção raiz de 3. Ao trabalhar a proporção de ouro a área total do corpo do palheiro apresenta 25,88 m².

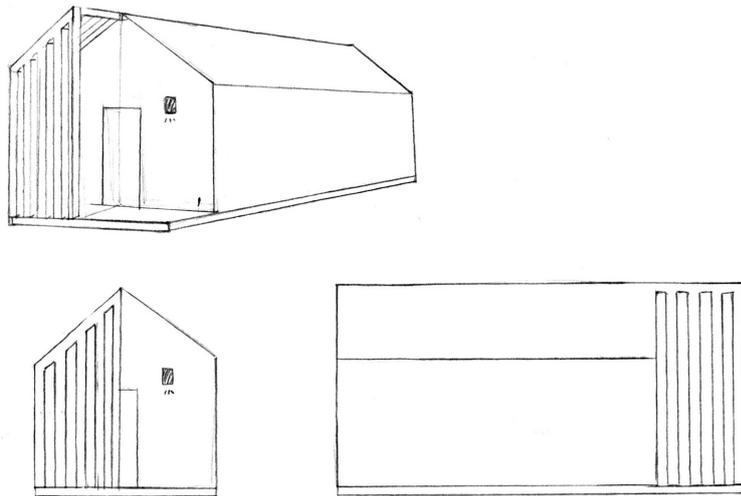
135 Medidas projeto II

Fonte: arquivo do autor



Escala 1 : 100

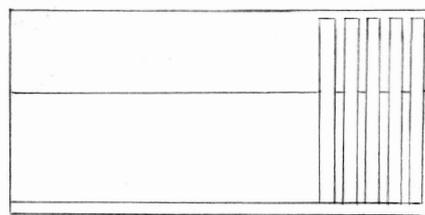
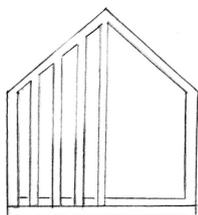
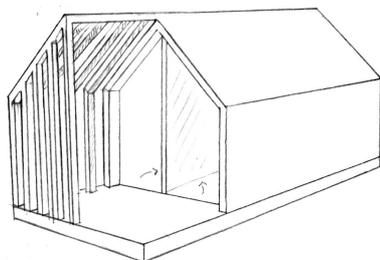
4.3. PROPOSTA EXTERIOR



136 Estudo inicial
Fonte: arquivo do autor

A proposta nasce da junção da investigação com as inspirações dos casos de estudo e das observações nas marinhas, iniciada com esboços no diário gráfico. Um desses desenhos é o da figura 136, correspondendo assim ao estudo inicial. Neste estudo propõe-se um corpo com a forma tradicional do palheiro, mas com a adição de uma zona exterior semicoberta resultante do prolongamento da fachada. Está graficamente presente a mistura dos dois materiais de construção dos palheiros de sal, madeira e alvenaria, remetendo o corpo principal para este segundo método de construção e o ripado exterior para a construção em madeira. Quando visto de frente, o ripado marca a simetria do palheiro e constitui uma proteção do sol. Na fachada estaria presente uma porta de acesso ao interior, similar aos palheiros da região.

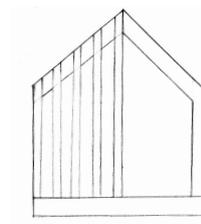
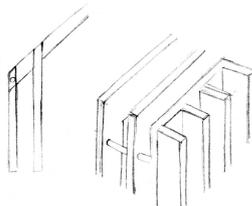
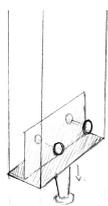
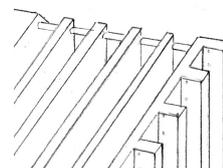
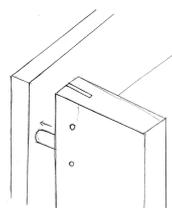
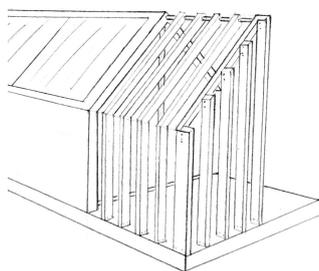
O estudo inicial evoluiu para uma segunda fase, sendo possível uma maior amplitude de espaço, pela substituição da fachada em alvenaria com uma porta, por duas portas de vidro que funcionarão, simultaneamente, como grande janela, abrindo para dentro, assim oferecendo uma grande amplitude de espaço e de liberdade de uso para o utilizador, potenciando a contemplação da paisagem. Para além dos aspetos apresentados, a entrada de luz solar é fundamental e uma vez que os palheiros apenas apresentam uma pequena janela na traseira virada a norte, não fazia sentido intervir sobre as laterais.



137 Estudo 2

Fonte: arquivo do autor

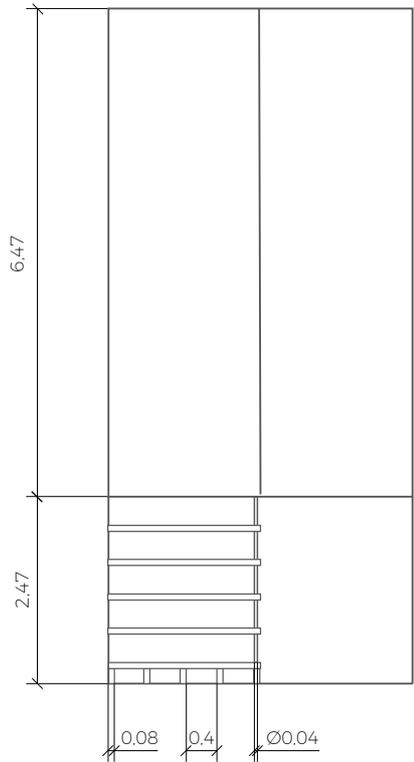
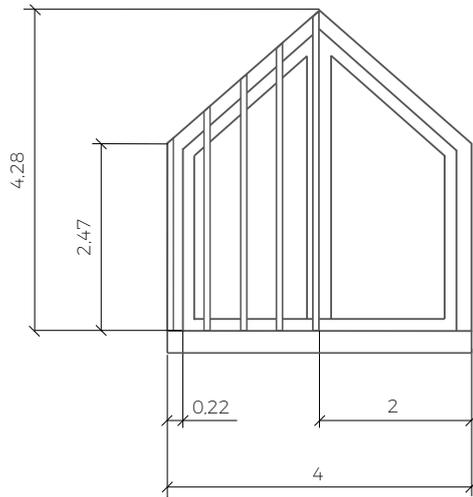
Para garantir segurança, o ripado do segundo estudo teria de ser pensado, nomeadamente a sua construção, para que fosse estruturalmente segura e visualmente leve. A ligação das ripas seria feita através de um tubo, sem grande interferência visual no todo, mantendo assim o desenho visto de frente, mas conferindo maior segurança e coesão à construção.



138 Estudos sistema

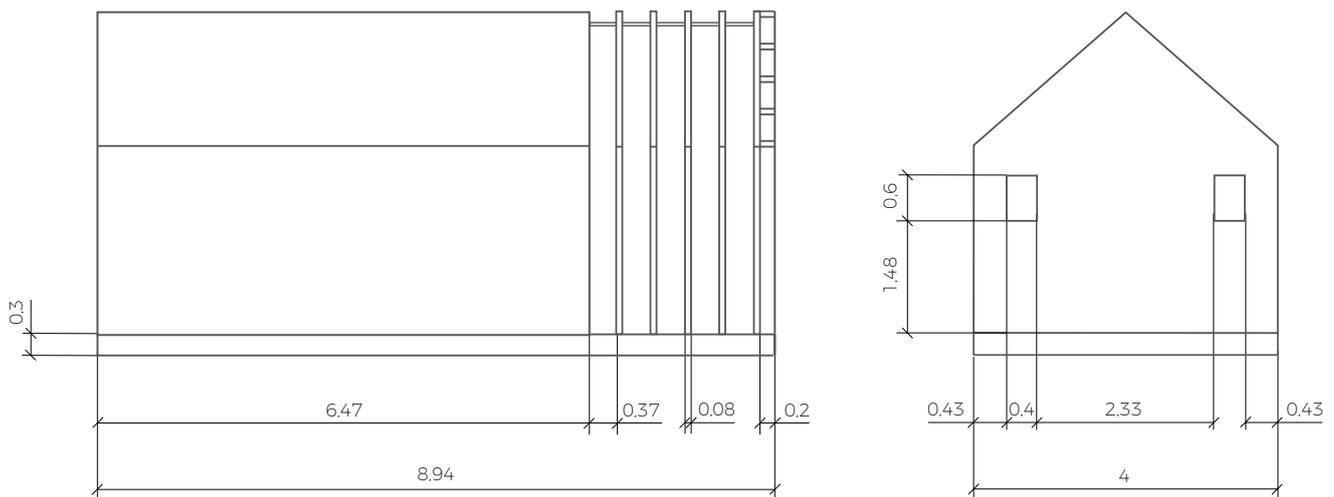
de encaixe ripas

Fonte: arquivo do autor



139 Desenho técnico da proposta

Fonte: arquivo do autor



Escala 1 : 100

Deste processo nasceu a proposta, apresentada através dos desenhos técnicos, como resultado do apuramento sucessivo, tornando-se legível a relação entre o corpo principal e maior e a zona exterior. Relativamente ao tamanho do corpo principal, as suas dimensões já foram devidamente justificadas no capítulo anterior, em relação ao exterior, com a mesma proporção utilizada (proporção de ouro), e sobre a largura do palheiro (com 4 metros), foi calculada a profundidade da área externa, tendo-lhe sido atribuída um valor de 2,47 metros.

4.3.1. Materiais



Viga de madeira



Contraplacado



Lã de rocha

A construção original dos palheiros era em madeira e mais tarde substituída por alvenaria de tijolo, constatando-se que hoje muitos foram reconstruídos em cimento. Para simular estes métodos de construção, conferindo simultaneamente mais leveza para sua instalação no local, seria utilizada uma estrutura de vigas em madeira tratada, revestida a contraplacado com enchimento em lã de rocha.

Achou-se pertinente estudar duas soluções construtivas para o revestimento exterior. Com pavimento em lajetas de betão, a face exterior da construção (corpo principal) seria revestida a capoto e o solário avançado em ripado de madeira de pinho desidratada, pintada a branco. Numa segunda alternativa, a superfície de contraplacado marítimo seria revestida a chapa de zinco, mantendo o avançado em ripado de madeira que, neste caso, não teria pintura. As vantagens desta segunda proposta são a superior resistência do material ao desgaste, garantindo uma perfeita impermeabilização.

140-146 Materiais

Fonte 1: <https://unsplash.com/photos/1Bg9Wlq3wXk>

Fonte 2: <https://flipboard.com/@garyedia/top-20-best-baltic-birch-plywood-lowes-2017-2018-ug2na3vzh/single-piece-of-baltic-birch-plywood-18mm---3%2F4%22-x-24%22-x-30%22/a-JuPwNlxWT9qvfyTMeborwg%3Aa%3A2329174127-8b462c7261/justlifestyle.com>

Fonte 3: <https://plaques.com.br/distribuidora/biola/>

Fonte 4: <https://aleluia.pt/colecoes/cimento-pt/avenue/>

Fonte 5: <https://terra.place/en/spa.html>

Fonte 6: <http://www.josina.pt/produto/revestimento-termico-pelo-exterior-cappotto/>

Fonte 7: <https://www.thesurfridermalibu.com/gallery>



Lajeta de betão



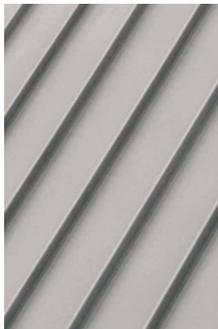
Madeira de Pinho desidratada

PROPOSTA 1



Capoto

PROPOSTA 2



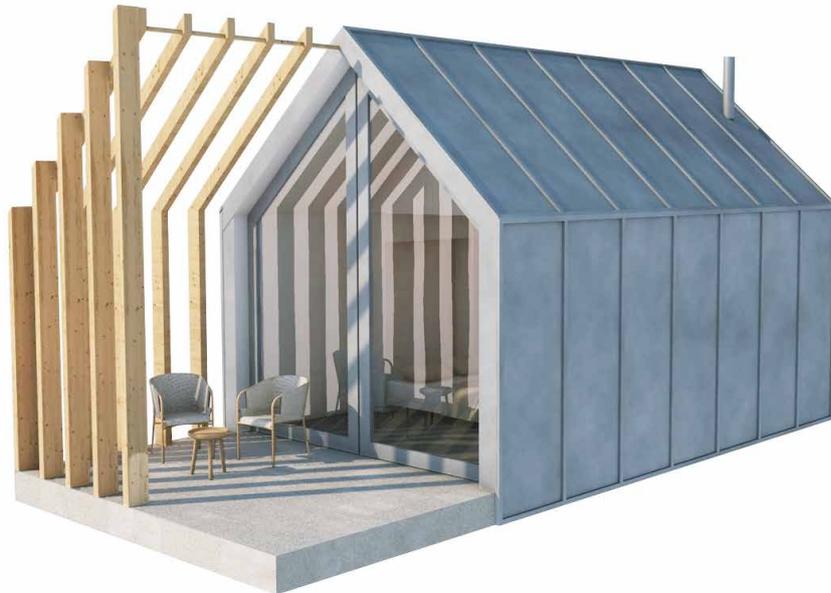
Cobertura em zinco

4.3.2. Modelação tridimensional



147-152 Propostas exterior

Fonte: arquivo do autor

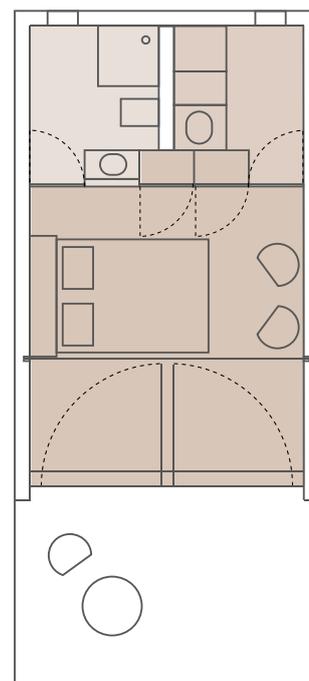


Nas modelações apresentadas é possível verificar a relação do espaço exterior com o interior, assim como a aplicação dos materiais referidos anteriormente. Assim, consideram-se duas propostas diferentes mas revelando ambas uma intenção de integração na paisagem, dignificando-a.

4.4. PROPOSTA INTERIOR

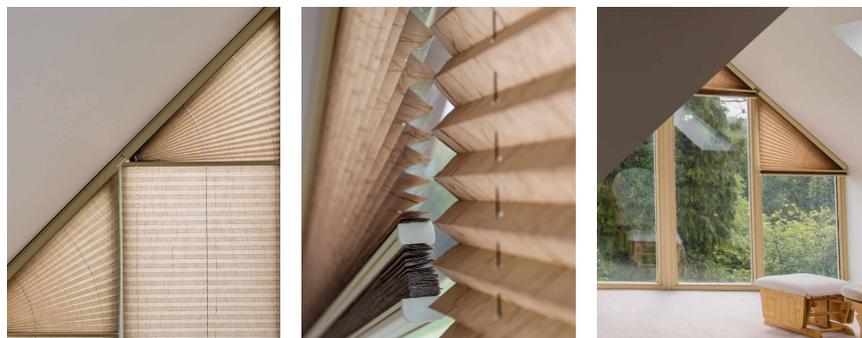
Em relação ao interior e em conformidade com o programa, o alojamento seria composto por 3 divisões: o quarto-sala, a cozinha e a casa de banho. Uma vez que o tradicional palheiro de sal não tinha como função a habitação, não apresentava divisões no seu interior. Procurou-se tirar partido desta característica e desenhar um espaço que parecesse conter uma única divisão. Assim, desenhou-se um armário como fundo, que serviu de divisória entre a parte visualmente acessível do quarto-sala, ocultando as outras da casa de banho e a cozinha.

Um dos constrangimentos que surgiu no decorrer do projeto foi a janela, devido às suas dimensões e forma angular, colocando-se o problema sobre como encerrar o espaço à entrada de luz, ou para garantia de privacidade. Para responder a esta questão, foi feita investigação sobre soluções existentes no mercado, tendo-se encontrado um sistema da Grand Design Blinds que contém um mecanismo de blackout que permite cobrir as esquinas. Outra possibilidade que se estudou foi a integração de tela blackout no limite da cama, que descesse verticalmente a partir da regularização horizontal do teto. Optou-se pela segunda opção por criar uma zona mais acolhedora na área de descanso.



153 Planta zonas

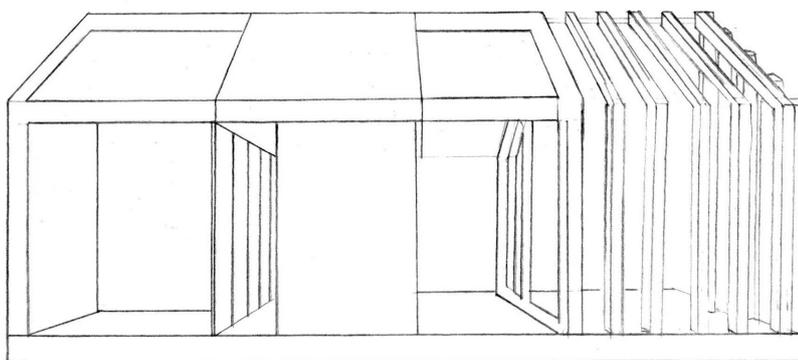
Fonte: arquivo do autor



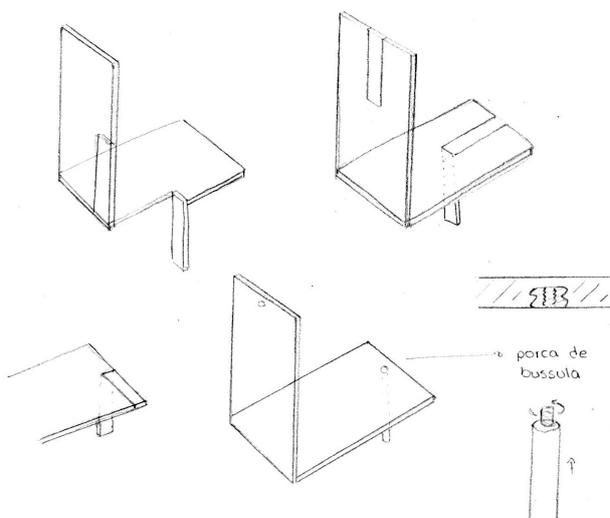
154 Grand Design Blinds

Fonte: <https://granddesignblinds.com/earlwood>

155 Esboço teto baixo
Fonte: arquivo do autor



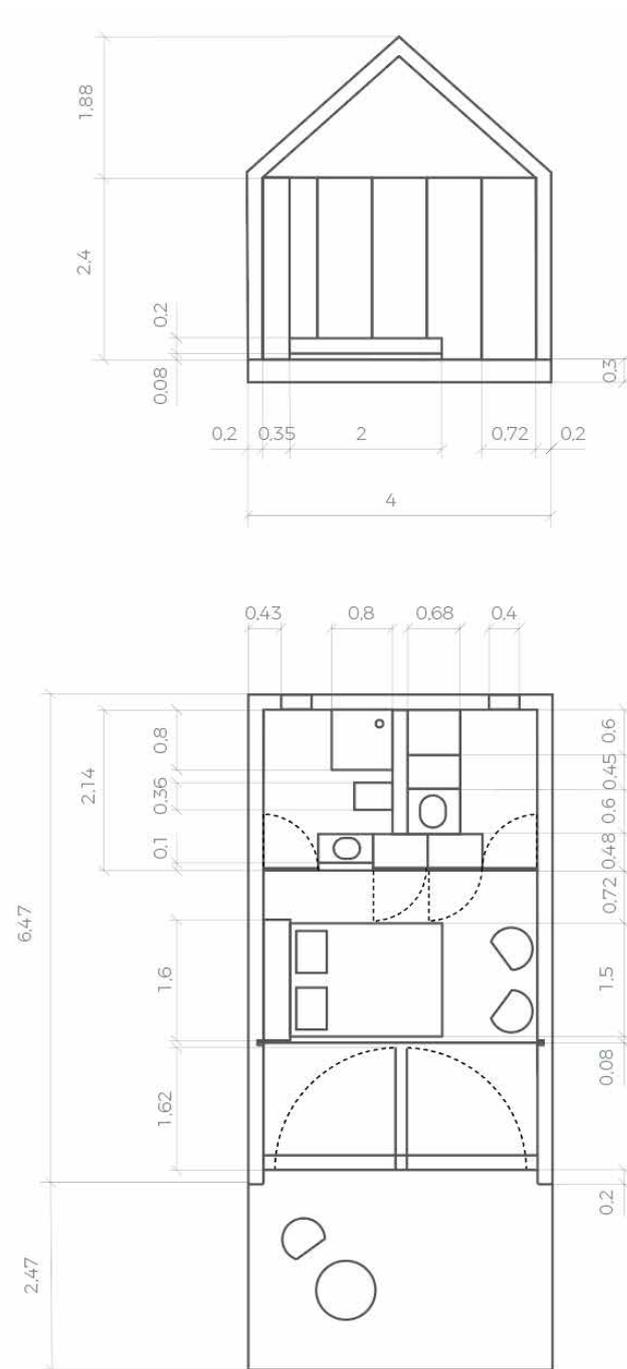
156 Estudos apoio da mesa
Fonte: arquivo do autor



Outra das particularidades do desenho deste espaço foi a criação de espaço dinâmico entre quarto e sala, otimizando as reduzidas dimensões. Para conferir versatilidade ao espaço e para o rentabilizar ao máximo foi necessário desenhar um móvel-cama que se projetando sobre a parede vertical transformar-se-á em mesa. Apresentam-se alguns estudos que levaram à solução final, menos invasiva, apenas com um furo na mesa que contém embutida uma porca de bússola, onde uma perna é aparafusada.

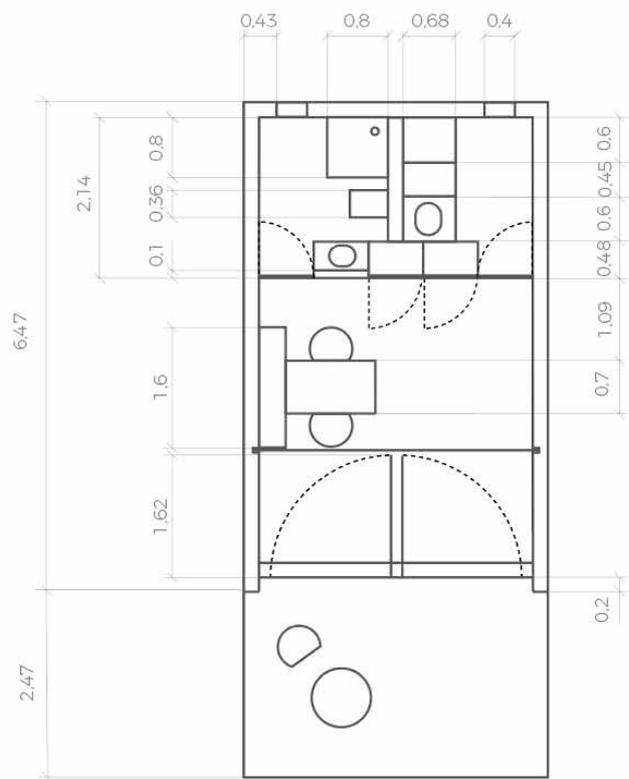
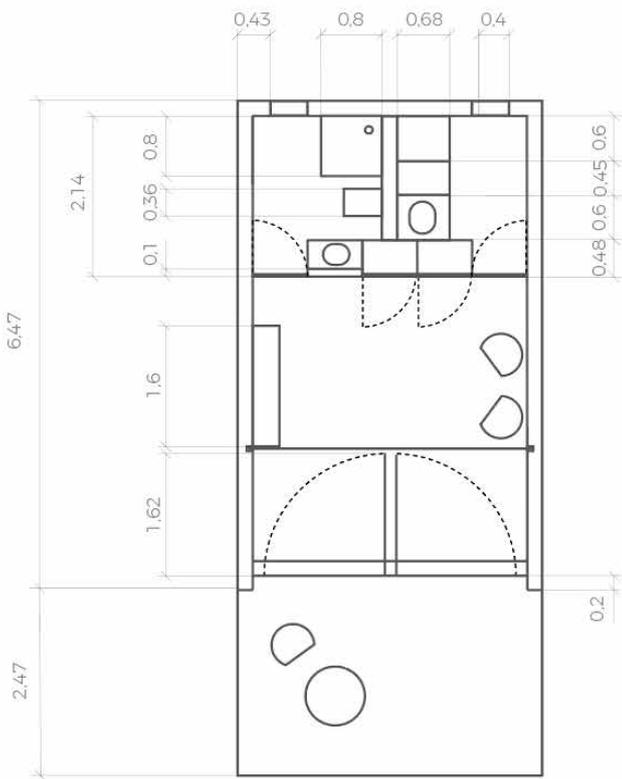
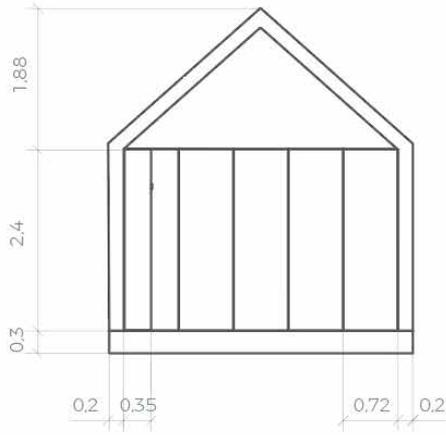
157-159 Plantas (versatilidade do espaço)

Fonte: arquivo do autor



Escala 1 : 100

Nos desenhos técnicos seguintes é possível ver a versatilidade do espaço. Na primeira representação está o quarto montado, na segunda a cama sobe e fica guardada num móvel, permitindo assim criar um espaço mais amplo, que, caso o utilizador deseje, pode deixar cair uma mesa e assim criar uma sala, como é possível ver na terceira representação.



4.4.1. Materiais



160 Faina do sal

Fonte: Melo, C. e. (1998). *A Ria a preto e branco*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, pp. 97, 119, 100.

Para o interior procurou-se que os materiais também refletissem as referências tradicionais. Assim, recorreu-se à consulta de duas referências: *A Ria a preto e branco*, de Costa e Melo, com registos fotográficos que serviram de inspiração para o interior, a nível dos materiais, texturas e objetos, e o *Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da ria de Aveiro*, de Diamantino Dias. Alguns desses elementos são a canastra, “cestas utilizadas, principalmente, no transporte de sal, à cabeça” e a escada “(...) por vezes, de lanços, que se encosta ao monte de sal, para colocar a bajunça na sua parte superior” (Dias, 1996, p. 33, p. 47). A própria madeira está presente nas alfaias, nos palheiros primitivos e os tons neutros abraçam esta paisagem lagunar, bem visíveis nas fotos de Costa e Melo. Assim, os quatro materiais dominantes são a madeira de carvalho, a lajeta de betão que vem do exterior para o interior, o linho e algodão, têxteis naturais com a delicadeza do sal e o grês, material caraterístico da região.



Madeira de carvalho



Lajeta de betão



Linho e algodão



Grés

161-164 Materiais interior

Fonte 1: <https://www.doityourself.com/index.php/stry/how-to-stain-poplar-wood>

Fonte 2: <https://aleluia.pt/colecoes/cimento-pt/avenue/>

Fonte 3: <https://sintemais.com.br/catalogo/sintemaisdecor/linho/tecido-linho-cru-5099/>

Fonte 4: <https://aleluia.pt/colecoes/cimento-pt/concrete/>

4.4.2. Modelação tridimensional

As referências de Costa e Melo foram fundamentais para a definição das formas que vestem o interior. Assim, procurou-se que a casa de banho tivesse um layout simples e prático. Para além dos materiais utilizados, foram incluídas duas referências de grande valor identitário na faina do sal, a canastra, para guardar têxteis de casa de banho e a escada para pendurar as toalhas.



165-169 Proposta casa de banho

Fonte: arquivo do autor



170-173 Proposta cozinha

Fonte: arquivo do autor

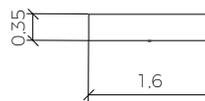
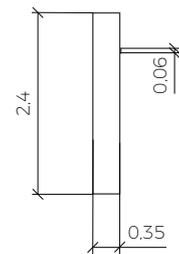
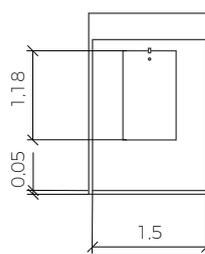
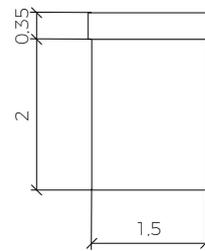
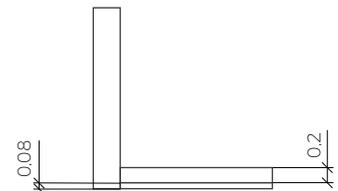
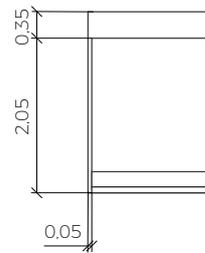


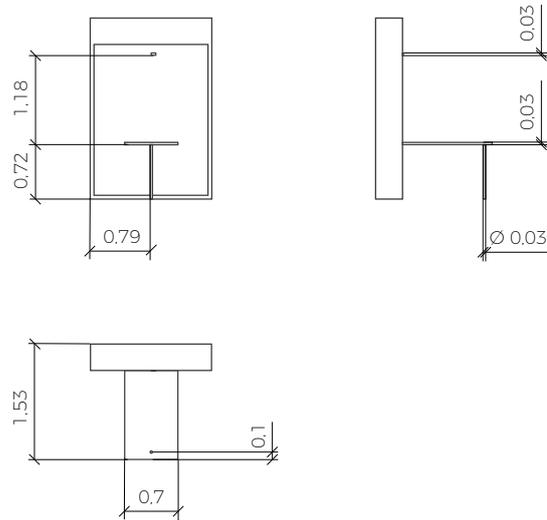


Em relação à cozinha, desenhou-se um espaço confortável com os utensílios indispensáveis. Os seus componentes são o lava loiças, que no móvel abaixo contém o lixo, o fogão, que em baixo contém um pequeno frigorífico com alguns produtos locais e um armário com gavetas para guardar utensílios.

174-176 Proposta móvel-cama

Fonte: arquivo do autor





Escala 1 : 100

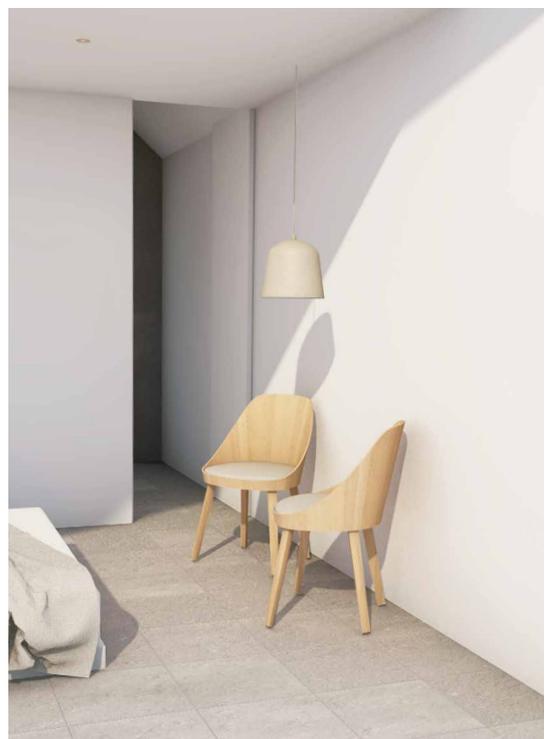
Por fim, o quarto que se transforma em sala. A partir das modelações é possível visualizar esta transformação e o desenho do móvel-cama e seu comportamento.

177-180 Proposta quarto-sala

Fonte: arquivo do autor



As portas da casa de banho e cozinha quando se encontram abertas permitem uma entrada de luz e maior amplitude de espaço sem se visualizar qualquer parte destas duas divisões. Também é possível visualizar a ação do blackout associado ao texto baixo.



5. COMUNICAÇÃO

5.1. PROGRAMA IDENTIDADE

A marca é "(...) um dos primeiros canais de comunicação com o turista, pois a marca de um lugar conta a história desse lugar" (Pereira & Dantas, 2016, p. 20). Ou seja, é a identidade que comunica em primeiro lugar o negócio, o todo é comunicado pela parte, pela marca, a marca é por isso uma pequena representação da experiência do serviço.

Assim, foi decisiva a delimitação de um programa que refletisse a identidade dos alojamentos. Este programa tem como base criar uma identidade que transmita valores desta hotelaria, como qualidade e bem estar, ou seja, o mesmo que o espaço pretende proporcionar, através de uma identidade com seriedade, que transmita a qualidade dos serviços que oferece. O nome deverá ter relação com o sal, para reforço da identidade e identificação do serviço.

5.2. PÚBLICO ALVO

NACIONALIDADE TURISTAS (AVEIRO 2018)

Espanha	54737	EUA	1780
França	20641	Canadá	1718
Portugal	9309	Bélgica	1656
Brasil	7115	Polónia	1300
Alemanha	4241	Japão	1206
Itália	2651	Israel	1110
Reino Unido	2031	Argentina	930
Holanda	1908		

181 Turistas em 2018

Fonte: Posto de Turismo de Aveiro



182 Turistas em Aveiro

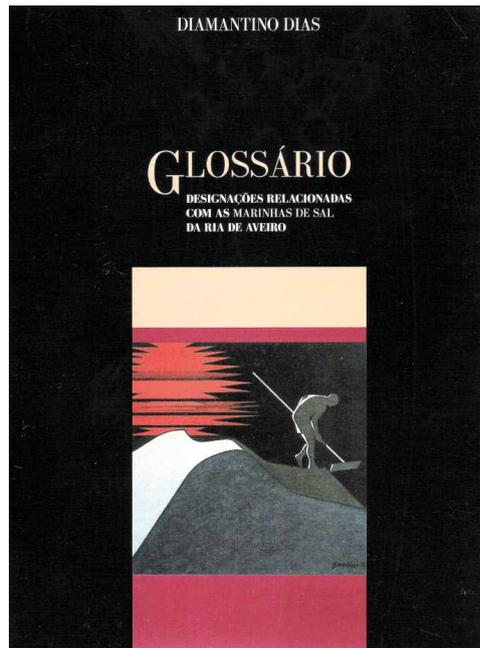
Fonte: arquivo do autor

Uma das questões que surgiu no desenho da marca foi sobre a opção da língua. O nome deveria ser em português ou em inglês? Para isso foi realizada uma pesquisa junto do Posto de Turismo de Aveiro para identificar a nacionalidade de origem dos turistas que mais procuravam a cidade de Aveiro. Seleccionadas as 15 nacionalidades que mais procuraram Aveiro durante o ano de 2018, concluiu-se que as primeiras seis nacionalidades não têm como língua nativa o inglês. Decidiu-se, por isso, privilegiar o português, atendendo a que se está a desenhar um serviço com raiz nas tradições mais antigas da cidade.

183 Glossário de Diamantino Dias

Fonte: Dias, D. (1996). Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da ria de Aveiro. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

5.3. ESTUDO DE NOME



Depois da consulta do *Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da ria de Aveiro*, de Diamantino Dias, foram retiradas uma série de palavras: *alfaia*, *botadela*, *cabeceiras*, *canastra*, *laguna*, *mula*, *safra*, *salgado*, *salineira* e *salmoura*. Posteriormente, através do INPI foi realizada filtragem das marcas já registadas e finalmente restaram dois nomes possíveis: *botadela* e *salineira*.

184 Botadela

Fonte: <http://marintimidades.blogspot.com/2013/11/>

185 Salineira

Fonte: Melo, C. e. (1998). A Ria a preto e branco. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, p. 63.

BOTADELA



Acção de botar. O dia da botadela é de festa, comemorando-se com comes-e-bebes, para que se convidam os amigos e o pessoal das marinhas vizinhas (Dias, 1996, p. 31).

SALINEIRA



Mulher que transporta o sal à cabeça, em canastras de 50 quilos, dos barcos para os armazéns. Por vezes, trabalham, também, na salina, carregando, para a malhada, nas referidas canastras, as cabeçadas. A falta de mão-de-obra levou a que, durante alguns anos, se vissem, em certas marinhas, mulheres a desempenharem as duras funções dos tradicionais moços (Dias, 1996, p. 78).

Como a palavra salineira inscreve “sal” no nome, julga-se constituir uma identificação mais eficaz com o alojamento e sua localização. Para além disto, é uma figura identitária e reforça a herança cultural associada ao projeto.

Não é impunemente que o rio, aqui em Aveiro, muda de sexo e toma o feminino ria. Em Aveiro reina o feminino. O homem anda prò mar e noutros giros de homem e a casa é ao gôsto dela (Negreiros, 1941, p. 13).

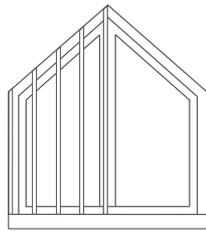
Tal como Almada Negreiros diz, em Aveiro reina o feminino, assim, sem dúvidas, avançou-se com o nome salineira para o desenho da marca, como uma homenagem às mulheres dos marnotos que também não tinham uma vida nada fácil. Acredita-se, tal como Negreiros que as mulheres de Aveiro são no seu conjunto (...) o melhor tipo físico da portuguesa (Negreiros, 1941, p. 13).



186 Salineira

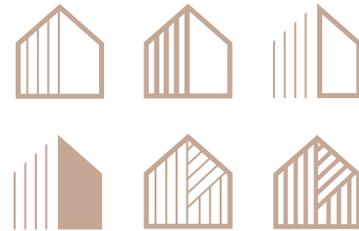
Fonte: Semêdo, É. (2009). Ecomuseu do Salgado de Aveiro: preservar para transmitir. Aveiro: FEDRAVE, p. 190.

5.4. PROPOSTA IDENTIDADE



187 Vista de frente do alojamento

Fonte: arquivo do autor



188 Estudos pictograma

Fonte: arquivo do autor



189 Propostas identidade

Fonte: arquivo do autor

Com o nome fechado, o próximo passo passou pelo desenho da identidade. Uma vez que o elemento de maior força ligado aos palheiros de sal e que esteve presente no desenvolvimento dos dois projetos é o desenho da fachada do palheiro, achou-se pertinente utilizar o desenho da fachada do alojamento para o desenho de possíveis pictogramas a associar ao nome. Pensa-se que este elemento visual, este signo, para além de ajudar na identificação do serviço, associar-se-á facilmente aos palheiros de sal.

Foram desenvolvidos diversos estudos gráficos a partir da fachada do alojamento, associada à inscrição da palavra salineira. Elegeu-se a opção número 2 por representar de forma simples o serviço, com a transparência que o caracteriza. A proposta para a identidade da marca apresenta duas versões, vertical e horizontal.

5.5. MANUAL DA MARCA

Foi desenvolvido manual de normalização da marca que contém a filosofia e as suas regras, tendo como objetivo garantir coerência nas manifestações. Considera-se uma ferramenta fundamental para a universalidade do uso da marca.

POSICIONAMENTO

A identidade desenhada para o serviço Salineira pretende posicionar a marca como um serviço de grande qualidade, que procura a preservação da herança cultural da cidade, as salinas, num serviço pensado no utilizador para que este tenha uma experiência completa. O público alvo direciona-se para a classe média-alta, contudo a marca também oferece serviços individuais de custos variáveis, para que todos possam usufruir um pouco desta experiência estética (relativa aos sentidos).

VALORES

Os valores que a marca pretende transmitir são serenidade, qualidade, dedicação, conforto, exclusividade e bem-estar. É importante transparecer na marca a preocupação que tem em revalorizar o território lagunar e a capacidade de proporcionar serviços de qualidade, oferecendo o bem-estar dos todos os seus clientes, num serviço exclusivo que se preocupa com a comunidade e com o meio ambiente.



SERENIDADE

QUALIDADE

DEDICAÇÃO

CONFORTO

EXCLUSIVIDADE

BEM-ESTAR

MISSÃO

A missão da marca Salineira é oferecer um conjunto de serviços de grande qualidade, pensados no utilizador, de modo a proporcionar uma experiência única no Salgado de Aveiro.

VISÃO

Ser uma marca de referência da cidade de Aveiro que nunca prescinde de qualidade e procura crescer e inovar, preservando sempre o território envolvente, homenageando-o.

TOM DE VOZ

O tom de voz da marca Salineira é simples, sereno, claro, consciente e honesto e incorpora os valores transmitidos pela marca. Procura a proximidade com o consumidor através da interação dos diferentes serviços.

FORMA DE ESCRITA

Quando necessária uma referência escrita, deve ser feita recorrendo a "Salineira".

SIMPLES

CLARO

CONSCIENTE

HONESTO

VERSÃO CROMÁTICA

A identidade contém uma versão cromática que deve ser utilizada quando é garantido contraste suficiente com o fundo. Quando isto não acontece, devem ser utilizadas as versões em alto contraste.



VERSÕES ALTO CONTRASTE

Na versão a preto, o logotipo não pode ser utilizado em fundos escuros ou da mesma cor (preto). Na versão a branco, não pode ser utilizado em fundos claros ou da mesma cor (branco).



191 Versões
Fonte: arquivo do autor

ÁREA DE PROTEÇÃO

O logotipo necessita de um espaço generoso à sua volta para garantir a sua visibilidade. A altura do corpo das letras ajuda a determinar a área de proteção à volta do logotipo. Não é permitida nenhuma interferência de texto ou outro elemento gráfico dentro desta área.



191 Área de proteção

Fonte: arquivo do autor

DIMENSÕES MÍNIMAS

O logotipo, quando dimensionado para a sua menor expressão, deve manter as suas proporções originais, com um mínimo de 20mm de largura para a versão horizontal e 15,3mm de largura para a versão vertical.

192 Dimensões mínimas

Fonte: arquivo do autor



20 mm largura



15,3 mm largura

TIPOGRAFIA

A tipografia utilizada para a identidade visual da marca Salineira é a fonte tipográfica Circular Std no peso bold. Insere-se na categoria das fontes modernas grotescas geométricas. A regularidade que mantém na espessura faz com que resista melhor quando reduzida, mesmo desfocada.

A B C D E F
G H I J K L M
N O P Q R S T
U V W X Y Z

UTILIZAÇÕES INDEVIDAS

O logotipo não deve ser alterado para além do redimensionamento sugerido. Seguidamente serão apresentadas as utilizações indevidas da marca. As mesmas aplicam-se às duas versões do logotipo.

193 Utilizações indevidas
Fonte: arquivo do autor



distorcer



rodar



alterar cor



deslocar letras



contornar



inverter



retirar pictograma



aplicar sombra



desfocar

APLICAÇÃO SOBRE FUNDOS

Ao lado encontram-se alguns exemplos de como a marca deve ser aplicada sobre fundos, tanto de cor como fotográficos, garantindo assim contraste e legibilidade.

194-195 Imagens de fundo

Fonte 1: <https://www.thesurfridermalibu.com/gallery>

Fonte 2: <https://www.thesurfridermalibu.com/roof-deck>



APLICAÇÕES NO SERVIÇO

A marca também será aplicada no alojamento, como é possível ver nas imagens abaixo, para facilitar o seu reconhecimento. Esta aplicação seria gravada em baixo relevo na base do palheiro.



196-198 Aplicação da marca no palheiro
Fonte: arquivo do autor

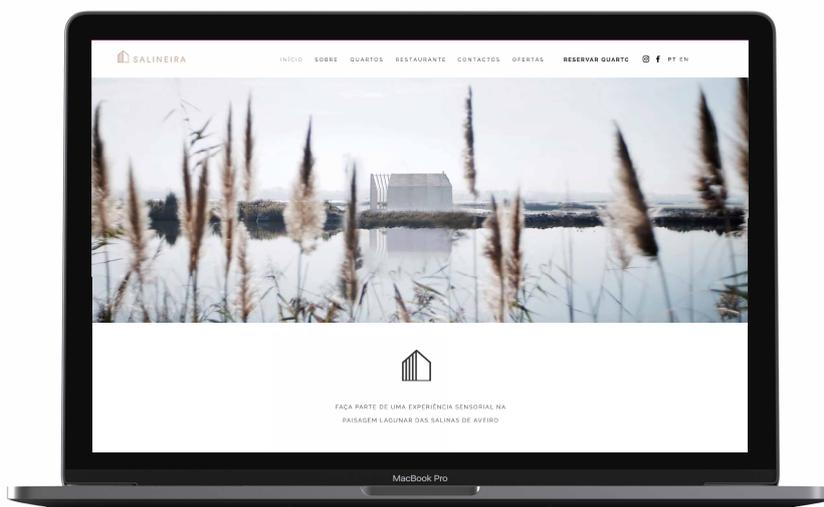
A marca seria também aplicada no serviço de atalhados, lençóis e em toda a gama de produtos de casa de banho.

199-203 Aplicações da marca

Fonte: arquivo do autor



5.6. WEBSITE

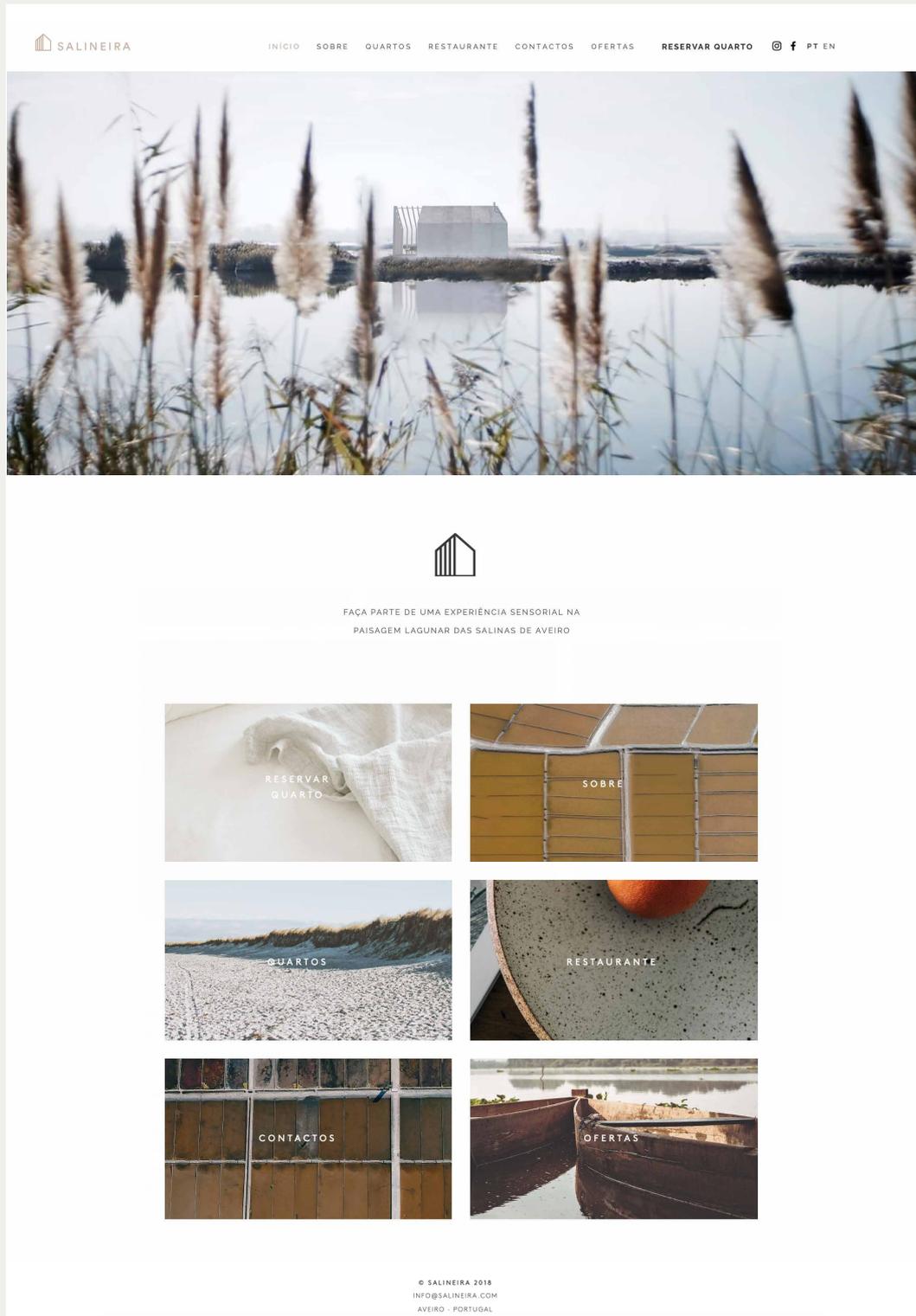


204 Website

Fonte: arquivo do autor

Achou-se pertinente conjugar os dois projetos, Cafetaria e Salineira, uma vez que poderiam articular os seus serviços, ou seja, poderia ser uma mais valia para as casas Salineira a proximidade física à cafetaria/restaurante onde pudessem aceder ao pequeno almoço e outras refeições e, simultaneamente, aos serviços de apoio para check in e check out.

Uma das componentes essenciais para a divulgação do serviço, tanto do alojamento como da cafetaria, é o website. Os turistas ficarão a conhecer mais sobre o projeto, conseguindo compreender o que o serviço oferece e em que condições. Para além da secção sobre, existem dois separadores referentes a cada um dos projetos individualmente, quartos e restaurante. Na página dos quartos o potencial utilizador pode verificar quais as comodidades que o serviço oferece e proceder, caso deseje, à reserva do espaço. Já na página referente ao restaurante é possível encontrar alguns detalhes sobre este espaço de degustação e reservar mesa. É importante referir que estes serviços são separados, ou seja, não é preciso estar alojado numa das casas para poder ter acesso ao restaurante. Por fim, o website também dispõe de uma área de ofertas de serviços de experiências como o workshop Salineira, a degustação salínica, especial a dois e observação das aves. Estas atividades estão disponíveis para qualquer pessoa que pretenda usufruir de um dos serviços proporcionados pela marca Salineira.



S
A
L
I
N
E
I
R
A
E

SALINEIRA

[INÍCIO](#)
[SOBRE](#)
[QUARTOS](#)
[RESTAURANTE](#)
[CONTACTOS](#)
[OFERTAS](#)
[RESERVAR QUARTO](#)

UMA EXPERIÊNCIA INESQUECÍVEL

Situada na paisagem lagunar das Marinhas da cidade de Aveiro, Salineira oferece um serviço cuidado e pensado no utilizador, a passos do centro da cidade. A sua construção foi inspirada nos antigos palheiros de sal e na sua rica herança cultural que se pretende preservar, dando a conhecer o ambiente onde marnotos e salineiras trabalhavam. Isto através de um alojamento premium com poucos quartos e com serviço de apoio do restaurante, onde juntos oferecem aos hóspedes uma experiência única e inigualável em qualquer parte do mundo.






CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO

CASAS SALINEIRA

Check In 15:00, Check Out 11:00

Ocupação máxima de 2 pessoas por quarto

Cancelamentos ou alterações até uma semana antes da chegada

Casa contém quarto-sala, cozinha e casa de banho

Mini frigorífico abastecido com confeitaria local e bebidas

Placa de indução, utensílios de cozinha

Shampo, toalhas e lençóis

Zona lounge exterior no alojamento

Wi-Fi gratuito

Limpeza diária dos alojamentos

RESTAURANTE SALINEIRA

Horário 08:00-23:00

Serve pequeno-almoço, almoço, lanche, jantar

Casa de banho adaptada

Zona de esplanada

Wi-Fi gratuito

ATIVIDADES

Workshops nas marinhas mediante solicitação

Atividades de degustação mediante solicitação

© SALINEIRA 2018
 INFO@SALINEIRA.COM
 AVEIRO - PORTUGAL

 SALINEIRA

[INÍCIO](#) [SOBRE](#) [QUARTOS](#) [RESTAURANTE](#) [CONTACTOS](#) [OFERTAS](#) [RESERVAR QUARTO](#)

[@](#) [f](#) [PT](#) [EN](#)





CASA SALINEIRA

A casa Salineira foi inspirada na herança cultural dos antigos palheiros de sal encontrados nas Salinas de Aveiro. Com todo o conforto possível e situado numa paisagem única, possui um quarto-sala com cama de casal, que se pode arrumar num armário embutido e assim tornar-se um ambiente versátil, onde há espaço para tudo o que o hóspede desejar, nomeadamente a transformação dessa cama numa mesa onde se pode ter uma refeição com uma vista de tirar o fôlego. Para além disto, dispõe de uma cozinha privativa projetada para que se sinta em sua casa, casa de banho e ainda uma zona lounge exterior para desfrutar de um magnífico pôr do sol. Possui também roupa de cama, toalhas e acessórios de banho e um mini frigorífico abastecido com os melhores produtos locais. A ocupação máxima é de 2 hóspedes.

[RESERVAR QUARTO](#)

© SALINEIRA 2018
 INFO@SALINEIRA.COM
 AVEIRO - PORTUGAL

 SALINEIRA

[INÍCIO](#) [SOBRE](#) [QUARTOS](#) [RESTAURANTE](#) [CONTACTOS](#) [OFERTAS](#) [RESERVAR QUARTO](#)



RESTAURANTE SALINEIRA

Com vista privilegiada para as salinas, o restaurante, não sendo exclusivo para clientes das casas Salineira, é um espaço para qualquer curioso que se encontra na cidade de Aveiro. Os produtos selecionados são da região pois queremos dar a conhecer o melhor da herança da cidade, através de uma experiência gastronómica que promete apurar todos os sentidos.








LOCALIZAÇÃO

RESTAURANTE SALINEIRA
RUA DA MARINHA - Nº6
3800-143 AVEIRO - PORTUGAL

RESERVAR MESA

RESTAURANTE@SALINEIRA.PT
300 000 000

© SALINEIRA 2018
INFO@SALINEIRA.COM
AVEIRO - PORTUGAL



- [INICIO](#)
- [SOBRE](#)
- [QUARTOS](#)
- [RESTAURANTE](#)
- [CONTACTOS](#)
- [OFERTAS](#)
- [RESERVAR QUARTO](#)
- [@](#)
- [f](#)
- [PT EN](#)

OFERTAS SALINEIRA

Proporcionamos experiências todo o ano, não exclusivas a hóspedes, para que todos tenham oportunidade de desfrutar aquilo que temos para oferecer. Queremos dar a conhecer o potencial das marinhas de Sal a todos os visitantes da cidade de Aveiro. Descubra tudo o que esta experiência tem para oferecer.



WORKSHOP
SALINEIRA



DEGUSTAÇÃO
SALÍNICA



ESPECIAL
À DOIS



OBSERVAÇÃO
DAS AVES

LOCALIZAÇÃO

SALINEIRA
RUA DA MARINHA - Nº6
3800-145 AVEIRO - PORTUGAL

RESERVAR OFERTA

OFERTAS@SALINEIRA.PT
300 300 000

© SALINEIRA 2018
INFO@SALINEIRA.COM
AVEIRO - PORTUGAL

210 Posicionamento
na marinha

Fonte: arquivo do autor

211 Distribuição na
marinha Perfeita

Fonte: arquivo do autor



6. ESTRATÉGIA DO SERVIÇO

6.1. OCUPAÇÃO NO TERRITÓRIO

O estudo da ocupação do palheiro no território divide-se em duas partes, o posicionamento em relação à rosa dos ventos e a distribuição na marinha. Relativamente ao primeiro ponto, é preciso ter em conta que condições oferece cada ponto cardeal. Relativamente aos antigos palheiros de sal, Semêdo conta que na maior parte das vezes a fachada se encontrava virada para os quadrantes sul e este, com o objetivo de ficarem mais protegidos do vento do quadrante norte (Semêdo, 2009, p. 110). Esta posição descrita pelo autor é a que faz mais sentido, uma vez que as salinas se encontram num ambiente de grande vento, o que pode ser desagradável para o utilizador. Assim, de acordo com a marinha, privilegia-se que a fachada esteja virada para sul para que o norte fique no seu oposto e, caso necessário, para este.

A posição do ripado na fachada também pode variar de acordo com a exposição solar. Caso a fachada se encontre virada para sul, o ripado na frente protege o sol que nasce em oeste, caso a frente se encontre virada para este, o ripado mudaria para o lado direito.

Focando no segundo ponto, a distribuição na marinha. O objetivo é que os alojamentos não sejam muito impactantes na paisagem e que pareça que sempre lá estiveram, daí que a sua colocação foi pensada para que estivessem longe um dos outros, contudo com facilidade e acessos. Para visualização desta situação, feita uma simulação na marinha Perfeita, analisada previamente e sendo uma das marinhas que tem acesso a veículos por meio terrestre, sendo um fator importante para o serviço.

6.2. PARCERIAS LOCAIS

Quando se refletiu sobre os métodos de construção do projeto, foi necessário ter em conta duas abordagens: o conhecimento transmitido pela construção vernacular e a tecnologia de ponta na atualidade, relativa tanto a materiais como a processos de construção.

Será necessário, hoje, seguir as bases da construção vernacular quando as descobertas tecnológicas até à data nos permitem soluções que podem ser mais eficazes? A melhor opção pode situar-se entre as duas abordagens. É fundamental compreender, do ponto de vista holístico, como é feita a abordagem na construção vernacular e como esta pode responder a diversos problemas, nomeadamente económicos. Antigamente, a escolha do método de construção estava dependente dos recursos disponíveis e da facilidade de os trabalhar, um processo de tentativa erro que assumiu um papel fundamental no aperfeiçoamento das técnicas.

Reportando para o projeto Salineira, o carácter da abordagem de materiais e técnicas locais pode ser facilmente integrado, através de parcerias locais. Esta interpretação resulta de uma analogia à tradicional arquitetura vernacular, através da utilização de recursos e parcerias locais na sua construção, recorrendo ao princípio sustentável da construção tradicional, conduzindo desta forma à redução do tempo consumido no transporte e ao aumento de postos de trabalho na região.

A decisão de incluir parcerias locais no projeto surgiu naturalmente, respondendo ao próprio programa de preservar a identidade e recursos da região. Assim, foi feita uma análise e recolha de algumas marcas que poderiam abraçar o projeto, nomeadamente marcas de cerâmica utilitária, cerâmica de revestimento, sistemas sanitários, madeiras, revestimentos de zinco e uma confeitaria. Esta aliança é considerada uma mais valia para o projeto, considerando que o projeto deve sempre lutar por conseguir assinar produção 100% Aveirense.

212 Marcas de possíveis parcerias

Fonte: website de cada marca



6.3. GESTÃO DE RECURSOS

(...) é pertinente voltar ao passado para estudar e compreender estas formas de construção intrínsecas ao lugar, com o intuito de adaptar e desenvolver as suas mais-valias na descoberta das formas do futuro (Fernandes & Mateus, 2012, p. 57).

Refletindo sobre os métodos de construção vernacular, pode-se concluir que um edifício de construção tradicional tem como objetivo rentabilizar a sua eficiência energética, sendo necessário pensar em diversos fatores, como por exemplo a dimensão, a orientação em relação ao sol, a elevação do solo, a disposição do seu interior e sua relação com as janelas. Para além disto, não se considera apenas o edifício como singular, mas sim a sua relação com os outros, como um conjunto, de forma a rentabilizar os recursos energéticos.

Se a referência da arquitetura vernacular já procurava a sustentabilidade na gestão dos seus recursos, faz todo o sentido utilizar o mesmo pensamento no desenho do projeto na atualidade. Assim, pensa-se que uma nova interpretação da construção tradicional pode ser sustentável e adaptada à evolução tecnológica de materiais e aos processos construtivos atuais.

A procura da sustentabilidade na construção recorre à eficiência no uso dos recursos, energética e também hídrica. A eficiência no uso de recursos está relacionada com os materiais eleitos para a construção que, no seguimento do pensamento descrito, deve ser apoiada nos recursos locais.

Os tradicionais palheiros de sal presentes nas salinas não tinham como função a habitação. Por este motivo, questões como eficiência energética e hídrica não eram consideradas. Neste projeto de alojamento, onde se procura o conforto, tanto a nível térmico como acústico, num objeto que necessita de eficiência hídrica, é necessário refletir se o mesmo é viável no território onde se insere, as salinas.

Para avaliar a possibilidade da implementação deste projeto procurou-se o contacto com professores de outras áreas. Foram contactados por email dois professores, respetivamente o Professor Mário Cerqueira



213 Palheiro

Fonte: Dias, D. (1996). Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da ria de Aveiro. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, p. 66.

e a Professora Teresa Fidélis, ambos do Departamento de Ambiente e Ordenamento. Foi-lhes questionada a viabilidade de introduzir saneamento nas salinas, sem impacto com o ambiente envolvente, uma vez que, provavelmente, é uma zona sem acesso a saneamento.

Mário Cerqueira disse que tratando-se de um efluente de tipo doméstico, com um caudal pequeno, o impacto não seria significativo. Contudo, qualquer construção que tivesse associada uma fonte de águas residuais implicaria um processo de licenciamento pelas autoridades competentes, pelo que a simples descarga no meio hídrico não poderia ser uma solução para o problema. Aconselhou também o contacto com a Câmara Municipal para perceber qual a regulamentação aplicável, referindo ainda a possibilidade de utilização de reservatórios que podem ser aplicados em locais onde não existe uma rede de drenagem de águas residuais. Esta última proposta foi considerada a mais viável para o projeto, uma vez que o mesmo não procura o impacto no meio envolvente, nem a alteração das condições da salina. Teresa Fidélis veio confirmar esta opção, afirmando que nos termos da lei não poderá à partida haver descargas na Ria de Aveiro que não sejam recolhidas pelo sistema multimunicipal, existindo para o efeito soluções alternativas viáveis do ponto de vista técnico.

Para além dos contactos via email, foram agendadas reuniões com quatro professores, respetivamente com Ana Paula Gomes, José Figueiredo Silva e Filomena Cardoso Martins, do Departamento de Ambiente e Ordenamento, e o professor Romeu Vicente, diretor do Programa Doutoral em Engenharia Civil.

Em conversa com a professora Ana Paula Gomes foram abordados temas como os sistemas de abastecimento, gestão e descargas de água, painéis de vento, painéis solares fotovoltaicos e térmicos, e ainda a reciclagem de águas cinzentas para descarga sanitária. A professora indicou o contacto do professor José Figueiredo Silva em relação ao abastecimento e drenagem de água, que referiu o regulamento 23/1995, que no Artigo 191.º indica que "As lagoas, albufeiras, rias e braços de água, pela fraca renovação das suas águas, são mais susceptíveis de eutrofização, pelo que, verificando-se esta possibilidade, deve recorrer-se

ao tratamento terciário ou ao respectivo lançamento fora desses corpos de água” (Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, 1995). Ou seja, nas marinhas de sal, mais do que em qualquer outro local nas margens da Ria, tem de haver rede de saneamento que encaminhe as águas residuais para o sistema de tratamento e descarga submarina da SIMRIA (Saneamento Integrado dos Municípios da Ria). A outra possibilidade seria um tratamento local, de custos elevados. Assim, aconselhou contactar a AdRA, Águas da Região de Aveiro, para saber se na zona de implementação do projeto existe ligação à água de rede pública.

Posteriormente, houve uma reunião com a professora Filomena Cardoso Martins que falou da captação da água das chuvas para consumo no palheiro e da possibilidade de fazer um tratamento na marinha através de plantas submersas que têm capacidade de depuração, adicionando o facto de que já existem piscinas com sistemas idênticos, de plantas aquáticas que fazem a manutenção da piscina. Falou ainda da importância da água potável para ingestão e contacto com a pele, sendo que a finalidade da reciclagem das águas pluviais não é opção para ingestão e, para algumas pessoas, nem para banhos. Sublinhou também a necessidade da água dos reservatórios se encontrar em constante movimento por ação de pás para manter a oxigenação. Por fim, indicou o professor Romeu Vicente para esclarecer quanto à quantidade de água consumida por pessoa e o funcionamento das fossas sépticas. O mesmo indicou que em média as pessoas utilizam 125 litros de água por dia, mas, para o caso de um turismo sustentável, com duche e sem máquinas de lavar, apontar para 100 litros por dia por pessoa é suficiente, sendo regularmente a capacidade de um reservatório de 1m³, correspondendo a 1000 litros. Deu ainda a dica da depuração do esgoto através do fosfato presente na urina humana.

Depois destas conversas multidisciplinares e bastante construtivas para o projeto, foi possível concluir que o que estaria em causa não era a construção do objeto naquele território, uma vez que todos os professores validaram a possibilidade dessa situação, mas sim a gestão dos recursos energéticos e hídricos e a eficiência dos mesmos, sem interferir com a produção do sal e o ambiente envolvente.

Em relação à eficiência energética, destacam-se dois pontos. O primeiro é a produção de energia por meio da ação solar, ou seja, através da utilização de painéis fotovoltaicos, produzindo assim uma casa auto eficiente. Esta opção relaciona-se não só pelo fator sustentável, mas pela possibilidade de resposta alternativa, caso exista a impossibilidade de ligação à rede pública elétrica no território em causa. O segundo ponto remete para o isolamento térmico que permite a obtenção de maior conforto sem perdas de energia para o exterior. Os palheiros não apresentam nenhuma tipologia de isolamento, e mesmo considerando que a madeira tem um bom comportamento térmico, este não é suficiente para assegurar o conforto no seu interior. Foi portanto necessário refletir sobre como conferir o conforto térmico adequado ao projeto em causa. Algumas opções de revestimento consideradas foram cortiça, algodão reciclado, cânhamo e linho, fibra de coco e lã de rocha.

Aqui é salientada a interpretação da sustentabilidade segundo as tecnologias da atualidade, pois como defende Távora:

Porque o espaço é contínuo e porque o tempo é uma das suas dimensões, o espaço é, igualmente, irreversível. (...) Quando, por exemplo, ao restaurar um monumento com critério «científico» (ou pseudo-científico) passa pela cabeça de alguém dar a tal monumento o aspecto que ele teve em época mais ou menos passada, cai-se na utopia de supor que aquilo que já foi pode de novo vir a ser, esquecendo-se que a irreversibilidade do espaço não permite aceitar tal hipótese (Távora, 1982, p. 31).

Relacionando com os projetos, utilizou-se o palheiro como uma referência, onde o interesse não é fazer uma replica, mas uma interpretação, e assim dar uma nova resposta adequada às necessidades atuais.

Num outro ponto, encontra-se a eficiência hídrica. A água é essencial à vida e na construção de um alojamento que procura a excelência de uma experiência do lugar, é necessário pensar como seria feita a gestão da água potável num território que poderá não ter acesso à água de rede pública. Este foi um dos pontos que maior questão levantou, devido à sua complexidade em comparação com a eficiência energética.

Em relação ao abastecimento e fornecimento de água foram equacionadas várias opções. A primeira seria a ligação à rede pública. Após contacto com a AdRA (Águas da Região de Aveiro), por indicação do professor José Figueiredo Silva, foram transmitidas as seguintes informações: se no local existir rede e conduta há a possibilidade de ligação à rede; se apenas existir rede é necessária a conduta, o que pressupõe um investimento; caso também não exista rede é necessário um grande investimento que assegure a existência dos dois elementos. Ou seja, apenas depois de se decidir o local de implementação do alojamento, seria possível analisar esta situação e tomar decisões. O segundo, sugestão da professora Ana Paula Gomes, seria um sistema de dessalinização da água, que consiste em retirar o sal da água, traduzindo-se assim num processo bastante dispendioso. Por fim, o abastecimento de água de forma periódica e a sua troca através de depósitos. Neste caso, a AdRA transmitiu que fornecem esse serviço de "água avulso" e que também fazem recolha nas fossas sépticas, através de um sistema de aspiração. Neste último caso, para a água permanecer potável, é necessária a sua agitação dentro do repositório através de pás, por sugestão da professora Filomena Cardoso Martins, de forma a não perder o oxigénio presente na sua composição, não se transformando assim numa água parada.

Nas três soluções acima descritas, a gestão do recurso hídrico tem de ser maximizada, sendo discutidas duas possibilidades, o aproveitamento das águas pluviais, da chuva, e o aproveitamento das águas residuais, as chamadas águas cinzentas.

A reciclagem de águas pluviais que caem sobre os telhados consiste na recolha e canalização dessa água em reservatórios próprios. Trata-se de uma tecnologia ainda discutida em alguns países, devido à possibilidade

de contaminação dessa água, correspondente às características da própria água da chuva, como os poluentes, e o contacto da mesma com as coberturas dos edifícios. Assim, Silva-Afonso diz que dependendo do país, o destino dado a estas águas é diferente, por exemplo, no Brasil é proibido utilizar essas águas na lavagem de roupa, enquanto que em Portugal e na Alemanha já é permitido. destaca os seus usos: autoclismo, lavagem de roupas, lavagem de chão, carros, rega de jardins, relvados e usos industriais, como por exemplo o combate a incêndios (Silva-Afonso, 2009, p. 245).

Em relação ao aproveitamento das águas residuais, estas águas consideradas cinzentas remetem para as águas utilizadas nos duches e banhos, lavatórios, lavagem de roupas e cozinhas, ou seja, todas as águas já utilizadas provenientes do saneamento ou depósito, com exceção à água utilizada nas descargas sanitárias. Todas as outras são consideradas cinzentas e podem ser usadas na descarga do autoclismo.

Em relação às descargas, em conversa com a professora Ana Paula Gomes foram questionadas três possibilidades. A primeira consiste em utilizar a salina como sistema de tratamento de águas, o que constituía uma opção sustentável e adequada ao projeto, através do recurso a uma salina inativa, considerando este processo viável apenas se houvessem poucas descargas. A segunda possibilidade seria utilizar um sistema seco, idêntico ao que se utiliza nas cabines públicas. A última opção seria recorrer a uma fossa, ou sejam um depósito séptico que até poderia estar interligado a mais do que um palheiro, minimizando assim os custos.

Concluindo, antes da implementação do projeto, teria de haver um contacto com a Câmara Municipal de Aveiro, para saber se garantia o fornecimento de água potável e eletricidade, uma vez que asseguram a recolha das descargas numa fossa séptica. Posto isto, iriam ser analisadas as melhores opções e alternativas de entre as descritas anteriormente.

6.4. LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURAS

Após a gestão dos recursos, outro fator essencial é a logística e as infraestruturas hoteleiras. Neste sentido, apontam-se duas possibilidades. Estas possibilidades irão depender do cliente, ou seja, se for um cliente que já possua infraestruturas e serviços nas marinhas, como a Cale do Oiro, a cafetaria poderá servir de apoio no momento do check in. Uma vez que o número de alojamentos será reduzido a sua reserva terá de ser feita previamente, dado que não se justifica a construção de uma receção. Uma segunda opção, que se prende com um cliente que não tenha qualquer construção ou serviço nas marinhas, uma das soluções seria contratar um serviço externo de limpeza e um de check in e check out, ou fazer com que esta segunda necessidade fosse mediante código disponibilizado previamente. Assim, relativamente à empresa subcontratada iria ficar responsável por fazer as camas e limpeza diária do espaço, ao nível de um serviço de luxo, como se pretende.

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

O tema desta dissertação *Projeto Salineira: design de hotelaria em paisagem lagunar preservada* foi investigado sobretudo através da observação direta e indireta da preexistência dos palheiros da região de Aveiro, revisão bibliográfica, análise de casos de estudo e entrevistas abertas, criação de programa para a viabilização económica das marinhas através da exploração hoteleira e desenvolvimento projetual de equipamento tipo bungalow.

Salienta-se a importância do papel do designer na revalorização do território, tanto a nível social, cultural como económico. Social, uma vez que na sua maioria, os palheiros e territórios envolventes pertencem a particulares e é importante sensibilizá-los para atuar na sua conservação e preservação de identidade, pois são elementos de grande valor histórico e etnográfico, com relevante papel na conservador da natureza e da paisagem, pese embora grande parte se encontre em estado de abandono, correndo o risco de desaparecer. Por este motivo, um dos grandes objetivos deste projeto foi sensibilização para este problema, que parece escondido do outro lado da cidade. Cultural, procurando-se delinear estratégias que contrariem essa estagnação, valorizando o palheiro como um objeto de identidade territorial, que procura a transmissão da história do lugar e a interpretação das técnicas de construção vernaculares. Considera-se urgente contrariar o ritmo que tem levado o desaparecimento destes elementos, uma vez que é considerado um dos elementos mais caraterísticos da cidade e não deve ser esquecido. Para tal, ambos os projetos contribuem para a valorização da identidade local, com a finalidade de transmitir a história e tradições ligadas ao sal. Por fim, económica, uma vez que se apela ao investimento num território abandonado e consequentemente à valorização do património.

Da recolha realizada, conclui-se que o palheiro como construção tradicional ficou esquecido juntamente com as salinas inativas. Contudo, a sua estética permaneceu na paisagem e não é indiferente a ninguém, sendo uma das imagens de marca da região. Aqui é visível o potencial de captação de turistas e acredita-se que, através da potenciação turística, é possível a divulgação do seu valor para a herança cultural da cidade.

A partir da investigação realizada conclui-se que ambos os projetos têm futuro e necessidades urgentes de implementação, pois constituem um problema de grande sensibilização. Para que tal pudesse acontecer, sentiu-se necessidade de abordar outros campos disciplinares, como a arquitetura assistida pela docente Arquiteta Cláudia Albino. Houve também contacto com professores de outras áreas, como Ambiente e Ordenamento. Considerando estes contactos fundamentais, ainda há algum caminho a percorrer. Espera-se que esta investigação, juntamente com os dois projetos que lhe dão corpo, possam constituir material de grande importância para o futuro do desenvolvimento das marinhas de sal em Aveiro, não apenas focando a sua implementação, mas, acima de tudo, para sensibilização à necessidade de intervir, pois considera-se que a primeira fase para se responder a um problema é divulgá-lo, torná-lo visível, e este foi o pequeno contributo para o começar a fazer.

VALIDAÇÃO DO PROJETO

Os elementos móveis de uma cidade, especialmente as pessoas e as suas actividades, são tão importantes como as suas partes físicas e imóveis (Lynch, 2017, p. 9).

Não fazia sentido desenvolver um projeto que abraça as memórias das marinhas de sal sem conhecer os testemunhos das pessoas que as construíram, atribuindo um longo significado ao lugar, os marnotos. Ouvir a sua opinião em relação a estes projetos será o melhor meio de validação. A relação dos marnotos com as marinhas é tão consistente que se sente necessidade de lhes pedir permissão para a validação de um projeto nas salinas. Assim, nas duas entrevistas abertas realizadas e documentados os seus resultados no capítulo 1.2 da parte 2, conversou-se com a filha de um marnoto já falecido, que nos ligou à faina do seu pai, com um outro marnoto em atividade. Posteriormente à conclusão dos projetos, voltou-se a contactá-los em fase de validação. Maria da Graça Neves, filha de um antigo marnoto, disse:

Estou a gostar da ideia dos alojamentos nas salinas e o espaço é aproveitado de forma a ser funcional. Dinamiza mais a cidade. É preciso dar valor às salinas, vê-se muito pouco movimento lá, poderá ser uma boa forma de dinamizar o local.

O marnoto Paulo Simões reagiu com surpresa e confessou que já teve um sonho similar mas não tinha dinheiro para avançar com a ideia. Aqui fica o registo das suas palavras:

Sim, sempre foi um sonho. A minha opinião é que tudo o que possa ser feito na Ria é bom, para não deixar desmazelar a Ria. Eu só sou contra quando vêm subsídios e não se chega a fazer nada.

Uma vez que ambos os projetos foram desenvolvidos nas Uc's de Projeto I e II, cada um deles foi sujeito a três fases de avaliação (perfazendo um total de seis avaliações ao longo de dois semestres). O corpo docente, formado pelos designers Álvaro Sousa, Francisco Providência, Henrique Cayatte, Joana Quental e pela arquiteta Cláudia Albino, terão tido aqui um relevante papel na sua validação, já que acompanharam, apreciaram e avaliaram o seu desenvolvimento, atribuindo-lhe uma classificação

final de 18 valores (Projeto I) e 19 valores (Projeto II). Nesse sentido, reconhece-se que a avaliação final a projeto constituirá já, tanto a validação pelos seus pares da pertinência do projeto, como do resultado final. Depois da validação do projeto por um marnoto e por um seu familiar, será importante a apreciação, e eventual validação, pelos potenciais clientes do projeto, nomeadamente o empresário Fernando Catarino, para quem havíamos desenvolvido o projeto de cafetaria “Cale do Oiro”, em junho de 2018.

No projeto apresentado pela Ana Margarida Pinto, ao Salinário, destacam-se duas visões justapostas e complementares: a sensibilidade do espaço e da faina milenar, percebendo-a e vivenciando-a cotidianamente, e, a científica, de quem estuda, analisa e projeta. O Projeto, em si, elegante, arrojado e moderno, enquadra com classe toda a envolvência do espaço e arte salínica. Uma proposta modelar, a implementar.

Relativamente ao segundo projeto, Salineira, achou-se pertinente recolher a opinião do cliente do primeiro projeto. Assim, foi feita uma apresentação com o objetivo de validação e apreciação por parte do empresário Fernando Catarino que se mostrou bastante agradado com a proposta, afirmando que procura a preservação cultural e dignificação do território, dando os parabéns pelo trabalho apresentado, e confessando que a proposta apresenta uma visão integrada no futuro que idealiza para as marinhas de sal de Aveiro. Disse ainda que complementa o projeto anterior, a Cafetaria, estendendo assim a oferta do serviço nas salinas para a hotelaria integrada. O empresário Fernando Catarino apreciou as metodologias apresentadas e a implementação de painéis solares no revestimento do palheiro, pela qualidade da sua integração dissimulada no edifício que revela uma forte intenção ecológica e conservadora da natureza. Relativamente aos materiais, mostrou-se agradado pela dualidade das propostas de revestimento, capoto ou zinco, concorrendo ao encontro dos tons claros associados aos montes de sal presentes na paisagem. Sublinhou o facto de não haver passagem de testemunho e de ser importante desenvolver projetos nas salinas pois têm potencial de se constituírem como o cartão de visita da cidade. Finalizou dizendo que é um projeto que reúne condições para implementação e que gostaria que o seu sócio Pedro Sardo também participasse da apresentação do projeto.

DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

A partir da investigação realizada e dos resultados obtidos sente-se uma grande vontade em atuar e ver o projeto tornar-se realidade. Assim, o grande objetivo para um futuro próximo será a implementação dos projetos. O passo seguinte passa por atrair investidores e posteriormente analisar e selecionar a marinha que melhor poderá servir a implementação nas condições estudadas. Também é necessário o estudo da viabilidade económica do projeto, implicando perceber o volume de custos associados à sua implementação. Mas também urge um estudo de impacto ambiental, prevendo a infraestruturação de água, eletricidade e saneamento.

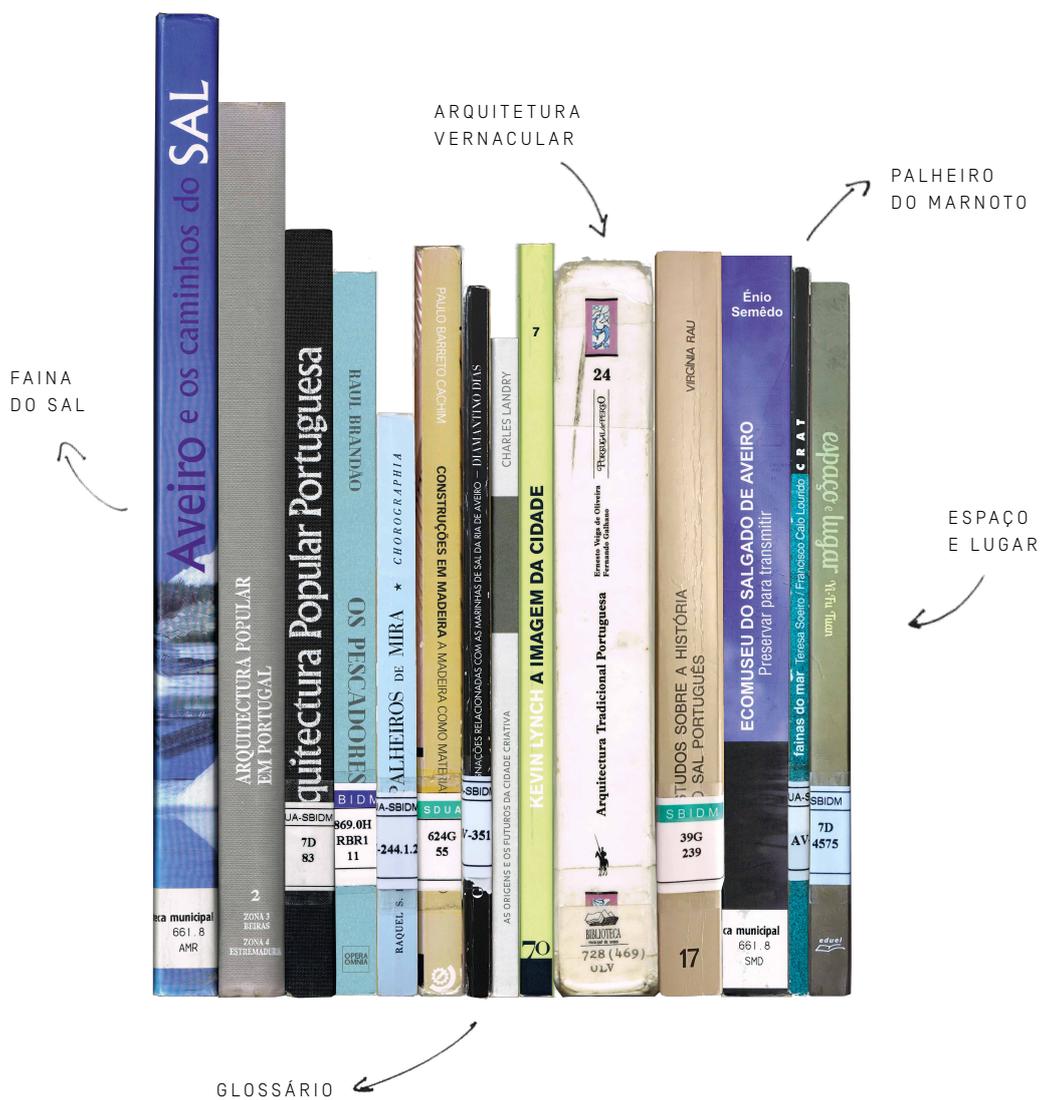
Posteriormente será também necessário contactar as autoridades institucionais de tutela urbana e paisagística para assegurar a possibilidade de implementação do projeto. Espera-se que este estudo seja um primeiro passo para uma dinamização singular das salinas de Aveiro, com o foco não apenas no ponto de vista económico, mas sobretudo no ponto de vista simbólico.



214 Projeto Salineira

Fonte: arquivo do autor

(...) este estudo é uma exploração preliminar, uma primeira palavra e não a última, uma tentativa de atrair atenções e sugerir como as ideias podem ser desenvolvidas e postas à prova (Lynch, 2017, p. 11).



215 Seleção bibliográfica
 Fonte: arquivo do autor

BIBLIOGRAFIA

- Ábaton.** (n.d.). Portable Home – ÁPH80. Retrieved from <https://abaton.es/en/projects/portable-home-aph80/>
- Albino, C. M., & Roda, R.** (2010). Doctoral studies facing valorisation of territory Design as a cross-functional manager of its values. In *Lens Conference* (pp. 564–572). Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/271702779_Doctoral_studies_facing_valorisation_of_territory_Design_as_a_cross-functional_manager_of_its_values
- Ali, F., Ryu, K., & Hussain, K.** (2016). Influence of Experiences on Memories, Satisfaction and Behavioral Intentions: A Study of Creative Tourism. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 33(1), 85–100. <https://doi.org/10.1080/10548408.2015.1038418>
- Alves, J.** (2012). Reconversão de um Palheiro em Cortegaça / João Mendes Ribeiro. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/01-49428/reconversao-de-um-palheiro-em-cortega-ca-joao-mendes-ribeiro>
- Alves, J.** (2013). Pedras Salgadas Eco-Resort / Luís Rebelo de Andrade & Diogo Aguiar. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/01-91312/pedras-salgadas-eco-resort-slash-luis-rebelo-de-andrade-and-diogo-aguiar>
- Amorim, I.** (2001). *Aveiro e os caminhos do sal: da produção ao consumo (sécs. XV a XX)*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- Annabell Kutucu.** (n.d.). CASA COOK RHODES. Retrieved from <https://annabellkutucu.com/casa-cook-rhodes>
- Antunes, A. da M., Gomes, A. A., Menéres, A., Freitas, A. P. de, Araújo, A., Martins, A. P., ... Pimentel, R.** (1988). *Arquitetura popular em Portugal 2.º Volume*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses.
- ArchDaily.** (2009). The Therme Vals / Peter Zumthor. Retrieved from <https://www.archdaily.com/13358/the-therme-vals>
- ArchDaily.** (2017). Ski Lodge Wolf / Bernardo Bader Architects. Retrieved from <https://www.archdaily.com/868637/ski-lodge-wolf-bernardo-bader-architects>
- Augé, M.** (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- Barata, M.** (1989). *Arquitetura Popular Portuguesa*. Porto: Correios e Telecomunicações de Portugal.
- Brandão, R.** (2018). *Os Pescadores*. Guimarães: Opera Omnia.
- Brito, R. S. de.** (1981). *Palheiros de Mira: formação e declínio de um aglomerado de pescadores*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura: Centro de estudos geográficos da Universidade de Lisboa.
- Cachim, P. B.** (2007). *Construções em Madeira - A madeira como material de construção*. Porto: Publindústria.
- Casa Cook.** (n.d.). Casa Cook Rhodes. Retrieved from <https://casacook.com/casa-cook-rhodes>
- Cohen, D.** (2018, November 6). Assaltos nas marinhas põem em risco investimentos de milhares. *Diário de Aveiro*. Retrieved from <http://www.diarioaveiro.pt/noticia/38032>
- Comissão Científica Internacional sobre a Arquitectura Vernácula.** (1999). Carta sobre o Património Construído Vernáculo. In 12.ª *Assembleia Geral do ICOMOS*. México: ICOMOS. Retrieved from <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf>

- Design Hotels.** (2019a). DOURO41 HOTEL & SPA. Retrieved from <https://www.designhotels.com/hotels/portugal/castelo-de-paiva/douro-41>
- Design Hotels.** (2019b). LA GRANJA IBIZA. Retrieved from <https://www.designhotels.com/hotels/spain/ibiza/sant-mateu/la-granja>
- Design Hotels.** (2019c). SAN GIORGIO MYKONOS. Retrieved from <https://www.designhotels.com/hotels/greece/mykonos/san-giorgio-mykonos>
- Diário de Aveiro.** (2019, March 24). Marinhas de sal de Aveiro no centro das atenções. *Diário de Aveiro*, p. 5.
- Dias, A. M. do A. C., & Mendonça, M. H. C. de.** (1997). *Janelas caídas do céu*. Aveiro: Círculo de Estudos das Salinas de Aveiro.
- Dias, D.** (1996). *Glossário: designações relacionadas com as marinhas de sal da ria de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- Direcção Geral das Pescas.** (1985). *Salgado de Aveiro: memorando*. Lisboa: Direcção Geral das Pescas.
- Falck, M.** (n.d.). Nolla Cabin. Retrieved from <http://robinfalck.com/nolla>
- Fernandes, J., Bragança, L., & Mateus, R.** (2012). Princípios de sustentabilidade na arquitectura vernacular em Portugal. In *Congresso Construção 2012* (pp. 1-12). Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/268221884_Principios_de_sustentabilidade_na_arquitectura_vernacular_em_Portugal
- Fernandes, J., & Mateus, R.** (2012). Princípios de racionalização energética na arquitectura vernacular. In *Seminário Reabilitação Energética de Edifícios* (pp. 57-68). Retrieved from <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/21738>
- Ferreira, A., Liberato, D., & Alén, E.** (2018). Turismo criativo e sustentabilidade territorial. In *XX AECIT, 2018* (pp. 1-17). Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/331502768_Turismo_criativo_e_sustentabilidade_territorial
- Frearson, A.** (2013). Cabanas no Rio by Aires Mateus. Retrieved from <https://www.dezeen.com/2013/09/12/cabanas-no-rio-by-aires-mateus/>
- Glaser, M.** (2009). *Drawing is thinking*. London: Duckworth Overlook.
- Griffiths, A.** (2016). Alentejo Country Hotel features log facades to match the surrounding cork trees. Retrieved from <https://www.dezeen.com/2016/02/06/alentejo-country-hotel-miguel-correia-future-architecture-thinking-portugal/>
- Howarth, D.** (2013). Casa Transportable ÁPH80 by Ábaton. Retrieved from <https://www.dezeen.com/2013/08/28/casa-transportable-house-aph80-by-abaton/>
- Howarth, D.** (2017). Tulum Treehouse by CO-LAB Design Office provides a jungle escape. Retrieved from <https://www.dezeen.com/2017/09/05/tulum-treehouse-co-lab-architecture-design-office-guest-house-hotel-jungle-escape/>
- Howarth, D.** (2018). The Surfrider hotel in Malibu receives refresh from Matthew Goodwin. Retrieved from <https://www.dezeen.com/2018/06/02/the-surfrider-hotel-malibu-receives-refresh-matthew-goodwin/>
- JP.** (2018, April 3). Associação Comercial procura empreendedores para recuperar marinhas. *Diário de Aveiro*. Retrieved from <http://www.diarioaveiro.pt/noticia/30815>

- Klee, K. de.** (2018). The Nolla cabin by Robin Falck is a zero-emissions escape in Finland. Retrieved from <https://www.dezeen.com/2018/08/10/robin-falck-nolla-cabin-zero-emissions-finland-architecture/>
- Landry, C.** (2017). *As origens e os futuros da cidade criativa*. Lisboa: Building Ideas.
- Lopes, J.** (2015). Aveiro: Moliceiros e mercantéis dinamizam turismo da cidade. Retrieved from <http://etcetaljornal.pt/j/2015/09/aveiro-moliceiros-e-mercanteis-dinamizam-turismo-da-cidade/>
- Lynch, K.** (2017). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.
- Mairs, J.** (2016). La Granja Ibiza is a members-only retreat with a rustic "back-to-basics" design. Retrieved from <https://www.dezeen.com/2016/08/23/la-granja-ibiza-members-only-retreat-rustic-design-hotel/>
- Marcellus, J.** (2012). Eco-Resort Pedras Salgadas by Luís Rebelo de Andrade and Diogo Aguiar. Retrieved from <https://www.dezeen.com/2012/12/07/eco-resort-pedras-salgadas-by-luis-rebelo-de-andrade-diogo/>
- Marcon, N.** (2013). Casa Lagnö / Tham & Videgård Arkitekter. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/01-147120/casa-lagno-slash-tham-and-videgard-arkitekter>
- Mehmetoglu, M., & Engen, M.** (2011). Pine and Gilmore's Concept of Experience Economy and Its Dimensions: An Empirical Examination in Tourism. *Journal of Quality Assurance in Hospitality & Tourism*, 12(4), 237-255. <https://doi.org/10.1080/1528008X.2011.541847>
- Melo, C. e.** (1998). *A Ria a preto e branco*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- Ministério da Economia.** (1997). Decreto Regulamentar n.º 36/97. Retrieved from <https://dre.pt/pesquisa/-/search/659296/details/maximized>
- Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações.** (1995). Decreto Regulamentar n.º 23/95. Retrieved from <https://dre.pt/pesquisa/-/search/431873/details/maximized>
- Miranda, A.** (2004). *Aveiro em papel salgado*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Munari, B.** (2008). *Das coisas nascem coisas*. Lisboa: Edições 70.
- Negreiros, A.** (1941). Aveiro - Primeiras Impressões. *Panorama*, 12-14. Retrieved from http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Panorama/N01/N01_item1/P23.html
- Norberg-Schulz, C.** (2006). O fenómeno do lugar. In *Uma nova agenda para a arquitectura*. São Paulo: Cosac Naify.
- Oliveira, E. V. de, & Galhano, F.** (1964). *Palheiros do litoral central português*. Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- Oliveira, E. V. de, & Galhano, F.** (1992). *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Oliveira, O. de.** (1988). *Origens da Ria de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.
- Oliveira, T. J. N. de.** (2011). *Palheiros da Costa Nova: a influência do arquétipo tradicional na criação do projecto contemporâneo*. Universidade da Beira Interior.

ONU. (1987). Report of the World Commission on Environment and Development. Retrieved from <https://ambiente.files.wordpress.com/2011/03/brundtland-report-our-common-future.pdf>

Peixinho, J. (2019, March 22). Quando os marnotos ajustavam com os moços. *Diário de Aveiro*, pp. 6-7.

Pereira, M., & Dantas, N. B. (2016). O design para a experiência na construção do lugar turístico: possibilidades e limitações. In *12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design* (pp. 3738-3748). <https://doi.org/10.5151/despro-ped2016-0320>

Prahalad, C. K., & Ramaswamy, V. (2003). The New Frontier of Experience Innovation. *MIT Sloan Management Review*, 44(4), 12-18. Retrieved from <https://www.evernote.com/shard/s7/client/snv?noteGuid=bf8c75fe-8523-42e9-ad65-0e72f40f407e¬eKey=5003a5ba28daf0fe617bcc33736a0335&sn=https%3A%2F%2Fwww.evernote.com%2Fshard%2Fs7%2Fsh%2Fbf8c75fe-8523-42e9-ad65-0e72f40f407e%2F5003a5ba28daf0fe617bcc33736a03>

Providência, F. (2012). *Poeta, ou aquele que faz. A poética como inovação em Design. Parte 1 | Teoria*. Universidade de Aveiro.

Rau, V. (1984). *Estudos sobre a história do sal português*. Lisboa: Editorial Presença.

Ribeiro, M. F., & Providência, F. (2011). Desenhar os sinais da polis: a marca como desígnio político e designio histórico. In *VI CIPED - Congresso Internacional de Pesquisa em Design*. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/284351214_DESENHAR_OS_SINAIS_DA_POLIS_A_marca_como_designio_politico_e_designio_historico

Ribeiro, M. F., & Providência, F. (2016). Um ponto entre pontos: breve reflexão sobre criatividade e inovação em Design. In *Ergotrip Design - coletânea de textos selecionados pela Comissão Científica dos Encontros Internacionais de Estudos Luso-Brasileiros em Design e Ergonomia* (pp. 44-51). Universidade de Aveiro. Retrieved from https://www.researchgate.net/publication/308519599_Um_ponto_entre_pontos_breve_reflexao_sobre_criatividade_e_inovacao_em_Design_A_point_between_points_brief_reflection_about_creativity_and_innovation_in_Design

Ribeiro, V. C. M. (2011). *Construções sobre palafitas: do Inquérito à arquitectura regional à contemporaneidade*. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Retrieved from <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8001>

Richards, G. (2011). Creativity and tourism. *Annals of Tourism Research*, 38(4), 1225-1253. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2011.07.008>

Richards, G., & Raymond, C. (2000). Creative Tourism, 16-20. Retrieved from https://www.academia.edu/1785786/Creative_Tourism_-_Richards_and_Raymond_2000

Rodrigues, M. F. (2004). *Aveiro cidade de água, sal, argila e luz*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

Ronan & Erwan Bouroullec. (n.d.). Floating house: by night 2006. Retrieved from <http://www.bouroullec.com/?p=142>

Sal de Aveiro. (2018). Situação de referência dos grupos do Mar e S. Roque. Retrieved from https://saldeaveiro.pt/wp-content/uploads/2019/04/relatorio_universidade.pdf

San Georgio Mykonos. (n.d.). San Georgio Mykonos. Retrieved from <https://www.sangiorgio-mykonos.com/en>

- Santana, M. J.** (2005, August 28). Visitas de barco na ria de Aveiro atraem 40 mil turistas por ano. *Público*. Retrieved from <https://www.publico.pt/2005/08/28/jornal/visitas-de-barco-na-ria-de-aveiro-atraem-40-mil-turistas-por-ano-36334>
- Santos, N. M. dos.** (2016). *Arquitetura e memória: o palheiro como objeto de identidade territorial*. Universidade de Coimbra. Retrieved from <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/33033>
- Santos, M.** (2013). Reflexões breves em torno da definição de desenvolvimento. Retrieved from http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Desenvolvimento_ReflexoesBreves_13Jul13.pdf
- Sarmiento, C.** (2007). *Práticas, discursos e representações da cultura popular portuguesa*. Porto. Retrieved from http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/5211/1/TD_ClaraSarmiento_2007.pdf
- Sbeghen, C.** (2016). Sobreiras – Alentejo Country Hotel / FAT - Future Architecture Thinking. Retrieved from <https://www.archdaily.com.br/br/785673/sobreiras-nil-alentejo-country-hotel-fat-future-architecture-thinking>
- Scott, A. J.** (2010). Cultural economy and the creative field of the city. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 92(2), 115–130. Retrieved from https://mpra.ub.uni-muenchen.de/32108/1/Cultural_economy_and_the_creative_field.pdf
- Semêdo, É.** (2009). *Ecomuseu do Salgado de Aveiro: preservar para transmitir*. Aveiro: FEDRAVE.
- Silent Living.** (n.d.-a). Cabanas no Rio. Retrieved from <https://www.silentliving.pt/houses/cabanas-no-rio/>
- Silent Living.** (n.d.-b). Casas na Areia. Retrieved from <https://www.silentliving.pt/houses/casas-na-areia/>
- Silva-Afonso, A.** (2009). Building rainwater harvesting systems. Doubts and certainties. In *Proceedings of The 35th International Symposium CIB W062 on Water Supply and Drainage for Buildings* (pp. 239–247). Retrieved from <http://www.irbnet.de/daten/iconda/CIB17182.pdf>
- Silva, C. N. S.** (2009). Tradições na Ria. *Sal: Boletim Municipal de Cultura*, 2, 19–21.
- Soeiro, T., & Lourido, F. C.** (1999). *Fainas do mar: vida e trabalho no litoral norte*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais.
- Sublime Comporta.** (n.d.). Sublime Comporta. Retrieved from <https://www.sublimecomporta.pt/hotel-overview>
- Távora, F.** (1982). *Da Organização do Espaço* (2.ª Edição). Porto: Escola Superior de Belas-Artes do Porto.
- The Surfrider Malibu.** (2019). The Surfrider Malibu. Retrieved from <https://www.thesurfridermalibu.com/>
- Tuan, Y.-F.** (2013). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: Eduel.
- TYIN tegnestue Architects.** (n.d.). Naust paa Aure. Retrieved from <http://www.tyinarchitects.com/works/naust-paa-aure/>
- UNESCO.** (2006). Towards Sustainable Strategies for Creative Tourism. *Discussion Report of the Planning Meeting for 2008 International Conference on Creative Tourism*. Retrieved from <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000159811>

